

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MANUELA NICODEMOS BAILOSA

**NARRATIVAS ENTRE MULHERES DO ASSENTAMENTO SANTA MÔNICA,
TERENOS – MS**

Dourados-MS

2020

MANUELA NICODEMOS BAILOSA

**NARRATIVAS ENTRE MULHERES DO ASSENTAMENTO SANTA MÔNICA,
TERENOS – MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marisa de Fátima Lomba de Farias

Dourados-MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B157n Bailosa, Manuela Nicodemos

Narrativas entre Mulheres do Assentamento Santa Mônica, Terenos - MS [recurso eletrônico] /
Manuela Nicodemos Bailosa. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Marisa de Fátima Lomba de Farias.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Filme Acorda Raimundo. 2. Narrativas. 3. Gênero. 4. Violência contra as mulheres. 5.
Epistemologia feminista. I. Farias, Marisa De Fátima Lomba De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

MANUELA NICODEMOS BAILOSA

Narrativas entre Mulheres do Assentamento Santa Mônica, Terenos – MS.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. MARISA DE FATIMA LOMBA DE FARIAS

Orientadora/Presidenta

André Luiz Faisting

Membro Titular (Dr. UFGD)

Losandro Antonio Tedeschi

Membro Titular (Dr. UFGD)

Eliany Salvatierra Machado

Membro Titular (Dra^a UFF)

APROVADA EM: 17 de dezembro de 2020.

À minha mãe e ao meu pai!

*Que me oportunizaram o
acesso à educação e a todas as condições para gozar
de minhas decisões, sonhos e projetos até hoje.
Minha eterna gratidão e o reconhecimento à força e
a solidariedade que ambos sempre nutriram com
a família e com o coletivo.*

Amo infinitamente vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Maria por sua proteção e amor de sempre comigo.

Ao meu pai, Manoel Matias Bailosa, por sua força e pela sua resistência; a minha irmã, Mariela Nicodemos Bailosa, pela sabedoria e pela parceira; ao meu sobrinho amado, João Lucas Matos Bailosa, que me fortaleceu com sua chegada e me eleva com a sua voz, seu amor e energia; a minha madrinha, Aparecida Gonçalves, por toda a força e confiança transmitida a mim; ao meu cachorro Batman pela presença e carinho e, em especial, a minha mãe, Barbara Nicodemos, a qual me proporcionou todas as condições imagináveis para a minha dedicação integral ao mestrado. Não existem palavras que expressem minha gratidão a você: minha mãe. Obrigada a toda minha família por estar ao meu lado em todos os momentos desta intensa trajetória.

A minha professora, orientadora e amiga: Marisa de Fátima Lomba de Farias, uma das principais responsáveis por eu ter chegado até aqui. A nossa caminhada foi marcada por grandes emoções, desafios e afetividade. Minha gratidão por você acreditar em mim e estar ao meu lado nos momentos em que nem eu acreditava ser possível seguir. Você é pura luz e companheirismo. Espero esse ser apenas o início de uma jornada ao seu lado.

A todas as minhas amigas que incentivaram-me a lançar-me nessa empreitada e ajudaram a me manter firme durante esse caminhar, em especial a Jamille Augusta Weiss, a Márcia Chaves, a Priscila Costa, ao Bruno Almeida, a Karina Rodrigues, a Nancineide Silva, a Flávia Azevedo, e a Luciana Queiroz; que contribuíram com a minha escrita e me deram apoio e confiança; em especial, a Katiuscia Moreno Galhera, Caroline Momente e Rejane Candado. Bem como, aos que trilharam a jornada da sala de aula, do processo da dissertação e da militância política: Franklin Schmalz e Thays Nogueira. Obrigada, do fundo do meu coração, a todas e todos vocês.

À professora Eliany Salvatierra Machado e aos professores André Luiz Faisting e Losandro Antonio Tedeschi, que aceitaram o convite para participar deste trabalho e acreditaram nele.

Ao diretor do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”, Alfredo Alves que sempre se colocou à disposição de colaborar com a pesquisa e deu uma contribuição muito especial.

Minha gratidão a todas as mulheres do Assentamento Santa Mônica de Terenos – Mato Grosso do Sul, com as quais construímos o estudo e fizemos imensas trocas, Duda, Eliete, Neti, Zelita, Dalvinha, Silvana, Norma, Luciene, Adélia, Tati, Rosilene, Micheli, Doralina, Maria Gilvânia, Ângela, Elenice, Selma, Amanda, Nega, Cristina, Lorena, Sandra, em especial à Zilda que abriu literalmente sua vida e sua casa para todas nós e para a pesquisa. Vocês são mulheres incrivelmente fortes e admiráveis. Muito obrigada pelo compartilhamento do tempo e da história de vocês. Espero

encontrá-las em mais momentos na jornada da vida em busca por uma sociedade mais justa e sem violência contra todas as mulheres. Este trabalho é nosso.

E em nome daquela que marcou o meu ingresso ao mestrado e esteve comigo cotidianamente por meio de sua memória de luta, Marielle Francisco da Silva, reverencio e agradeço à todas as mulheres que vieram antes de mim na militância feminista e em defesa dos Direitos Humanos das mulheres. A seriedade, ousadia e coragem de Marielle Franco me inspira a continuar determinada a derrotar as bases de opressão e exploração que estruturam a nossa sociedade, principalmente por meio do machismo e racismo.

“Brasil, chegou a vez, de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês [...]”. Assim, agradeço a cada pessoa que aceitou navegar por essa pesquisa e se propôs a escutar as narrativas de mulheres trabalhadoras, corajosas, ousadas e felizes que iluminaram a confiança de que é possível ressignificar sua própria história.

RESUMO

Este estudo incide em analisar as narrativas de um grupo de mulheres do assentamento Santa Mônica, do município de Terenos, no Mato Grosso do Sul, com foco na questão da mulher, gênero, violências, dentre outras categorias apresentadas por elas no decorrer do trabalho. A análise das percepções das mulheres foi amparada pelas epistemologias feministas decoloniais, por se instituir um questionamento à colonialidade dos saberes e dos poderes masculinos para com as mulheres. O filme “Acorda Raimundo, Acorda!”, dirigido por Alfredo Alves, foi o principal recurso metodológico para apresentar os temas e as dinâmicas representadas pelo curta-metragem as quais suscitaram as discussões grupais, quando então, os momentos de interação e as narrativas foram gravadas e filmadas. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida com aportes metodológicos qualitativos, por meio de rodas de conversa, observação, anotações em caderno de campo, entrevistas, além da exibição do filme como técnica principal. As mulheres trouxeram à tona sentimentos, expressões; sorriram e choraram durante a pesquisa, e ratificaram que as diversas violências ainda pairam sobre seu cotidiano. Os olhares das participantes apresentaram relevantes perspectivas sobre a condição de vida da mulher hoje na sociedade, outras relações foram reproduzidas, no entanto, essas mulheres narraram suas experiências e indicaram que não são totalmente livres das violências, mas já superaram significativamente. Muitas delas gerando capacidades para compreendê-las criticamente e perceber o quanto de resistência existe em seu dia a dia, como recriaram diálogos e aproximações entre mulheres, fazendo desses momentos, palcos dos filmes de suas vidas.

Palavras-Chave: Acorda Raimundo; Violência contra as mulheres; Gênero; Epistemologia feminista.

RESUMEN

Este estudio consiste en analizar las narrativas de un grupo de mujeres del asentamiento Santa Mônica de la municipalidad de Terenos, estado de Mato Grosso do Sul - Brazil, sobre el tema de la mujer, del género, de las violencias, entre otras categorías presentadas por ellas durante el trabajo. El análisis de las percepciones de las mujeres fue basado en las epistemologías feministas decoloniales, por instituirse un cuestionamiento a la colonialidad de los conocimientos y de los poderes masculinos hacia las mujeres. La película “*Acorda Raimundo, acorda!*” [“Despierta Raimundo, despierta”, en español], dirigido por Alfredo Alves, fue el principal recurso metodológico para presentar los temas, y las dinámicas representadas en la obra generaron las discusiones grupales, cuando luego, los momentos de interacción fueron grabados y las narrativas fueron filmadas. De esta manera, la investigación se desarrolló con aportes metodológicos cualitativos, a través de círculos de conversación, observación, apuntamientos en cuadernos de campo, entrevistas, además de mostrar la película como técnica principal. Las mujeres sacaron sentimientos, expresiones a relucir; sonrieron y lloraron durante la investigación y confirmaron que los diversos tipos de violencia aún flotan sobre su vida diaria. Mucho ha cambiado, se han reproducido otras relaciones, sin embargo, estas mujeres narraron sus vivencias e indicaron que no están totalmente libres de violencia, pero ya han superado significativamente. Muchas de ellas generando capacidades para comprenderlas críticamente y, se dieron cuenta de cuánta resistencia hay en su cotidianidad, cómo recrearon diálogos y aproximaciones entre mujeres, haciendo de estos momentos, escenarios de las películas de sus vidas.

Palabras Clave: *Acorda Raimundo*; Violencia contra la mujer; Género; Epistemología feminista.

“Ainda que ganhemos salários menores, que estejamos em cargos mais baixos, que passemos por jornadas triplas, que sejamos subjugadas pelas nossas roupas, violentadas sexualmente, fisicamente e psicologicamente, mortas diariamente pelos nossos companheiros, nós não vamos nos calar: as nossas vidas importam!”

Marielle Franco.

(Discurso da votação do Plano Municipal da Educação do Rio de Janeiro, que Marielle não teve a chance de fazer. A votação só ocorreu alguns dias depois de seu assassinato (14/03/2018), e o discurso de Marielle foi lido pelo Vereador Tarcísio Motta.)

SUMÁRIO

Introdução.....	13
------------------------	-----------

Capítulo I

MULHERES, FEMINISMOS E GÊNERO.

1.1 Mulheres, Feminismos e as Trabalhadoras Rurais do Assentamento Santa Mônica.....	25
1.2 Afinal, o que é feminismo? Feminismos? Alguns apontamentos.....	30
1.2 Mulheres e o conceito de gênero.....	38

Capítulo II

NARRATIVAS DO VIVER E DO VIVIDO.

2.1. Mulheres em movimento no seu cotidiano.....	52
2.2. Patriarcado: dominação e resistências.....	55
2.3. Violências “NÃO!”: Nós queremos viver.....	64
2.4. Mulheres e os dados de violências.....	73
2.5. Políticas Públicas e narrativas das mulheres.....	80

Capítulo III

NARRATIVAS “POR ENTRE” O FILME “ACORDA RAIMUNDO, ACORDA!” PASSADO?

3.1. Encontro entre as mulheres e o “filme”: narrativas, experiências e significados.....	93
3.2. Caminhos diversos.....	119
3.3. A contribuição social do cinema na vida das mulheres: aproximações e diálogos.....	122
3.4. A atualidade dos elementos do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”	124

Considerações finais.....	128
----------------------------------	------------

Referências bibliográficas.....	138
--	------------

INTRODUÇÃO

1. Caminhos trilhados para a pesquisa

Durante a minha trajetória de formação acadêmica acumulei experiências em trabalhos feministas com mulheres de diferentes realidades, tais como estudantes, jovens, mulheres de bairros populares, agricultoras e idosas. A atuação na Marcha Mundial das Mulheres¹ desde 2005 possibilitou inúmeras vivências com mulheres e profícuos debates sobre diversos temas relacionados à questão da mulher e sociedade. O trabalho com políticas públicas para as mulheres também marcou o meu caminhar, do ponto de vista da gestão governamental, e de como me relacionar com mulheres e seus distintos saberes.

Nesta caminhada repleta de descobertas foi sendo amadurecida a ideia de buscar maior qualificação acadêmica, com o intuito de fortalecer a atuação com as mulheres e lutar junto para a transformação da vida das que ainda vivenciam situações de vulnerabilidades sociais. Nesta trilha, se aproximaram a orientadora e as mulheres do Santa Mônica.

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Santa Mônica do município de Terenos – Mato Grosso do Sul (MS), no qual já se realizavam atividades extensionistas por um grupo de professoras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), fator favorável à ampliação para uma pesquisa participativa, sendo que os conhecimentos estão em construção com essas mulheres e por elas apropriados, assim, elas poderiam refletir acerca de sua própria realidade.

No município de Terenos encontra-se um conjunto de assentamentos, dentre eles o Santa Mônica, criado em 02 de dezembro de 2009 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é formado por 715 lotes sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este assentamento onde as famílias conquistam, cotidianamente, o direito a viver na terra e da terra, por meio de resistências ao modelo produtivo capitalista e ressignificações das relações sociais, foi o território desta pesquisa. Expusemos elementos que continuam corroborando para um olhar binário sobre mulheres e homens como sujeitos marcados apenas pelas diferenças biológicas, e perpetuam uma desigualdade de gênero que contribui para a estruturação de fenômenos de dominação e violência contra as mulheres, a qual também pode ser considerada violência sexista.

¹ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional que luta para mudar o mundo e a vida das mulheres, integrando a construção de igualdade e liberdade das mulheres às lutas por transformações globais na sociedade. As principais bandeiras da Marcha são a luta contra a pobreza e a violência sexista, a luta contra mercantilização do corpo da mulher, pela legalização do aborto e outros. No Brasil é organizada em 20 estados

Assim, essa pesquisa se manifestou a partir do desejo em desenvolver um trabalho com mulheres em um contexto político delicado do qual um conjunto de direitos sociais passaram a ficar ameaçados. Avaliamos ser necessário organizar um estudo que articulasse a teoria feminista decolonial com experiências concretas de mulheres, para sinalizar possíveis caminhos em direção à superação de problemas que ainda marcam a vida da maioria das mulheres, como a desigualdade de gênero e violências em suas vidas.

Segue abaixo a descrição mais detalhada das participantes.

Nome Completo	Nascimento Data e Local		Formação	Filhas(os)	Casamentos	Tempo no assentamento
Luci Dalva Maria de Souza	28/11/1976	Campo Grande/MS	Superior Completo	2 meninos (23 e 21 anos)	Está no 4º	Há 14 anos
Luciene Franco Pereira	09/07/1985	Campo Grande/MS	Médio e Técnico	2 meninos e 2 meninas	Está no 1º	Há 12 anos
Maria José Jerônimo Pereira	05/02/1967	Umuarama/PR	Superior Completo	1 menina	3. Hoje é solteira	Há 15 anos
Sidinete Aparecida da Silva	31/12/1969	Malu/PR	Médio Completo	2 meninos (um faleceu)	Está no 2º	Há 16 anos
Micheli Bernardes	11/10/2002	Campo Grande/MS	Cursando Ensino Médio	1 menino	Está no 1º	Morou por 1 ano
Eliete de Souza Lopes	01/01/1985	Aquidauana/MS	Cursando Ensino Superior	2 meninos e 2 meninas	Está no 1º	Há 16 anos
Silvana da Silva Lopes	08/11/1965	Inocência/MS	Cursou até a 5ª série	2 meninas	Está no 2º	Há 15 anos
Rosilene da Silva Silveira	13/04/1989	Campo Grande/MS	Cursou até a 8ª série	2 meninas e 1 menino	Está no 1º	Há 14 anos
Zilda Alves de Souza	08/10/1978	Glória de Dourados/MS	Cursando Doutorado	2 meninos	Se casou uma vez. Hoje é solteira.	Há 15 anos
Norma Lino da Silva Xavier	19/03/1972	Fátima do Sul/MS	Cursou até a 7ª série	3 filhos	Está no 1º.	Há 15 anos
Zelita Pereira da Silva	12/03/1956	Conselheiro Pena/MG	Cursou até a 4ª série	6 filhos(as)	Está no 3º	Há 15 anos
Adélia Gonçalves Franco	15/12/1955	Dourados/MS	Cursou até a 2ª série	5 filhos(as)	Está no 2º	Há 10 anos



Fonte: Quarto encontro - 14 de dezembro de 2019. Foto/imagem: Manuela Nicodemos



Fonte: Quarto encontro - 14 de setembro de 2019. Foto/imagem: Rhyann Marx Souza Santos

O tema da dissertação foi idealizado neste enfoque, pois considera-se ser relevante coletar, ouvir e analisar as percepções do conjunto de mulheres em questão, acerca das relações de gênero, violências sofridas, trabalho e poder. Sobretudo, neste atual momento no país, após um período

significativo de formulação e execução de políticas públicas governamentais e avanços no campo dos direitos das mulheres, acompanhamos o recrudescimento de setores conservadores em âmbitos social e político, desde 2016 com o golpe de Estado².

Do ponto de vista das mulheres trabalhadoras rurais, a pesquisa investiga com o grupo participante, como apresenta-se o cenário da divisão sexual do trabalho. Porque, assim como no âmbito urbano, tal modelo de organização social divide o trabalho em produtivo (a agricultura, a pecuária, tudo o que se associa ao mercado) e reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado das filhas e filhos). Segundo Nobre (2005) essa divisão se expressou ao longo da história entre *casa e roçado*.

Nesse contexto, discutir a dimensão da família, da comunidade, das instituições e do convívio social das participantes da pesquisa, significou a valorização das experiências de vida e resistência desse conjunto de mulheres, do mesmo modo que o registro escrito e audiovisual do estudo poderá contribuir com outros grupos de mulheres no que tange aos temas relacionados com o filme “Acorda Raimundo, Acorda!”, e que conectam-se com o cotidiano de suas vidas.

Nesse sentido, faz-se pertinente um diálogo teórico acerca dos estudos sobre as mulheres e os subtemas que envolvem essa categoria e suscitados pelo documentário tais como gênero, trabalho e violência.

No decorrer da pesquisa, reuniram-se análises sociológicas, históricas e filosóficas a fim de envolver as teorias com as narrativas das mulheres, das quais desde o primeiro contato no trabalho de campo, já demonstraram transitar por um conjunto de temas relacionados ao cotidiano de vida delas. Esse processo exigiu, desse estudo, revisitar conceitos clássicos das epistemologias feministas e despertou uma provocação em repensar criticamente outros estudos, do ponto de vista histórico.

O feminismo produziu uma crítica contundente ao modo androcêntrico de produção do conhecimento. Além de se configurar um movimento alternativo de operação e articulação na esfera do pensamento, pois faz (re) leituras de autoras e autores, de teorias de diversas áreas das ciências, e torna relevante o fato da nossa construção como mulheres, passar pelas nossas próprias histórias, e refletir no pensamento e na produção do conhecimento feminista.

A presente pesquisa dispõe-se para o reconhecimento do olhar de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais, frente a um conjunto de elementos que impactam suas vidas numa perspectiva

² Para ler sobre o golpe de 2016, ver mais em “Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil” (2016). O livro organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto, apresenta diversas análises multidisciplinares sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. São trinta autoras(es), entre pesquisadoras(es), professoras(es), ativistas, representantes de movimentos sociais, jornalistas e figuras políticas.

de gênero, representado no filme “Acorda Raimundo, Acorda!”. Com isso, espera-se contribuir para a vivência dessas mulheres, bem como com a epistemologia feminista.

Todas as etapas da pesquisa foram gravadas, para a produção do documentário³ que compõe a dissertação visto que, considera-se a ferramenta audiovisual como um elemento relevante, necessário e estratégico, para desenvolver uma análise dinâmica do atual cenário das relações de gênero, após tantas formulações, construções e desconstruções epistemológicas e políticas sobre o tema.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as narrativas das mulheres do assentamento Santa Mônica, em Terenos-MS, frente as relações de gênero, do trabalho, das violências, do poder, entre outros temas representados no filme “Acorda Raimundo, Acorda!”, que por sua vez, funcionou como técnica incentivadora para a compreensão do contexto de vida desse grupo.

Na história do filme, a desigualdade de gênero do casal (Marta e Raimundo), é constituída por relações assimétricas de poder, que envolvem dimensões distintas da vida, tais como a condição socioeconômica, a divisão sexual do trabalho, as violências, a naturalização de papéis sociais hierárquicos pautados na biologização, que fazem-se basilar para um estudo abrangente, para além de uma análise restrita da mulher enquanto “indivíduo apenas”, um ser social único.

Configuraram-se objetivos específicos: a) realizar encontros mensais, para a reflexão junto às mulheres sobre temas por elas propostos referentes às categorias conceituais sugeridas inicialmente pela pesquisa e outras que elas apontarem ao longo do trabalho de campo; b) descrever o modo de vida dessas mulheres, as atividades desenvolvidas no dia a dia; c) verificar a percepção das mulheres sobre o filme; d) identificar as noções de gênero, violências e poder no contexto de vida das mulheres, por meio de suas narrativas; e) produzir um documentário sobre as etapas da pesquisa.

A escolha de uma metodologia que garantiu a participação das mulheres no processo e análise dos fenômenos abordados foi essencial para que os resultados finais expressassem o atual cenário das relações de gênero do grupo alvo e expusesse o potencial das ideias das participantes sobre possíveis alternativas à superação dos problemas levantados referentes ao tema da pesquisa. Por isso, a definição de uma metodologia incentivadora da participação das mulheres, em momentos e lugares nos quais suas narrativas fossem ouvidas, registradas e posteriormente a elas devolvidas.

A dissertação repercute em um documento importante para o autorreconhecimento das mulheres como protagonistas de sua própria história, bem como, para outros grupos de mulheres no sentido de ampliar saberes e sociabilidades.

³ Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QSxgcgI4BAT8>. É importante registrar sobre a existência de um material bruto para a produção de outros documentários ou curta-metragem, portanto, permanece o objetivo de ampliar a apresentação dos resultados da pesquisa.

As mulheres participantes da pesquisa puderam identificar e manifestar potenciais condições de desigualdade, dominação, opressão e de exploração que se depararam enquanto sujeitos nas relações de gênero até o presente momento. Abriu-se a possibilidade de interação na direção de questionamento do modelo sexista hegemônico ainda predominante na sociedade em geral. E ainda, se criou caminhos de rupturas nas relações patriarcais como, exemplo, na perspectiva da prevenção da violência de gênero contra a mulher.

Por conseguinte, acredita-se que esta pesquisa, também se constitui em uma ferramenta social relevante, na óptica da produção e socialização de conhecimento popular, quanto ao enfrentamento da violência e das desigualdades de gênero, sobretudo pelo fato de que foi desenvolvida diretamente com as mulheres participantes do estudo, e elas, eventualmente, tiveram de alguma forma contato com tais situações em seu cotidiano.

2. Contextualização Metodológica

Como parte inicial do processo da coleta de dados, foi realizado o primeiro encontro em abril de 2019. A escolha do número de participantes foi construída em diálogo com as mulheres no decorrer da aproximação grupal. Inicialmente, utilizamos apenas o caderno de campo por considerar que o contato com elas ainda estava prematuro.

Zilda, uma das interlocutoras da pesquisa, colaborou na organização do primeiro momento. Ela convidou mulheres com as quais já tinha interação no assentamento, seja por meio da Igreja ou do trabalho. Éramos em 15 mulheres. Na ocasião, convidamos diretamente todas elas para constituírem o grupo da pesquisa no Assentamento. Todas aceitaram. No entanto, o grupo foi reduzido para cerca de 11 a 13 mulheres.

Nos deslocamos por cinco vezes para o assentamento, e nessas ocasiões além dos encontros, vivenciamos o cotidiano de vida das mulheres. O primeiro encontro aconteceu em 06 de abril de 2019, o segundo em 14 de setembro de 2019, o terceiro em 02 de novembro de 2019, o quarto no dia 14 de dezembro de 2019 e o quinto encontro em 21 de março de 2020. Estavam planejados ainda três encontros (abril, maio e junho) em 2020.

Parte dos encontros foram realizados na Igreja⁴, e outros na casa da Zilda. Vale ressaltar que a distância entre o primeiro e o segundo encontro se deu em decorrência de problemas de saúde por parte da pesquisadora. Tão importante quanto justificar tal ocorrência está na explicação de que o planejamento final do trabalho de campo foi afetado devido a pandemia da COVID-19⁵ e o

4 Igreja Petencostal Chama Missionária.

5 A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2. Uma das medidas de contenção da pandemia é o isolamento social, que corresponde a uma medida em que a pessoa doente é isolada de indivíduos não

isolamento social ocasionado por ela. Não esperávamos pela interrupção da pesquisa anteriormente à conclusão das etapas do campo. Assim sendo, com a suspensão da agenda não foi possível concluir o planejamento presencial, o de ampliar as reflexões sobre os temas de gênero e a educação não-sexista.

A vivência estabelecida entre a pesquisadora e as mulheres foi imensamente positiva, para além dos encontros pontuais. Visitamos a casa de três mulheres e conversamos sobre diversos temas. Conhecemos a família delas, acompanhamos a rotina de perto e constatamos que, seja trabalhando na roça, no pasto, na horta ou dentro de casa, as mulheres são as principais responsáveis pela subsistência familiar.

Trata-se de uma pesquisa-ação em que Baldissera (2012) assinala que ela (a investigação-ação), origina-se das ciências sociais e foi introduzida no Brasil, no âmbito da educação e do planejamento rural, por João Bosco Pinto, sociólogo brasileiro. Segundo a autora, esse tipo de pesquisa configura-se enquanto estratégia metodológica utilizada para incentivar a participação de camponesas e camponeses em processos de planejamento e de desenvolvimento regional e local. Além de estar conectada a uma proposta de educação libertadora.

De acordo com Bosco (1989), a pesquisa-ação desencadeia o acesso ao conhecimento técnico-científico, incentivando setores populares a participarem socialmente desnudando a realidade e transformando-a através da ação e do trabalho. Para Baldissera, a pesquisa-ação empenha-se no exercício da criatividade, “[...] a fim de gerar novas formas de participação; a organização da base em grupos, nos quais eles sejam o ‘sujeito/agente de sua transformação/libertação’”. (BALDISSERA, 2012, p. 7).

Acredita-se ser de extrema necessidade a utilização de objetos culturais pertencentes ao cotidiano das pessoas, para aproximá-las e serem estimuladas às discussões democráticas, coletivas e compartilhadas (MELO, 2019). Nesse universo germinou a ideia de utilizar um produto audiovisual para instrumentalizar a metodologia utilizada no presente estudo, no caso o filme “Acorda Raimundo, Acorda!”.

Uma vez facilitada as relações entre este tipo de produção artística com o público, podem ser construídas relações ampliadas de uso para uma aproximação teórica, realizada através da leitura de textos co-relacionados à temática do filme exibido, e em conjunto com uma importante fala e explanação de pesquisadores acadêmicos, podemos proporcionar outras relações, estabelecendo, com mais profundidade, uma

doentes a fim de se evitar a disseminação da doença. O isolamento social também se configura em uma ação de prevenção, da qual o país foi orientado a seguir. Ele pode ser vertical, em que somente pacientes do grupo de risco para a doença ficam isolados; ou horizontal em que somente os serviços essenciais são mantidos. O isolamento social horizontal é uma medida em que se isola o maior número de pessoas em suas residências e, por esse motivo, é o mais indicado no cenário atual, uma vez que apresenta maior potencial para conter a epidemia. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/a-importancia-do-isolamento-social-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19>

constituição de vínculos entre as imagens, o conteúdo narrativo do filme e um discurso pautado na pesquisa científica, contribuindo para a construção, tanto simbólica e subjetiva individual quanto na constituição de pensamento crítico sobre diversos assuntos relacionados com nossa contemporaneidade. (MELO, 2019, p.2).

Durante os encontros, analisou-se outros temas para além dos que foram sugeridos neste estudo e das narrativas do filme, tais como: autoestima e educação. Essa flexibilidade, caracteriza-se por ser um método qualitativo.

A utilização de técnicas qualitativas criou momentos de diálogos que trouxeram à tona as subjetividades femininas, ao possibilitarem as mulheres reproduzirem, narrarem, ou simplesmente refletirem sobre situações ocorridas no interior de suas casas. Nesse sentido, o filme “Acorda Raimundo”, foi escolhido como uma das técnicas para a aproximação das realidades das mulheres participantes do projeto, na medida em que, o seu conteúdo retrata, de maneira lúdica, ficcional, porém com um tom crítico realista, o que é vivido pelas mulheres.

Compreende-se que uma pesquisa sobre determinada categoria social como, a de mulheres, adote uma perspectiva histórica. Nas ciências humanas, existem múltiplas correntes teóricas, que, ao longo do tempo, discorreram distintamente sobre temas relacionados às mulheres e à sociedade. Examinar um tema à luz da história pode ser uma decisão arriscada, pelo simples fato, dele não ser linear, imutável e estar permanentemente em construção.

Sublinha-se que o caminho da pesquisa adotado foi o de uma abordagem crítica sociológica e histórica, sobre temas relacionados às categorias mulheres oportunizando a visibilidade de diferentes linhas teóricas, numa perspectiva feminista contra hegemônica do pensamento ocidental.

Revela-se fundamentalmente importante, na perspectiva deste estudo, em especial no caminho trilhado pela pesquisadora – desde a escolha do tema, em consonância com a trajetória de vida e luta dela – a reflexão da antropóloga, professora e pesquisadora Débora Diniz, sobre a produção de uma pesquisa engajada e a cautela com a questão do “denuncismo” no desenvolvimento de um estudo científico. A autora chama atenção para três conceitos com os quais desenvolve o pensamento abaixo, a confiabilidade, a militância e a denúncia:

Como fazer uma pesquisa cujo os dados possam ser utilizados pela militância, pelos movimentos sociais? Como fazer uma pesquisa engajada? Ser uma pesquisadora engajada e ainda sim ser confiável? Para fazer uma pesquisa engajada é preciso fazer uma denúncia. [...] No entanto, quando eu me desloco das minhas inquietações do mundo, para esta comunidade, que se chama comunidade científica, comunidade acadêmica, eu tenho imenso respeito pelos protocolos de confiabilidade. Por isso que nós chamamos de método, por isso que nós chamamos de transparência nas formas de fazer pesquisa. [...] A confiabilidade me é dada não só pelo positivismo do método acadêmico, mas pela transparência, pelas formas, pelas técnicas, pelo método que eu utilizei para apresentar aquilo que eu qualifico como uma evidência para meus argumentos. Mas isso é diferente de “denuncismo”, de denúncia. Nós podemos fazer, a partir de nossos dados, uma denúncia. [...] Mas o texto acadêmico *strictu sensu*, a

dissertação de mestrado, a tese de doutorado, a monografia de graduação, um artigo acadêmico, que ele esteja conformado. Eu repito, não é neutralidade, não é imparcialidade, mas a confiabilidade que permite que aquelas que me leem, aos meus leitores, possam comigo seguir a construção das minhas evidências para em outro momento da minha escrita, ouvir a minha denúncia. [...] (DINIZ, 2017).⁶

Nesse contexto, abre-se um parêntese para a reflexão de Martins (2004), quando ela fala sobre não existir um único modelo ou padrão de trabalho científico do “fazer ciência”. “Ao contrário, a sociologia foi sempre marcada pela diversidade de métodos (e de técnicas) de investigação e de métodos de explicação.” (MARTINS, 2004, p.292). Em relação à pesquisa qualitativa a autora discorre,

[...] aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também - o que é muito importante - para a liberdade do intelectual. (MARTINS, 2004, p.289).

Outro aspecto a ser enfatizado na pesquisa sociológica, é a questão da neutralidade. É impossível desconsiderar a influência da posição histórica, biográfica, da educação, interesses e preconceitos das autoras e autores de uma pesquisa.

Assim sendo, destaca-se o sentido da Sociologia enquanto uma disciplina com a potencialidade de apresentar perspectivas aos indivíduos de diferentes áreas e contextos. Portanto, esta ciência possibilita compreender nosso lugar no mundo, de novas formas. Além de fazer com que transformações sociais que, muitas vezes, passam despercebidas por nós, tornem-se perceptíveis, conectando-nos a tais processos. Entende-se que pensar e problematizar o nosso lugar de fala, enquanto pesquisadora social no campo da sociologia, deve-se relacionar ao processo de praticar o significado desse campo científico.

Desse modo, encontra-se no sociólogo norte-americano Wright Mills, um modo de pensar e praticar a Sociologia, que dialoga com o caminho traçado na presente pesquisa, visto que: “[...] nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade completou a sua jornada intelectual” (MILLS, 1959, p.12-13). Para o autor, o mecanismo de fazer essa conexão, é o que denomina ser a imaginação sociológica que, por sua vez, possibilita aos indivíduos compreender a história e a biografia e as relações entre ambas na sociedade, realizando a sua tarefa e a sua promessa, marca do analista social clássico (MILLS, 1959).

⁶ Débora Diniz, vídeo do quadro “Quinquilharia” no canal do YouTube da Anis – Instituto de Bioética, 2017.

A imaginação sociológica envolve o reconhecimento por parte dos indivíduos da sua importância na sociedade e os permite identificar de que forma a idade, o gênero, a raça e a etnia, a classe e, assim como também o grau de instrução estabelecem as nossas preferências, percepções e oportunidades. É um jeito de lançar um olhar sobre nós mesmos e o mundo que nos cerca, é pensar como nossas práticas se apresentam a alguém de fora do nosso meio.

Aposta-se em motivar o processo de investigação com métodos de análise a partir de uma perspectiva histórica, que consiga olhar para processos sociais hegemônicos, de forma crítica e contextualizada; compreendendo a história e a sociedade, mas, também, o nosso lugar em ambos os espaços.

Seguimos com a metodologia qualitativa, “[...] ela não forma um mundo a parte, ela é parte. E é ali que ela se desenvolve. O foco, o nexa, o lugar de onde ela procede, são as Ciências Sociais e as Ciências Humanas” (MINAYO, 2015)⁷. No estudo realizado, optou-se por tal abordagem, em razão desta deslocar o sujeito para o centro da ação e análise. Além de construir técnicas de valores heurísticos, ou seja, que possuem um valor para a compreensão da realidade.

Suas técnicas criaram momentos de diálogos que trouxeram à tona as subjetividades das mulheres, ao proporcionar que elas reproduzissem, narrassem, ou apenas refletissem sobre situações ocorridas no interior de suas casas.

Acrescentou-se a esta abordagem qualitativa, a produção cinematográfica, representada pelo filme “Acorda Raimundo, Acorda!” e foi utilizada como uma forma de mediação para a reflexão, o questionamento, a produção e o aprofundamento de temas ligados às relações subjetivas e sociais presentes no momento contemporâneo. O caderno de campo foi utilizado na perspectiva de Queiroz (1991), no sentido do registro de informações observadas durante a pesquisa, em todas as atividades desenvolvidas e na vivência com as mulheres.

As fontes coletadas durante a pesquisa (exibição do filme, encontros, observações e entrevistas), foram examinadas a luz das epistemologias feministas, sobretudo, com um olhar especial para a valorização de elementos individuais, coletivos e subjetivos.

Desse modo, o trabalho com as narrativas afigurou-se o caminho mais adequado para um estudo de abordagem qualitativa, na qual a pesquisa-ação é o instrumento metodológico ideal a ser empregado. Michel Thiollent (1986) a define como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p.14).

⁷ Maria Cecília de Souza Minayo. Palestra - O Legado da Pesquisa Qualitativa, no 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, Rio de Janeiro, agosto de 2015.

Segundo o autor (1986), a pesquisa-ação oferece às pesquisadoras e aos pesquisadores, ou grupo participantes da pesquisa, recursos que propiciam uma resposta mais eficiente aos problemas da situação em que vivem, por meio de diretrizes de ação transformadora.

Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para aos quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído. Devido a urgência de tais problemas (educação, informação, práticas políticas etc.), os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer às prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez. (THIOLLENT, 1986, p.8).

O autor também considera que esse tipo de pesquisa encontra um contexto favorável quando as pesquisadoras e os pesquisadores não pretendem limitar suas investigações a nível acadêmico e burocrático, mas sim buscam pesquisas “[...] nas quais as pessoas implicadas tenham algo a ‘dizer’ e a ‘fazer’”. Não se trata de um simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados.

Com a pesquisa-ação, “os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados” (THIOLLENT, 1986, p. 16). Nessa acepção, as mulheres tiveram seu tempo, momentos e oportunidades para narrarem suas experiências e deram movimento aos fatos observados.

A narrativa oral apresenta um potencial para que experiências “esquecidas”, inquietações, sonhos e expectativas venham à tona. Com o passar dos encontros, as mulheres se sentiram mais à vontade e falaram sobre suas vidas, suas próprias histórias e, diante do possível e do desejo delas, fortaleceram-se para relações solidárias e grupais.

Os autores Muylaert, Walter Benjamin apresentam como conceito central de sua teoria, a experiência e a expressão dela, a narrativa que para ele seria a forma de comunicação mais adequada ao ser humano (MUYLAERT e col., 2014, p. 194). O autor reitera que a narrativa é uma forma artesanal de comunicar, sem a intenção de transmitir informações, mas, conteúdo a partir dos quais as experiências possam ser transmitidas.

A técnica das entrevistas narrativas visa à profundidade, bem como os aspectos específicos, a partir das quais afloram histórias de vida, tanto das entrevistadas como as que atravessam o contexto específico de onde realiza-se a pesquisa. Uma vez que: “[...] os processos macros são formados por ações individuais, a partir da técnica de entrevistas narrativas pode-se evidenciar aspectos desconhecidos ou nebulosos da realidade social a partir de discursos individuais” (MUYLAERT e col., 2014, p. 194).

As narrativas carregam consigo diferentes eixos de interpretação por parte da(o) pesquisadora e da(o) sujeito da pesquisa no ato da entrevista diante das experiências anteriores de ambos,

extrapolando o papel tradicional destinado a cada um deles. Esse tipo de pesquisa amplia a conexão entre os agentes da pesquisa ao garantir a escuta prolongada.

A opção em trabalhar com um grupo de mulheres decorre da noção de processo grupal de Sue Wilkinson (1998) e Sueli Martins (2003):

[...] A noção de processo grupal situa o grupo como uma experiência histórica construída em um determinado espaço e tempo, expressa pelas relações cotidianas e atravessada pelas contradições oriundas da sociedade. Os grupos são capazes de estimular o poder (empoderamento) e a reciprocidade entre seus membros e fomentar a participação social e política (*apud* MENEGHEL; FARINA; RAMÃO, 2005, p. 569-570).

As mulheres que participaram da pesquisa, demonstraram um fortalecimento subjetivo por entre seus afazeres cotidianos, entre situações de fragilidade e de emancipação. Então, ninguém melhor do que elas para trazerem à tona as suas experiências, narrando de modo a experienciarem novamente o que foram, o que são e o que poderão construir em grupo, na reciprocidade e na experiência com a terra e na terra.

3. Estrutura da dissertação

O *Capítulo I*, intitulado *Mulheres, Feminismos e Gênero*, transita pelas epistemologias feministas, em diálogo com outras áreas do pensamento sociológico, filosófico e histórico que conversam com a teoria feminista sobre o tema em destaque.

Trabalhamos a questão do gênero na perspectiva da virada epistemológica que essa categoria ofereceu ao pensamento feminista, também problematizamos a universalização da categoria mulheres. Embora não exista uma única vertente teórica sobre os dois campos de estudo, as narrativas das mulheres foram desenvolvidas por correntes teóricas que valorizam as diferenças existentes em ambas as categorias.

No *Capítulo II, Narrativas do Viver e do Vivido* são apresentadas reflexões sobre as mulheres, pelas próprias participantes da pesquisa. Foi discutido o conceito de patriarcado e de violências do ponto de vista histórico, intercaladas com as narrativas dessas mulheres.

O patriarcado é o modelo pelo qual a formação da sociedade brasileira é estruturada, articulado com o capitalismo, opera para a manutenção da condição de submissão e exploração da mulher e pelo controle da sua sexualidade e reprodução. Os marcadores sociais de classe e raça intensificam as desigualdades originadas pelo sistema patriarcal capitalista, fazendo com que se torne impossível transformar apenas um deles deixando intactos os demais.

Este estudo busca mostrar que para superar o modelo de sociedade violenta sexista em que vivemos, é necessário articular uma luta estrutural na qual o enfrentamento ao machismo e ao racismo esteja no centro do debate.

A dimensão das violências contra as mulheres está representada na trajetória de algumas das participantes da pesquisa. Seja na ameaça ou na consumação, a maioria das mulheres se relacionou com a violência em algum momento de sua vida. Isso demonstra que estamos falando de um problema crônico social que está longe de se afastar da vida das mulheres. No entanto, tal constatação não significa uma paralisação das mulheres diante de uma situação violenta.

Todas as mulheres demonstraram compreender mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência dentro de uma relação conjugal. Como, por exemplo, a imposição do respeito e o compartilhamento das tarefas domésticas desde quando se começa a viver com a outra pessoa. Pois, muitas vezes, a violência começa com a perda e/ou o comprometimento de ambas as questões.

Finalmente, no **Capítulo III, Narrativas “por entre” o filme “Acorda Raimundo, Acorda!”**. **Passado?** foram desenvolvidos os elementos abordados no filme e relacionados ao tema da pesquisa, conectando com as narrativas das mulheres.

O filme “Acorda Raimundo” marcou uma virada nas discussões durante o trabalho de campo. A partir dele, as mulheres se sentiram mais confortáveis para expressarem suas perspectivas acerca dos temas relacionados a suas vidas e que são abordados no filme, como a desigualdade de gênero, as relações de poder, o contexto do trabalho e as violências. Neste capítulo, se discorrem um conjunto de narrativas que apontam para a desconstrução da natureza de uma feminilidade alicerçada na dependência masculina e em uma *pseudo* fragilidade.

Por fim, seguem-se as **considerações finais** que, por sua vez, apresenta uma leitura do trabalho na perspectiva do desfecho das ideias apresentadas no decorrer do estudo e na vivência com as mulheres.

CAPÍTULO I

MULHERES, FEMINISMOS E GÊNERO

1.1 Mulheres, feminismos e as trabalhadoras rurais do Assentamento Santa Mônica

Nesse primeiro momento, o sujeito social são as mulheres e vamos transitar por contribuições teóricas dialogando com as suas narrativas, pois elas foram as participantes desse processo, melhor dizendo, foram e são as protagonistas, as “donas de suas vozes”.

As mulheres sempre estiveram presentes na história resistindo a desigualdades sociais em movimentos por mudanças na condição de vida individual e coletiva, frente aos poderes masculinos. Tais poderes foram solidificados historicamente e são responsáveis por uma condição de “subjugadas” às mulheres, imposta violentamente, mas que não permaneceu/permanece sem resistências. Seja em casa, na roça, na rua, nas aldeias, nas fábricas, as mulheres foram/são ativas em movimento enquanto sujeito político de direito.

Nas palavras de Amelinha Teles (1999):

[...] a mulher é um ser social, criativo e inovador. Falar de mulher nesses termos é mais do que se deixar envolver pelas mulheres do mundo inteiro. É deixar extravasar a ansiedade, o inconformismo [...]. É resgatar a memória, que, mesmo obscurecida pelos reacionários, iluminara o caminho de todos os que buscam a justiça e a liberdade. (TELES, 1999, p.10).

As mulheres, segundo a autora, são criativas, inovadoras, características também apontadas por Eliete, uma das entrevistadas. Com outras palavras, mas com o mesmo significado, ela demonstrou o reconhecimento a ter direitos e não se subjugar diante dos impedimentos ao fazer as suas próprias escolhas. Ao ser perguntada sobre o que representava participar da pesquisa, ela se expressou:

Nós temos que nos empoderar, temos que andar lado e lado, não tem mais esse negócio, ah a mulher não pode isso, não, nós podemos sim, nós temos direito. [...] Pra mim estar hoje nessa roda de conversa foi um desafio. Deixar o lar, a minha família, minha casa, meu dia a dia, pra estar aqui, pra aprender coisas novas. [...] Que tal nos surpreender? Temos que nos surpreender primeiro. Independente se vai surpreender a outra pessoa. [...] (Eliete, set., 2019).

As mulheres falaram sobre a sua própria libertação, essa postura é um ato político de questionamento de formas de subordinação impostas socialmente. Nos propusemos a pensar com as mulheres sobre essa realidade, na medida em que estivemos juntas durante a pesquisa e apresentamos as reflexões nesta dissertação. Estar-se-á falando de conquistas no âmbito do direito de exercer a

cidadania e superar desigualdades históricas, desde as reivindicações ao direito a votar, à propriedade e à educação, que permearam os anos de 1920 a 1930, segundo Piscitelli (2001).

No século XIX, a ideia de “direitos iguais à cidadania”, pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação. (PISCITELLI, 2001, p.5).

De acordo com Piscitelli, embora não exista uma unidade no pensamento feminista que permeie as lutas sociais, diversas vertentes reconhecem a existência da condição de subordinação feminina, e questiona o caráter natural desta subordinação. “Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente.” (PISCITELLI, 2001, p.2).

Para viabilizar estratégias, buscar as causas originais e questionar essa condição de subordinação, o pensamento feminista reivindicou igualdade no exercício dos direitos e ampliou os espaços e as circunstâncias para as mulheres se reconhecerem como sujeitos políticos coletivos, nas lutas sociais e políticas por emancipação.

Houve diferentes leituras sobre as origens e as causas da opressão contra as mulheres. Uma vertente do feminismo socialista, por exemplo, explicava as formas de opressão sexual, tais como aquelas subjacentes ao parentesco e à família, como uma das bases materiais na estrutura de classe, sendo que o problema não era a reprodução, mas o surgimento das classes sociais alicerçadas na propriedade privada.

Em outra vertente, feminista socialista, considerava-se a produção e a reprodução igualmente determinantes para a opressão contra a mulher, ou seja, associava tal problema ao capitalismo/patriarcado.

O feminismo radical⁸, por sua vez, sublinhava que as origens da subordinação feminina estavam localizadas no processo reprodutivo. “Os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres.” (PISCITELLI, 2001, p. 4).

Faz-se interessante observar que nessas vertentes do pensamento feminista, a reprodução adquire um lugar importante no que diz respeito às causas da opressão, isto é, no cerne da produção da desigualdade entre mulheres e homens estão as funções reprodutivas, e o corpo como central, será o foco da opressão sexual e de outras desigualdades, alimentos primordiais para o capitalismo e o patriarcado, sistemas interligados e que se alimentam responsivamente, como apontado abaixo:

8 Ver mais em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3107/2445>.

[...] a “condição” compartilhada pelas mulheres – e da qual se deriva a identidade entre elas – está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina. O corpo aparece, assim como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade. Desenvolvendo a análise dessa condição, essas correntes de pensamento trabalham recorrentemente com uma série de categorias e conceitos fundamentais, particularmente, mulher, opressão e patriarcado. Esses aspectos, centrais no pensamento feminista pós 1960, são importantes para compreender o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (PISCITELLI, 2001, p.4).⁹

Como explica a autora, a categoria “mulher” tem raízes no feminismo radical, segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas historicamente pelo fato de serem mulheres.

Essa ideia foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do “pensamento de esquerda”. O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a “identidade” entre as mulheres tornava-se primária. (PISCITELLI, 2001, p.4).

As feministas radicais destacaram o vínculo entre mulheres através do tempo e das culturas, elas consideravam que o corpo feminino era uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal. “E, se a ênfase concedida aos aspectos biológicos colocava o feminismo num terreno potencialmente essencialista, o desenvolvimento do conceito de opressão incidiu num alargamento dos significados do político.” (PISCITELLI, 2001 p.5).

Nicholson (1999) sugere que se reflita o sentido de “mulher” na mesma perspectiva que Wittgenstein pensa o sentido de “jogo”¹⁰, “[...] como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características”. (NICHOLSON, 1999, p. 35).

Para Nicholson (2000) esse modo de pensar o sentido de “mulher” é útil porque propõe,

Abandonar a ideia de que pode-se definir claramente apenas um sentido para “mulher” não significa que ela não tem sentido. Em vez disso, esse modo de pensar o sentido funciona a partir do pressuposto de que esses padrões são encontrados dentro da história e podem ser documentados como tais. Não podemos pressupor que o sentido dominante em sociedades ocidentais industrializadas deva ser verdadeiro em qualquer lugar ou através de períodos históricos de limites indefinidos. (NICHOLSON, 2000, p.35-36).

O debate construído por Nicholson (2000) é estratégico para compreender a importância de se historicizar as mudanças em torno da palavra “mulher”. A autora sugere pensar o sentido de “mulher” como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam.

⁹ Sobre o desenvolvimento do conceito, ver mais em “Re-criando a (categoria) mulher?” (2001) de Adriana Piscitell

¹⁰ Ver mais em “Interpretando o gênero” (2000) de Linda Nicholson

Para essa teórica, acima citada, articular o sentido de uma palavra no contexto de ambiguidades e no qual, diferentes consequências surgem de diversas articulações, é um ato político. Ela acrescenta que a palavra mulher é carregada de emoção e de sentidos que impulsionam intervenções políticas e reivindicatórias (NICHOLSON, 2000, p.37). Como um jogo, em contextos históricos díspares, nos quais os projetos de sociedade estão em disputa, por isso, as contradições são amplas e carecem de pesquisas coletivas e não fechadas em instituições “descoladas” do cotidiano para serem colocadas em xeque.

Nas disputas por projetos para a sociedade, com a participação e influência imprescindíveis das mulheres, podemos apresentar a ideia da “política de coalizão”. Nicholson sugere pensarmos numa política de coalizão como algo não meramente externo à política feminista, mas como a união daquelas que querem trabalhar em torno das necessidades das “mulheres”, não sendo tal conceito necessariamente entendido num sentido específico ou consensual, mas:

[...] como uma política composta por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem a coalizão, ou composta por reivindicações articuladas num determinado nível abstrato para incluir a diversidade, ou ainda composta por reivindicações específicas em torno das quais grupos diferentes temporariamente se unem (NICHOLSON, 2000, p.37).

Nas últimas décadas, tais estratégias são adotadas pelas feministas, a exemplo das mudanças na pauta sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Uma vez que a política de coalizão já vem sendo parte da prática da política feminista, a autora questiona por que nossa teoria sobre a “mulher” não pode refletir essa política?

Será que não podemos ter clareza de que qualquer proposição que fazemos em nome das “mulheres” ou do “interesse das mulheres” é estipuladora, e não descritiva, baseada tanto numa compreensão do que queremos que as mulheres sejam, quanto em qualquer exame coletivo sobre como aquelas que se consideram mulher se veem? Reconhecer o caráter político de tais propostas significa, é claro, abandonar a esperança de que seja fácil determinar a autoria da definição que se quer adotar para “mulheres” ou para “interesse das mulheres”. Mas essa determinação nunca foi fácil. Falando em nome das “mulheres” as feministas frequentemente ignoraram reivindicações das mulheres de direita enquanto assumiam ideias relativas aos “interesses das mulheres” vindos da esquerda masculina. (NICHOLSON, 2000, p.38).

Nicholson (2000, p. 38) nos convida a assumir que nossas pareceres sobre as “mulheres” “[...] não são baseadas numa realidade dada, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver.” Nesse sentido corroboramos com Piscitelli (2001) com a ideia do “pessoal é político” elaborada para “[...] mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada

homem com cada mulher. Esses relacionamentos eram considerados, sobretudo, políticos, na medida em que político é essencialmente definido como poder” (PISCITELLI, 2001, p.5-6).

A autora destaca a importância da redefinição do político pelas feministas:

Em termos de prática política, as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social e isto as levou a tentar agir nas mais diversas esferas. Em termos teóricos, elas trabalharam com uma ideia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. As instituições patriarcais seriam aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina. (PISCITELLI, 2001, p.6).

Redefinir a concepção do que é político na vida das mulheres no âmbito da prática e das relações cotidianas, é mister refletir, conforme apontado na citação acima, as relações de poder masculino amplamente disseminado nos relacionamentos e nas instituições patriarcais. Novamente apontamos que são premissas da vertente radical do feminismo, ao denunciar que a dominação masculina excluiu as mulheres da história, da política, da teoria, e das explicações acerca da realidade.

Tal análise refletiu o acúmulo dos estudos sobre “a situação da mulher” nas mais diversas disciplinas. No entanto, esse processo de produção científica orientada pelo feminismo acarretou um resultado inverso, a contestação de alguns conceitos e categorias com os quais o pensamento feminista estava operando como, por exemplo, o patriarcado.

Com o decorrer do tempo, segundo a análise de Piscitelli (2001), o patriarcado estendeu-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico.

Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres. Embora esse conceito não tenha sido inteiramente abandonado, hoje resulta fácil criticá-lo, por sua generalidade – universalizando uma forma de dominação masculina situada no tempo e no espaço -, por ser considerado um conceito trans-histórico e trans-geográfico e, ainda, porque esse conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável. (PISCITELLI, 2001, p.7).

É importante compreender que o patriarcado, com todas as críticas que lhe cabem, como a autora citada acima afirmou, desde a sua generalidade, universalidade, até sua característica trans histórica e geográfica, alcançou o objetivo primeiro, o de naturalizar os mecanismos para subordinação e hierarquização feminina, e, portanto, dificultou as formas de resistência e de questionamento de tais condições.

Isso não quer dizer que as resistências são inexistentes, pelo contrário, esses movimentos fazem parte do próprio avanço nas reflexões acerca das ressignificações históricas do patriarcado, que se

recompõe e se rejuvenesce a cada luta vencida pelos movimentos sociais e se reveste com novas roupagens conservadoras, racistas, misóginas, dentre outras formas de opressão.¹¹

1.2 Afinal, o que é feminismo? Feminismos? Alguns apontamentos

Até aqui, ao longo desta dissertação, discorreremos sobre a compreensão da categoria mulher, para então apresentarmos o feminismo como um movimento que é, foi e continua sendo construído nas lutas sociais e na história das mulheres, por conquista de direitos humanos e por reconhecimentos de si enquanto mulheres plurais, diferentes e em transformações constantes.

Com o objetivo de romper com as universalizações e invariabilidades, como apontadas na citação do item anterior da autora Piscitelli (2001), a categoria feminismo é utilizada no plural, ou seja, feminismos, por considerar “[...] o conjunto diverso de experiências e acepções possíveis que remetem ao enunciado”. (CARNEIRO, 2019, p.254).

Mas, afinal o que é feminismo, ou melhor, feminismos? Carneiro conceitua feminismos como sendo um “[...] fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam”. (CARNEIRO, 2019, p.251). Nesse contexto, não seria errado dizer que ao longo da história as mulheres estiveram em movimentos nos diversos tempos, espaços e lugares com variadas criatividades e resistências emancipatórias. A luta das mulheres durante o século XX mostrou que “[...] o poder se contesta e que não há posição social que não possa, ou não deva, ser ocupada por pessoas de qualquer gênero” (ADELMAN, 2002, p. 50).

Seja durante o período escravocrata, resistindo e participando de rebeliões, nas revoluções, ou no seu cotidiano, é preciso reconhecer que as mulheres sempre estiveram em movimentos para modificar algo em sua vida e/ou na vida de um coletivo.

Embora a literatura feminista busque estabelecer uma relação temporal entre as três fases dos feminismos, essas não são fixas¹². Baseiam-se na conjuntura social, política, econômica e cultural de cada sociedade.

Os feminismos produziram uma crítica contundente ao modo androcêntrico de produção do conhecimento. Configuraram-se em um movimento alternativo de operação e articulação na esfera do pensamento, faz (re)leituras de autoras e autores e de teorias de diversas áreas das ciências, e ainda,

11 No segundo capítulo ampliaremos sobre o tema do patriarcado.

12 Autoras feministas indicam três períodos distintos dos movimentos feministas. Sendo o primeiro no século XIX, foi caracterizado pelas lutas em defesa da igualdade de direitos, contra a condição de subordinação das mulheres ao casamento. No século seguinte com a conquista do direito ao voto, as lutas foram marcadas pela reivindicação dos direitos sexuais e reprodutivos. Esse momento histórico também é caracterizado pela emergência das feministas negras nos movimentos norte-americanos pelos direitos civis e pelas lutas anti-colonialistas nos EUA e na Europa. A terceira onda como é conhecida, a partir dos anos 1980 é feita a crítica acentuada ao racionalismo essencialista e às categorias da identidade, especialmente de sexo-gênero, raça-etnia e classes sociais. (CARNEIRO, 2019).

revela o fato da nossa construção como mulheres, passar pelas nossas próprias histórias. Tais configurações refletem no pensamento e na produção do conhecimento feminista em diálogo entre o passado, o presente e o futuro. A filósofa e historiadora Margareth Rago (2016)¹³, afirma que “Rever o passado é encontrar outro sentido para o futuro e o presente”.

Dito isso, é necessário enfatizar a importância dos feminismos, para os estudos e pesquisas sobre mulheres e gênero e como é essencial refletir sobre as epistemologias feministas para questionar o conhecimento hegemônico ocidental, masculino, heterossexual e branco, que exclui e/ou minimaliza o que está fora de suas margens.

O historiador Tedeschi (2012) escreve sobre a história tradicional antropocêntrica e universalizante que criou o mito do sexo frágil, da impotência feminina e da sua dependência existencial do masculino, ou seja, uma simbiose dos poderes patriarcais e coloniais ávidos por silenciarem e invisibilizarem as mulheres e seus movimentos de resistência.

A crítica ao estatuto marginal em que a abordagem histórica tinha confinado as mulheres e a consciência que a história de mulheres se desenhava, sobretudo, na ausência e no silêncio que as envolvia, levou o movimento feminista desde a década de 1960 a lutar pela necessidade de visibilizar as mulheres e o seu protagonismo na história. O silêncio e a ausência teriam de ser rompidos através da militância do movimento feminista, buscando visibilizar o protagonismo e a sua marca, apagada pela cultura androcêntrica no decurso dos acontecimentos históricos. (TEDESCHI, 2012, p. 10).

As teorias feministas questionam uma única abordagem teórica, bem como entendimentos dominantes de que um conhecimento é superior ao outro, e consta que historicamente o saber masculino é hegemônico e impositivo de verdades hierárquicas na perspectiva de gênero, dentre outras, como por exemplo, na política. Por isso, colocar uma única abordagem teórica em xeque é fragilizar o poder feminino em um contexto de socialização patriarcal e colonial. Como diz Adelman (2002), “a perspectiva feminista não é monolítica”.

Poderíamos falar em diversas epistemologias feministas, mas já adiantamos que compartilhamos da epistemologia feminista decolonial¹⁴, a vertente potencializadora das experiências de mulheres com distintos recortes raciais, sociais, geracionais, sexuais etc. Inverte as bases materiais, transgridem a ordem dominante e transformam as próprias escritas, diante da proposição de outras tecnologias de investigação.

13 Entrevista de Margareth Rago no café filosófico, 2016.

14“O feminismo decolonial se volta para os problemas gerados pelas relações coloniais (em que se inserem a escravidão e seus efeitos deletérios) e também para as imaginações emancipatórias elaboradas neste mundo em que a questão de raça se impôs de forma visceral. Assim, o feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres” Fávia Rios, abril de 2020 em “Um feminismo decolonial” De Françoise Vergès.

O olhar epistemológico feminista decolonial questiona intensamente e com força histórica os poderes que prendem o pensamento em delimitações, fragmentações, hierarquizações e dicotomias entre humanos e não humanos, mulheres e homens, quem pode controlar e quem pode ser controlado, quem fala e quem se cala. Emerge das margens, dos entrelugares, das fissuras identitárias e dimensiona rupturas no domínio colonial do pensamento.

Acredito que a hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos é a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam à mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não-humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. (LUGONES, 2019, p.358).

A autora explica que a imposição dessas hierarquias dicotômicas foi estruturada a luz da história no entrelaço da vida social entre as pessoas que estão fora dos papéis representativos ou oficiais, “A dicotomia hierárquica como uma marca de humanidade também se tornou uma ferramenta normativa de condenação dos colonizados” (LUGONES, 2019, p.359). Para a escritora, analisar o sistema moderno, colonial e de gênero, desencadeia a produção de uma teoria mais profunda sobre a lógica opressora da modernidade colonial, o uso de dicotomia hierarquizada e de uma lógica categorizante.¹⁵

Lugones(2019) propõe formas de entender a opressão das mulheres que foram subalternizadas por meio da combinação de processos de racialização, colonialização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade: “Meu objetivo é focar na esfera subjetiva-intersubjetiva para revelar que as opressões desagregadoras desmontam o salto subjetivo-intersubjetivo da agência das mulheres colonizadas. Eu chamo a análise dessa opressão racializada, capitalista e de gênero de “colonialidade dos gêneros” (LUGONES, 2019, p. 363).

A autora disserta sobre “descolonizar os gêneros como uma práxis”, pois os estudos feministas decoloniais criam espaços e contextos nos quais as mulheres em sua pluralidade e por elas mesmas, na materialidade de seus cotidianos, compreendem as redes de poder que as prendem e tecem seus mecanismos de resistências (LUGONES, 2019). Ela tece uma crítica às teorias feministas generalizantes Para ela, as mulheres indígenas e as mulheres negras não estão representadas nem na categoria universal de “mulher”, nem nas categorias índio e negro.

15 Para entender melhor sobre a relação entre pureza categoria e dicotomias hierárquicas, ver mais na página 367. Rumo a um feminismo decolonial. In. Pensamentos feministas: conceitos fundamentais

Portanto, “[...] para superar essa dominação colonial é preciso construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não-ditos da modernidade e colonialidade no tocante ao gênero” (LUGONES, 2007, p. 193 *apud* DIAS, 2014, p.4). Dias (2014) explica que para Lugones, as lutas feministas hegemônicas do século XX foram construídas considerando o conceito de “mulher” como universal, como se todas as mulheres fossem “brancas, burguesas, frágeis, sensíveis, sexualmente passivas, inferiores fisicamente e mentalmente” com necessidades similares e sofressem as mesmas opressões e das mesmas formas.

Decolonizar os gêneros é necessariamente uma práxis. Trata-se de transformar uma crítica da opressão de gênero – racializada, colonial, capitalista e heterossexista – em uma mudança viva da sociedade; colocar o teórico no meio das pessoas em um entendimento histórico, humano, subjetivo/intersubjetivo da relação oprimir > resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. [...] Além disso, o feminismo não nos dá apenas uma análise sobre a opressão das mulheres. Ele vai além da opressão, fornecendo materiais que permitem que as mulheres entendam sua situação sem sucumbir a ela. (LUGONES, 2019, p.363).

De acordo com o pensamento de Costa (2019), ao longo das últimas décadas o reconhecimento da complexidade das relações sociais de gênero, isto é, que além de seus respectivos sexos, as pessoas compõem diferentes classes sociais, étnicas, raciais, de geração e de orientação sexual, despertou debates, redefiniu marcos teóricos, inclusive a própria noção da singularidade para a pluralidade da palavra feminismo. Abaixo, uma síntese do processo de transformação do feminismo, elaborada pela autora:

As clássicas noções de ondas feministas para marcos de distinções de gerações feministas se movem, dando lugar a revisões de metáforas que presidem representações sobre mulheres e seus movimentos, em diferentes lugares e tempos históricos. Avante-se, pois, a percepção de tendências analíticas que expõem experiências feministas que, mesmo conjunturais, vinham tornando invisíveis tensões e rupturas entre gerações de mulheres e de feministas. (COSTA, 2019, p. 523).

A história das mulheres e dos feminismos assume uma maior complexidade ao mostrar uma sucessão de acontecimentos contínuos e de rupturas, que impactam o campo de conhecimento e os movimentos sociais em marcha, por vezes redefinem suas causas sociais e pautas por direitos sob formas plurais. Para Costa (2019) a noção do feminismo, move-se, uma vez que, a perspectiva da longa duração histórica e dos tempos múltiplos expõem processos sociais ocultados por clássicos conceitos.

Os movimentos, cada vez mais, conheceriam diásporas e segmentações, associações marcadas por muitas distinções e por hierarquias de classes, de etnias, cores de pele geração, orientação sexual de significativas peculiaridades e sob muitos conflitos. A pretensa possibilidade de representarem-se em bloco se desafiaria. (COSTA, 2019, p. 524).

Em consonância com a autora, a tendência intelectual que se firma e avança, agora se deslocará e se firmará para um novo patamar de consciência política. Em vista disso, a produção de revisões teóricas e empíricas direcionadas à igualdade/diferença política, social e econômica entre sexos iguais e diferentes, amplamente disseminadas por toda a parte, bem como o engrandecimento de pesquisas acadêmicas voltadas para práticas e representações sociais, sobretudo as das ciências humanas.

Alguns feminismos¹⁶ darão continuidade as lutas por igualdade dos sexos sob tradições intelectuais postas pela perspectiva inicial de sexualização do social, poderão estar mais e menos aderentes àquela perspectiva binária de oposição masculina *versus* feminina de longa duração histórica. Haverá aqueles que consideram a pluralidade de experiências femininas e masculinas, e reavaliam conceitos de oposições referidas a vários sistemas de dominação/subordinação e opressão.

Veem-se, agora, mais do que antes, diante de complexas relações sociais de sexos, como de classes sociais, raças, etnias, cores de pele, orientações sexuais e gerações; tudo isso faz rever concepções e campos de luta referidos à clássica oposição feminino x masculino. (COSTA, 2019, p. 525-526).

Nessa vertente Carneiro (2019) afirma que, “os feminismos atuam e buscam desconstruir as identidades e representações do feminino e do masculino, mostrando que o discurso fundado no biológico ou na natureza dos sexos é um mecanismo do poder do patriarcado em operação, marcado de historicidade” (CARNEIRO, 2019, p.254).

Durante os anos 70 e 80, a segunda onda do feminismo emergiu a partir da resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo, a violência e falta de cidadania no interior dos regimes militares. Grande parte das componentes do movimento advinha das organizações de esquerda e da luta contra o capitalismo e pela democracia, mas a partir de um exercício crítico significativo, rejeitavam práticas hierárquicas e androcêntricas dessa esquerda, bem como a invisibilização e desconsideração da necessidade das transformações de gênero para a luta política geral. (MATOS, 2014, p.5).

Teles relembra que no Brasil, o feminismo dos anos 70 surge do campo da esquerda. A maioria das mulheres que se reuniram em algum grupo tinha experiência com a esquerda, era plena ditadura.

Nós começamos a discutir as nossas condições, os nossos problemas específicos, a gente chamava “questões específicas” em plena ditadura. Existia muita repressão. Encontramos dificuldade de falar tanto entre nós, porque cada uma de nós vinha ou tinha alguma experiência com algum grupo de esquerda que sempre tinha como eixo

16 Diante das diversas realidades, vários feminismos têm surgido no campo de luta feminista. É necessário compreender o feminismo de forma mais ampla e não como um conceito pronto, linear, com uma fórmula fixa. As mulheres estão organizadas no mundo inteiro lutando contra toda e qualquer forma de opressão. Nesse sentido, destacamos a luta das mulheres indígenas no feminismo comunitário, que por sua vez, nasce a partir da construção de direitos coletivos e não individuais, através da comunidade, do seu local de identidade coletiva e ancestral. Sobre feminismo comunitário ler “Para descolonizar el feminismo”, Julieta Paredes Carvajal (2019).

central, e não abria a mão, a luta de classe e achava que a nossa luta era totalmente secundária, era marginal. Não tinha porque ter uma luta das mulheres. Acho que todas nós, de alguma forma, sentíamos essa reação dentro do próprio movimento em que a gente participava. Quer dizer, levantar as questões específicas, éramos chamadas de pequeno-burguesas, desvio da luta, enfim, todas essas questões. (TELES, 2018)¹⁷.

A ativista histórica Amelinha Teles, numa palestra no SESC São Paulo em 2018, destaca que em 1975 quando as feministas trazem o feminismo para o público por meio de jornais, a exemplo do “Brasil Mulher” e o “Nós, Mulheres”, encontra simpatia das mulheres, em geral, à causa.

Em nossa pesquisa, houve adesão desde o primeiro momento. As mulheres sempre se mostraram interessadas e motivadas a falarem sobre suas vidas e a exercitarem o diálogo. Algumas disseram, por mais de uma vez, que o encontro era o único momento que elas paravam para se escutarem. Por isso, também, nosso desejo em entregar um material de vídeo da pesquisa para cada uma.

Dando prosseguimento à história do feminismo no Brasil, é válido salientar a participação das ativistas brasileiras na ação feminista na América Latina. Teles (2018) comenta que as brasileiras estiveram presentes desde o I Encontro Feminista Latino-Americano Caribenho em Bogotá em 1981.

Nós criamos uma rede interna, uma rede latino-americana, fomos criando tudo que era possível, é bom até lembrar, porque eu vejo o 25 de novembro¹⁸, muita gente fala que foi a ONU que criou. Não foi a ONU gente, fomos nós feministas no encontro feminista que propomos essa data. [...] Isso foi em 1981, depois em 1981 que a ONU achou legal e criou o Dia Internacional. Foi bom que a ONU deu essa amplitude. (TELES, 2018)¹⁹.

Do ponto de vista da América Latina, muitos países seguiram para governos ditos democráticos durante a década de 1980 e 1990. Atualmente, a agenda política do feminismo reflete a imensa diversidade do movimento que, por sua vez, amplia espaços sociais e políticos de modo geral. Teles (2018) lembra que temos mais de 50 anos de feminismo organizado no Brasil sem interrupção, e que diversos desafios estão colocados como o enfrentamento à misoginia, ao discurso de ódio, à representatividade: “Nós temos que juntar todas as opressões e os nossos feminismos têm que dar conta disso sim. Se não a gente perde a condição de movimento libertário que somos.” (TELES, 2018).

A proliferação de grupos de estudos e diálogos transdisciplinares, de publicação na área, a consolidação de espaços para o debate – colóquios nacionais e internacionais – e organizações políticas governamentais e não-governamentais -, entre elas o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, e a Secretaria de

17 Maria Amélia de Almeida Teles – Palestra “Origens dos movimentos e teorias feministas com Amelinha Teles e Adriana Piscitelli”. São Paulo, dezembro de 2018.

18 25 de novembro - Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

19 Maria Amélia de Almeida Teles – Palestra “Origens dos movimentos e teorias feministas com Amelinha Teles e Adriana Piscitelli”. São Paulo, dezembro de 2018.

Políticas para as Mulheres do Governo Federal, criada em 2003, são resultados dessas ações que se multiplicam e que, por sua vez, alargam as perspectivas de promoção de pesquisas e políticas públicas para a transformação social da esfera do trabalho, da saúde, da cultura e cidadania. [...] Tornando visível a presença e a contribuição das mulheres, na vida, na política, na produção e leitura do mundo social, ou buscando desconstruir os mundos construídos pela linguagem e pela cultura, os feminismos contemporâneos estão em movimento: problematizam a construção da diferença sexual, a representação e a reiteração binária dos corpos, a produção da assimetria dos sujeitos, dos poderes e das desigualdades sociais. (CARNEIRO, 2019, p.254)

Louro (2002) relembra que houve uma tendência de muitos estudos sobre mulheres, em suprir uma lacuna histórica, de agregar episódios ou perspectivas não contempladas nas narrativas dominantes.

Assim sendo, conforme já destacamos, a adoção de teorias feministas como embasamento teórico que orienta este estudo decorre desse referencial que coloca as mulheres como sujeito social na história e questiona as relações de poder, como observa-se na fala de uma das mulheres participantes da pesquisa durante a dinâmica realizada em um dos encontros:

O que eu penso sobre igualdade, porque o que acontece, por mais que teve um período de lutas, barreiras, enfrentou muita dificuldade, elas vêm tomando espaço dentro da sociedade, do trabalho, vários tipos de espaço. Antigamente as mulheres eram olhadas para cuidar do lar, da família, ficar mais em casa, e hoje as mulheres estão dominando, tem suas carreiras, suas profissões, elas ajudam, elas são... tem aquela palavra empoderamento. Elas já têm voz e vez, elas fazem acontecer. Eu coloquei aqui, uma mulher e um homem no mesmo nível, igualdade né, porque ainda tem aquele preconceito, por ser mulher: “ah não pode”. Não, a gente pode sim. Também coloquei uma opinião, que era impossível uma mulher presidente, e nós tivemos uma mulher presidente, no poder. (Eliete, dez., 2019)

Eliete profere o comentário acima segurando o seu desenho produzido em um dos encontros anteriores (o segundo), quando nós solicitamos às mulheres para desenharem o que significava “ser mulher” na opinião delas.

As principais reflexões junto as narrativas das mulheres desta pesquisa, permearam conteúdos relacionados ao gênero, ao trabalho e as violências, dos quais são temas historicamente pautados pelos movimentos feministas e que serão desenvolvidos ao longo do estudo.

Como ressalta Costa (2019), os feminismos têm sido reconhecidos como movimentos sociais de mulheres, todavia, com suas questões cada vez mais específicas. Há, em todas as formas associativas do nosso tempo presente, uma permanente reafirmação de pautas de lutas e ações políticas contra diferentes formas de opressão e de negação de direitos a pessoas de iguais e de diferentes sexos (COSTA, 2019, p.526-527).

Scavone (2008) descreve que muitas questões colocadas pela teoria feminista, devem ser examinadas considerando a transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 1960.

Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados” (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal. [...] (SCAVONE, 2008, p. 175)

Tais rupturas ocorreram ao mesmo tempo em que novas teorias surgiam oriundas dos “novos movimentos sociais”. Nesse sentido, Scavone (2008) enfatiza que a consolidação do campo de estudos “sobre mulheres” – como eram denominados, nesse período, os estudos de gênero – desponta simultaneamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. Assim, “é possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas” (SCAVONE, 2008 p. 174-175).

Acrescentamos com Carneiro:

Ao longo do século XX, amplia-se o cenário de reflexões e conquistas feministas, processo que pode ser observado não apenas nos discursos de grupos mais organizados da sociedade civil-associações, partidos e conjuntos legislativos nacionais. Tal ampliação tem um ponto de inflexão, particularmente com a publicação de *O Segundo Sexo*, da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1949). (CARNEIRO, 2019, p.252).

Scavone (2008) sublinha que a obra de umas das principais referências do pensamento no século XX radicalizou a abertura do debate político, lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo, ao afirmar que o sexo biológico não determina a identidade de um sujeito.

Conforme Sylvie Chaperon, “Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a perspectiva hegeliana: ‘ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos’”, que resultou em sua célebre ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar ‘gênero’. (SCAVONE, 2008, p. 174).

Tal contestação inspiraria mulheres do mundo inteiro ao ser dito – pela primeira vez, que ser mulher não era algo natural. Beauvoir explica que as mulheres se tornaram “o segundo sexo”, aquele que só se define em relação ao primeiro sexo, o masculino. Assim, por uma série de acontecimentos sociais e históricos, as mulheres só existiram em referência aos homens, como homens ao contrário,

como um espelho invertido, uma versão fracassada, sem força, impotente e desprovida de poder do masculino, condenadas ao “eterno feminino”.

Para Scavone (2008), a obra de Beauvoir deve ser contextualizada nas transformações políticas, econômicas e sociais que balançaram a sociedade moderna em um período de transição. A autora também pontua que aquela fundamenta-se na história das lutas feministas que, por sua vez, propiciam visibilidade às questões de gênero nos diferentes campos sociais, ao longo de mais de dois séculos. “As ideias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/ gênero na academia ou fora dela”. (SCAVONE, 2008, p.176).

Marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias, os estudos de gênero e feministas mostraram-se historicamente comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associando-as a contextos mais abrangentes. Buscaram compreender os problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos, associando-os, em determinadas análises, à classe e à raça, especialmente no Brasil e no restante da América Latina. Esses estudos contribuíram para mostrar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica de gênero. (SCAVONE, 2008, p.176-177).

Louro (2002) reitera “que se os estudos feministas representaram uma “virada” fundamental para o pensamento ocidental, o seu caráter subversivo e inovador só poderá ser sustentado pelo debate e pelas alianças teóricas e políticas com outros campos de estudos críticos e engajados” (LOURO, 2002, p. 22).

Pensando o Brasil e a América Latina com Scavone (2008), é importante ressaltar que as contradições de classe e raça marcaram muito as temáticas trabalhadas e a expansão dos estudos feministas.

Questões sociais e problemas sociológicos caminham juntos. Assim, os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade passaram a ser tratados com o ‘olhar de gênero’. E foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural. (SCAVONE, 2008, p. 178).

Pretende-se, a seguir, desenvolver sobre o estudo das relações de gênero para buscar teorizar sobre essas e outras indagações, questionamentos e reflexões que surgiram das narrativas das mulheres do Assentamento Santa Mônica.

1.3 Mulheres e o conceito de gênero

Ao examinar as epistemologias feministas decoloniais, nota-se que não há um único entendimento acerca do uso de categorias como “mulheres e gênero” e “sexo e gênero. Tais categorias estão intrinsecamente ligadas e são frutos do amadurecimento teórico no campo dos estudos feministas que romperam com um percurso de conceituação fixa e linear sobre mulher e gênero, sexo e gênero pois, essas categorias estão constantemente em processos de construções e desconstruções.

Segundo já visualizamos, as temáticas dos estudos feministas e de gênero estão associadas tanto às grandes fases do feminismo como aos contextos e problemas que lhes suscitaram.

As questões básicas da historicidade (por que, como, quando) da ‘dominação masculina’ deram lugar a inúmeras teorias explicativas e conceitos, que, com base em um diálogo com o marxismo, com o estruturalismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo, passaram a integrar o universo das teorias sociais contemporâneas. Entre esses conceitos, o mais integrado às pesquisas sociológicas na academia brasileira e internacional é o conceito de gênero, que dá nome a esses estudos e responde pela construção social das diferenças entre os sexos. As diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes. O aprofundamento desse conceito e sua diversificação nos possibilitam atualmente falar em teorias de gênero. (SCAVONE, 2008, p. 179).

Zanello (2018) descreve que foi na segunda onda do feminismo que o conceito de “gênero” surge para complementar o de “sexo” e não para substituí-lo. Corroborando essa ideia também: “O biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Assim, no momento em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada”. (NICHOLSON, 2001, p.3).

Dois pilares epistemológicos se fizeram importantes, portanto, na segunda onda: a diferença sexual como um “fato” (sendo o gênero a construção social a partir dessas diferenças) e a noção de identidade como algo substancial, marcado pela constância. Além disso, a categoria utilizada nesse momento histórico foi o de “mulher”, entendida como uma essência comum às mulheres. Nesse sentido, foi escamoteada a diversidade de realidades de várias mulheres que não as brancas de classe média e alta. (ZANELLO, 2018, p.43)

A antropologia foi o terreno preferencial no tratamento do conceito de gênero nos anos 1970. Um marco está no ensaio “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, de Gayle Rubin (1975). A antropóloga e feminista é considerada uma das fundadoras do conceito de gênero.

[...] Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero. (SCAVONE, 2008, p.179).

Segundo Rubin (1993), o “sistema de sexo/gênero”, é “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 159). Para a autora, a sexualidade é expressa por meio da intervenção da cultura.

Toda sociedade tem um sistema sexo/gênero específico e que organiza socialmente a sexualidade. Em suas próprias palavras: “Precisamos estudar cada sociedade para determinar os exatos mecanismos pelos quais convenções particulares da sexualidade são produzidas e mantidas” (Rubin, 1975, p. 177). Nesse sentido o gênero seria uma divisão sexual, impostas aos sexos, a qual transformaria a fêmea em mulher e o macho em homem. Em nossa cultura, essa organização se caracteriza pela heterossexualidade obrigatória, pelo binarismo e pelas restrições da sexualidade feminina. (ZANELLO, 2018, p.43-44).

Em consonância, para Paulson (2002) não existe comunidade alguma que não organize a vida social funcional e simbolicamente a partir de critérios de gênero. Segundo a autora embora o sexo biológico atinja os corpos sexuados, o sexo social, o que chamamos de ‘gênero’, atinge tudo.

Linguagens, cosmologia, ciências, arquitetura, paisagens, estruturas universitárias, leis, economias, mercados de trabalho: todos esses campos incorporam o gênero, na organização dos espaços e atividades, assim como valor simbólico e na distribuição de poder. (PAULSON, 2002, p. 25).

Se o sexo biológico enquanto “natureza” não nos define, é preciso pensar o gênero como sexo social. Nessa acepção sabe-se que ainda há desafios a serem enfrentados como a reprodução que a sociedade em geral faz, da ideia do determinismo “natural”. Nesse sentido, debatemos por diversas vezes durante o trabalho de campo, as relações de gênero no ambiente doméstico e a educação não-sexista; a forma como somos “modeladas”²⁰ desde criança para termos determinado comportamento.

Entre as narrativas das participantes da pesquisa que exemplificam essa discussão, destacamos uma sequência delas no debate após a exibição do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”.

Duda: Você contribui na educação do seu filho pra mudar o que ele pensa. Porque a criança é modelada. A gente modela ela, ela não vem pronta.

Zelita: Então, mas, pra existir esse vínculo, tem que ser dos dois lados, porque só você sozinha, você não consegue.

Eliete: Sabe o que eu observo muito? Essa roda de conversa. Nós que temos acesso a esse tipo de coisa aqui, isso aqui muda muito a nossa vida, muda a vida de muitas pessoas. Mas, têm pessoas que não tem essa oportunidade, que não tem esse contato.

20 Termo retirado de uma das narrativas da Duda ao explicar sobre o processo de educação das filhas e filhos.

Luciene: Tem pessoas que não querem se dá a essa oportunidade. Porque tem mulheres que não vêm, mas, a gente tem experiência, e passa pra frente. [...]

Luciene: É trabalhoso, trabalhar dentro de casa, principalmente com o esposo, quem tem filho homem, que está na adolescência. É complicado você trabalhar, mas, você consegue, as vezes não 100%, mas, você consegue. (Caderno de campo, nov., 2019).

Dalvinha, falou sobre a questão cultural estar tão embutida, que às vezes a pessoa não percebe esse tipo de dominação, desse sistema patriarcal. Ela levanta a suposição que as mulheres (outras mulheres do assentamento) podem se perguntar, “o que vai fazer no encontro?” (se referindo a nossa pesquisa), “se elas têm roupa para lavar, têm casa para limpar, têm filho para cuidar?”. Essas mulheres podem pensar que as participantes da pesquisa podem não estar sobrecarregadas de trabalho, segundo Dalvinha.

Paulson (2002) afirma que “os nossos sistemas de gênero não se explicam pela determinação biológica, mas também não seriam exclusivamente construções culturais” (PAULSON, 2002, p.26). Nesse sentido, a autora explora a perspectiva de interação entre o que é considerado “natureza” e o que é considerada “cultura”.²¹

Dona Zelita mencionou ter ficado bastante entusiasmada com o filme expressando o contentamento em ver um homem cuidando da casa: “Meu Deus, os homem podia fazer aquilo lá. [...] Aquilo lá me entusiasmou de ver: *Ai amor, o café da manhã está pronto*. (ironizou) [...] ele fazia, ele cuidava dos filhos.” (Zelita, dez., 2019).

Em seguida, a mesma participante contou uma situação no que diz respeito a liberdade de escolha da maternidade e planejamento familiar. Ela se referiu a um trecho do filme em que Raimundo descobre que está “grávido”:

Aquela hora em que o homem falou assim: *eu tô grávido*. (ironizou) A outra (personagem) respondeu assim: *de novo?! (Risos)* Eu lembrei de mim, há alguns anos atrás. A gente com aquela preocupação, não podia fazer nada, já era uma luta... grávida de novo?!, Deus me livre, esse aqui não vou querer não. (risos) (Zelita, dez., 2019).

Sobre a correlação da fala das mulheres e a maternidade, outra participante fez a seguinte narrativa:

A mulher, tem um porém, ela se vê numa limitação maior. Por quê? o primeiro impasse de limitação é filho. Tanto que quando eu engravidei desse eu tava já na faculdade. Não foi porque aconteceu. Eu me permiti engravidar. Só que eu falei, minha faculdade eu não paro. Seja com quem for ficar, minha faculdade eu não paro. O pai queria, o irmão queria, pois vocês vão cuidar. Porque esse foi o combinado antes de eu engravidar. Eu não paro a minha faculdade. [...] A mulher se vê numa

21 Ver mais em *Sexo e Gênero através das Culturas*. In. *Gênero Plural*, 2002, p. 23-32.

limitação, física, cotidiana e diária, mais do que o homem. Porque homem não se prende. Homem não tem obrigação com casa. Ele tem roupa lavada, comida pronta, [não precisa] cuidar de filho, trocar filho. Então a mulher pra fazer alcance vai ter uma dificuldade maior. (Zilda, dez., 2019).

Aqui, faz-se importante fazer o seguinte contraste dos dois depoimentos. O primeiro é de Dona Zelita, uma senhora de 56 anos, que tem 6 filhos e que se casou a primeira vez com 13 anos. Estudou até a 3ª série do Ensino Fundamental, vivenciou violência doméstica e está no seu terceiro casamento.

Por outro lado, Zilda que optou em engravidar e ter o segundo filho cursando a faculdade, tem 42 anos, e concluiu o Mestrado durante a pesquisa. Nota-se que há uma assimetria na história dessas duas mulheres que, provavelmente, tiveram oportunidades diferentes. Ambas chamaram atenção para o trabalho/cuidados dos homens em seus respectivos arranjos familiares.

Sobre a questão do imaginário religioso, uma das participantes, a Adelia teceu o seguinte comentário:

[...] a minha vida melhorou depois que eu aceitei Jesus, conheci a palavra de Deus e na igreja, os pastores, as pastoras, missionárias, ela na pregação vai ensinar a gente como você deve se comportar, como você deve se comportar dentro da sua casa, com seus filhos, com seu esposo, o que tem que fazer pra mudar. (Adélia, set., 2019).

As narrativas abaixo seguem em torno da discussão do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”. No primeiro momento, Eliete fala sobre como as mulheres podem achar um absurdo a inversão de papéis entre elas e o marido, como se só as mulheres tivessem a obrigação de cuidar dos filhos e ao enxergar uma situação diferente em outra família, julgar aquela mulher.

Eliete: eu acho assim, o mais interessante da gente assistindo e olhando pelo outro lado, às vezes a gente até fala: “nossa que absurdo”, já é uma coisa da cultura nossa, da mulher, de não se defender, de achar aquilo ali um absurdo. E isso tem que mudar. A gente tem que valorizar umas às outras. Então assim, “nossa, um pai cuida dos filhos? meu deus tem que trabalhar”, “mas, e a mulher?”. Então assim, é uma cultura que está assim generalizada e isso tem que mudar. Até então às vezes, eu por falta de entendimento, eu olhava muito pro lado do julgamento, eu julgava muito antes, aí eu comecei a olhar, nossa realmente... [...] e hoje quando eu escuto alguma fala menosprezando (a mulher), eu já não deixo isso acontecer, eu já defendo. Porque se nós nunca nos defendermos, nós nunca vamos ter direito a nada, voz de nada. (Eliete, nov., 2019).

Outra participante aborda questões acerca da cultura, da educação e da divisão sexual do trabalho e de como tem se transformado em sua casa, a questão do compartilhamento das tarefas domésticas.

[...] é uma cultura, tem que ser quebrada. Sou mãe de menina e mãe de menino. Eu sou cobrada muito. [...] Eu falo para os meus filhos: você é homem, mas, porém, tem as filhas dos outros. Então aquilo que você não quer, eu não quero, seu pai não quer que faça com as suas irmãs, então você respeita a filha dos outros. [...] O meu, eu ensino, o meu mais velho mesmo já cresceu, tá ficando mais velho... Não tem serviço de mulher e de homem. Por que que o homem que vai pra roça, não pode fazer comida? Sujou, todo mundo tem que limpar. Antes, eu ia pra roça, e os belezinhas lá, e você vai pro fogão, pia etc. Então assim, quando eu comecei a trabalhar de novo, eu pensei: “e agora?” (Luciene, nov., 2019).

Paulson (2002) explica que ainda é comum falar das causas *naturais* das nossas motivações e ações, no sentido de evocar o determinismo biológico para explicar por que o mundo é como é e porque nós somos como somos. “Neste modo de pensar, as diferenças e desigualdades vividas pelos diferentes grupos dentro das nossas sociedades são explicadas em termos de “raça” ou “sexo”, como se estes fossem categorias biológicas.” (PAULSON, 2002, p. 23).

- *Desde que nascem*, os meninos são mais agressivos e ativos, gostam da rua; as meninas são mais tranquilas e “gostam de ficar em casa com a mãe”.
- As mulheres gestam e amamentam as crianças, portanto, é *natural* que elas fiquem perto dos filhos, troquem as fraldas, eduquem as crianças.
- Os homens são maiores e mais fortes que as mulheres, portanto, é *natural* que eles vão à caça, à guerra, ao senado.
- A mulher só pode ter uma dezena de bebês na sua vida, portanto, é *natural* que ela se agarre ao homem para prendê-lo a sua cria numa relação monogâmica.
- o homem pode semear milhares de sementes, para ele, então, *naturalmente* convém fazer isso. (PAULSON, 2002, p. 23-24)

Luciene descreve como eram as relações em sua casa quando ela começou a trabalhar fora:

Na roça eu me acabava... quando chegava tinha o serviço de casa, conforme a Emily foi crescendo era só nós duas. Então isso é desgastante pra mulher. Por isso que você se estressa... Quando os meninos gritam, realmente, porque você já está esgotada. (Luciene, nov., 2019)

Saffioti (1987) discorre sobre o método que consiste em *naturalizar* processos socioculturais, isto é, ao se afirmar que é natural a mulher se ocupar do espaço doméstico, e o homem o espaço público, está se rigorosamente, naturalizando um resultado da história.

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel *sempre* foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao se afirmar que *sempre* e em todos os *lugares* as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características “naturais” destas funções. (SAFFIOTTI, 1987, p. 11).

Para Miriam Nobre (2005) a valorização do trabalho de mulheres e homens se explica pela existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros.

Essa relação tem sua base material na divisão sexual do trabalho, mas organiza, sem ordem de prioridades, aspectos econômicos, sociais, vivências particulares, símbolos e representações em imagens de constante movimento, como em um caleidoscópio (NOBRE, 2005, p. 44).

Bourdieu (1998) informa que a visão androcêntrica²² presente na ordem masculina, não precisa ser enunciada, nem justificada, ela se coloca como neutra, acontece.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 1998, p.18).

Essa perspectiva teórica apresentada orienta o nosso interesse em investigar a percepção de um conjunto de mulheres e desenvolver a pesquisa a partir das suas narrativas, particularmente por meio do filme “Acorda Raimundo”. Uma vez, que ele traz explícito, justamente, as representações cotidianas pautadas em uma “fórmula binária” de como as relações de gênero são reproduzidas e naturalizadas dentro de um sistema patriarcal.

Considera-se que as relações de gênero são construídas historicamente, marcadas pela cultura e pelas relações de poder que fundamentam uma hierarquia e uma assimetria social entre homens e mulheres. (NASCIMENTO, 2019, p. 631).

No decorrer de uma atividade, uma das participantes brincou com o significado do casamento, ironizando que as tarefas domésticas acabam por serem destinadas “naturalmente”, “obrigatoriamente” às mulheres. [...] É igual o canto, quando a noiva entra na igreja... (a participante emite o som da marcha nupcial e prossegue) [...] “*vou lavar, vou passar, vou cozinhar, vou dar, vou dar, vou dar*” (Norma, mar., de 2020).

Após todas rirmos muito da brincadeira da Norma, foi feita a reflexão que é exatamente assim que acontece no casamento. Neti, completa a música: “vou limpar” e em seguida comenta com um tom mais sério: “esse aí é frustrante... Aí, a noiva, ouve essa musiquinha [marcha nupcial], fica faceira.... Ela não sabe o final [risos]. Duda: “ou ela sabe, e já começa a chorar ali” [risos].

Em outro encontro, houve um diálogo com a “brincadeira” que a Norma fez com relação à noiva, no que refere aos combinados, as expectativas antes do casamento e a vida real depois.

22 Uma das principais características da sociedade patriarcal pode ser circunscrita na definição do termo androcentrismo, postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres. (OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Revista Sequência, n.º 48, p. 41-72, jul. de 2004)

Sobre o início do relacionamento: eu falava pra ele: “e aí quando a gente for pra roça, e daí o serviço de casa”? Ele respondeu: “Não... daí todo mundo se ajuda né”. Mas, quando chegou a realidade... Primeiro que os filhos, nenhum foi planejado, aí as coisas se apertam mais. E quando fomos pra roça eu falei “e aí, nós não íamos nos ajudar?” (Luciene, nov., 2019).

Nota-se no que as participantes da pesquisa possuem uma leitura crítica sobre os papéis atribuídos às mulheres e aos homens dentro de casa e na roça.

Segundo Kehl (2007) com a consolidação do capitalismo, houve uma transformação social na qual se constituiu um lugar específico para algumas mulheres: a família nuclear e o lar burguês. Segundo a autora, esse lugar é tributário da “criação de um padrão de feminilidade que sobrevive ainda hoje, cuja principal função (...) é promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre as mulheres e o lar”. Além disso, “aos ideais de domesticidade contrapunham-se o de liberdade; à ideia de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade contrapunha-se a ideia, também moderna, de que cada sujeito deve escrever seu próprio destino, de acordo com sua própria vontade” (KEHL, 2007, p.44, *apud*, ZANELLO, 2018, p.41).

O autor (2018) destaca que não se trata de negar a diferença corporal entre mulheres e homens, mas de apontar que certas diferenças foram eleitas em determinado momento histórico para justificar desigualdades sociais. A autora sublinha que o desconforto de algumas mulheres em relação aos papéis diferenciados, fortaleceu a possibilidade de contestá-los através de várias esferas em pesquisas acadêmicas e em movimentos sociais, presentes a partir da década de 1960.

Em uma das etapas do trabalho de campo, várias mulheres falaram sobre como tinha sido o encontro daquele dia. Destaca-se que as próprias mulheres narraram que não são iguais e não se sentem iguais, só pelo fato de serem mulheres.

É bom que a gente desabafa né? Se sente mais à vontade. Se você tem uma pessoa que pode se abrir em qualquer que seja a situação, é muito bom. Mesmo com vivências diferentes. A única coisa que nos fazem iguais, é que somos diferentes. Mesmo com vivências diferentes, mas, saber que a gente pode se apoiar. (Mulheres, nov. 2019)²³.

Zanello (2018) descreve que as diferenças entre mulheres e homens, e entre as mulheres e os homens foram direcionadas a justificar espaços sociais de maior ou menor empoderamento. Conforme já dissertamos, a diferença foi traduzida em oposição e desigualdade. Para a autora,

23 Narrativa em uma roda de conversa e não foi possível identificar a mulher, o seu nome será incluído na versão final da dissertação, após a conferência no material audiovisual.

“gênero” é, portanto, um conceito relacional e implica, sempre, relações de poder, de privilégios, de maior ou menor prestígio²⁴.

O que Butler destaca, então é que a diferença sexual é uma construção de gênero. Não existe acesso direto e atemporal ao corpo: esse acesso é sempre mediado pela cultura. Esse acesso é gendrado, sendo esse gendramento compreendido, de forma geral, como binário e em oposição. Como aponta Scott (1990, p.73): “Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos” (ZANELLO, 2018, p.44)

A categoria “mulheres” passou a ser discutida, uma vez que diante da diversidade de experiências étnico-raciais, de geração e de orientação sexual, as mulheres não se viam mais representadas na categoria “mulher”. Nos anos de 1990, amplia-se o diálogo entre uma referência ampla às mulheres e se estende às relações de gênero, enquanto uma categoria histórica e analítica que envolveria melhor as diversidades, ambiguidades e especificidade das mulheres, já não mais apenas mulher. Entretanto, as categorias se coexistem e percebemos o “uso” teórico com consonância à realidade pesquisada (PEDRO, 2019).

Para Veiga (2019) e Pedro (2019), a categoria gênero é fruto de uma construção conjunta de teóricas feministas, que passaram a considerar os estudos com os termos “mulher” ou “mulheres” insuficientes, pela associação que ambas as categorias dispunham com a biologização do corpo desses sujeitos. As autoras afirmam que gênero se refere a relações socialmente constituídas, que supõe a contraposição e o questionamento “dos convencioneados gêneros, feminino e masculino, suas variações e hierarquização social”. (VEIGA; PEDRO, 2019, p. 330).

A categoria gênero merece um destaque significativo nessa reflexão. A emergência da categoria representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura *das mulheres, sobre as mulheres* e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio as relações sociais de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas [...] (LOURO, 2002, p. 15).

24 Trata-se, claramente de uma categoria política. Política deve ser entendida com um conjunto de estratégias destinadas a manter um sistema; assim como um conjunto de relações e compromissos estruturados de acordo com o poder, em virtude dos quais há hierarquia de poder e privilégios (MILLET, 2010, *apud* ZANELLO, 2018, p.44).

No Brasil, a introdução dos estudos de gênero encontrou campo fértil na história das mulheres, caracterizada como uma produção de saber interdisciplinar, que ganhou consistência nos anos 1970 (NASCIMENTO, 2019, p. 630).

Uma referência aos estudos de gênero no Brasil foi a criação da revista *Cadernos Pagu*, fruto da organização de mulheres como Maragareth Rago Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo e Mariza Corrêa. Radicadas na Unicamp, essas estudiosas fundaram aquela que seria uma exitosa revista de publicação de pesquisas epistemológicas feministas no Brasil.

A partir disso, abriu-se um campo de pesquisa interdisciplinar que busca compreender como se constituem o masculino e o feminino cultural e historicamente, na perspectiva das relações de gênero. A introdução dessa categoria iluminou a análise ao incorporar à experiência a dimensão da sexualidade e das identidades construídas, contrapondo-se à tendência de se pensar a identidade sexual como algo biologicamente dado (NICOLSON, 2000, p. 9 *apud* NASCIMENTO, 2019, p.631).

Por meio do avanço da pesquisa, emergiu a necessidade de uma perspectiva mais heterogênea, “[...] ressaltando a diversidade de experiências históricas que derrubaram a noção de uma única “condição feminina” (ADELMAN, 2002, p. 54).

O trabalho que contribuiu sobremaneira para compreensão e interpretação sobre as diversas formas da utilização da categoria gênero ao longo da história no Brasil e no mundo, e que introduziu o conceito de gênero na História foi de Juan Scott (1987), Em ***Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*** (1987). Na obra, a autora impulsiona a reflexão sobre gênero enquanto uma categoria analítica frisando seu potencial uso histórico, e não apenas à história das mulheres, ao relacionar este conceito a outros processos sociais, históricos e econômicos, inclusive trazendo à tona a questão das desigualdades e hierarquias sociais.

Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a ideia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina. Ao propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. (SCAVONE, 2008, p.179-180)

Na vertente da historiografia feminista, Scott (1987) problematizou três posições teóricas sobre os estudos de gênero: a primeira, uma tentativa de entender as origens do patriarcado; a segunda, constitui-se numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista; a terceira divide-se entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas.

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual.

Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas. Em um certo sentido as feministas, sem dúvida, só fizeram isto durante anos. A história do pensamento feminista é uma histórica de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. (SCOTT, 1991, p.13).

Com isso, a autora definiu gênero em duas partes e várias subpartes que, segundo ela, são ligadas entre si, mas, que deveriam ser analisadas distintamente.

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1991, p.14).

Na primeira parte, Scott refletiu sobre quatro elementos relacionados entre si e que não podem ser operados uns sem os outros: simbólicos, normativos, político-institucional-social e subjetivos.

O esboço que propus do processo de construção das relações de gênero, poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnia ou por assim dizer, qualquer processo social. Meu objetivo era de clarificar e especificar como é preciso pensar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão não é geralmente feita de forma precisa e sistemática. (SCOTT, 1991, p.16)

Já a segunda parte da definição de gênero relaciona-se com a questão do poder: “o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 1991, p. 16).

O gênero não é o único campo mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente, nas tradições judaica-cristãs e islâmicas. Como tal, essa parte da definição poderia parecer como pertencendo a seção normativa da minha argumentação, mas não é bem assim, porque os conceitos de poder, mesmo que reforcem o gênero, nem sempre dizem respeito literalmente ao gênero em si mesmo. (SCOTT, 1991, p. 16)

A autora cita a ideia de Bourdieu sobre a divisão do mundo alicerçada em referências biológicas que sustentam a divisão sexual do trabalho, a procriação e a reprodução e de como essa estrutura faz com que o gênero organize a percepção concreta e simbólica de toda a vida social.

Para Scott, “o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1991, p. 17).

O fato é que a contribuição da historiadora ofereceu uma perspectiva teórica basilar, para os estudos de gêneros subsequentes em diversas áreas do conhecimento. Em entrevista concedida após a publicação deste artigo, Scott afirma:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998²⁵, s/n).

Saffioti (2004) enfatizou que o conceito de gênero não se resumia a uma categoria de análise apenas, e sim a uma categoria histórica.

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2004, p. 47).

O filme “Acorda Raimundo” retrata justamente esse processo, ao propor uma inversão nos papéis das personagens da mulher e do homem, o diretor do filme explicita a função social dos sexos em uma relação essencialmente sexista.

Entende-se por sexismo, a:

[...] retaliação, preconceito, e/ou atitudes negativas dirigidas às mulheres, tendo como justificativa esse fato, ou seja, seu sexo físico e seu gênero correspondente. Apresenta uma relação de supremacia dos homens em relação às mulheres, colocando-as em um papel de submissão, inferiorizando o feminino em relação ao masculino. Uma ideia ou comportamento será considerado sexista no momento em que o gênero masculino estiver se sobrepondo ao feminino, construindo uma atmosfera de depreciação e estigmatização. (BOTTON, A.; STREY, M.N.; ROMANI, P.F.; PALMA, Y.A.; 2019, p. 667).

A autora De Lauretis (1994, p. 208) buscava desvincular gênero e diferença(s) sexual(s). Para isso, desenvolveu um diálogo com Foucault²⁶, onde seria necessário enxergar a sexualidade como

25 Entrevista concedida por Joan Scott a GROSSI Miriam; HEILBORN, Marial Luiza.; RIAL, Carmen Sílvia Moraes. França, 1998.

26 Ver mais em Tecnologias do gênero In. Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura (1994).

uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e autorrepresentação, fosse um produto de diferentes tecnologias sociais, como por exemplo, o cinema, discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.

Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua auto-representação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e auto-determinação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas [...] A construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação. (DE LAURETIS, 1994 p. 216-217).

Constata-se, desse modo, que a autora trata a questão de gênero enquanto produto e processo de sua representação. Para ela, gênero está além de uma construção sociocultural, se constitui como um sistema de representação do qual atribuiu significado de identidade, valor, prestígio, posição no sistema de parentesco aos indivíduos no interior da sociedade, tornando uma espécie de aparelho semiótico.

Ao considerar que o sujeito é múltiplo, Saffioti (1995) comenta que De Lauretis (1987) contribui para uma análise mais subjetiva quanto à constituição dos sujeitos, pois, esta não se faz exclusivamente pelo gênero, mas também pela classe social e pela raça/etnia:

Um sujeito apresenta, simultaneamente, uma identidade de gênero, uma identidade de classe, uma identidade étnico-racial, convivendo em maior ou menor harmonia. Ou melhor, cada conjuntura específica exigirá do sujeito um posicionamento mais acentuado de sua identidade de gênero ou de classe ou, ainda de raça/etnia. A concepção da multiplicidade do sujeito representa um enorme avanço científico. Não basta, no entanto. O pensamento autoritário sempre tratou de hierarquizar as referidas identidades, o que equivale a classificar, segundo o critério da importância, as três contradições sociais básicas. [...] Desta forma, o sujeito é multifacetado, apresentando, na verdade, várias subjetividades. Estas são frutos de uma produção em série da sociedade capitalista (SAFFIOTI, 1995, p. 9).

Louro (2002) usa do termo “ferramenta” nova para referir-se ao uso do gênero enquanto um instrumento que representou colocar em “risco” todo um jeito consagrado e seguro de fazer as coisas.

Em síntese, dentre as contribuições do conceito de gênero, destacam-se: a rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual; a dimensão relacional entre as mulheres e os homens, indicando que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois sexos poderia existir sem um estudo que os tornasse em separado; a ênfase no caráter social e cultural das distinções baseadas no sexo, que contribui para desnaturalizar o discurso biológico; a dimensão das relações de poder que perpassa as assimetrias e hierarquias nas relações entre homens e mulheres (SOHIET e COSTA, 2008, p.43).

Sendo assim, infere-se que embora a identidade de gênero tenha seu significado cultural, não fixa atitudes. No entanto, as subjetividades vinculadas ao gênero refletem e reproduzem relações assimétricas de poder.

CAPÍTULO II

NARRATIVAS DO VIVER E DO VIVIDO

2.1 Mulheres em movimento no seu cotidiano

As participantes da pesquisa trabalham em casa, na roça, estudam, desenvolvem ações missionárias, entre outras atividades. Todas participam da mesma igreja evangélica, da Congregação Pentecostal Chama Missionária.

São diversas na singularidade enquanto trabalhadora rural, ou seja, o fato de serem mulheres e viverem no campo, não as fazem iguais. Entre as peculiaridades que constituem tais mulheres, está o gosto por trabalhar na roça, estudar, cozinhar, lavar, costurar. Algumas destacaram ser importante repassar esses conhecimentos e experiência às filhas e netas. Por outro lado, também existem as que não gostam de fazer os serviços domésticos, e os realizam por não terem opção.

Adélia: Tenho 63 anos, mas, gosto de aprender coisas novas. Nós mulheres temos que aprender a fazer coisas novas.

Norma: Eu não gosto de aprender comida.

“Nega”: Gosto de lavar roupa, passar... até hoje tenho um ferro de brasa.

Cristina: Se precisar disso aí [cozinhar e costurar], eu levo pra minha mãe.

Duda: Não é nem gostar, mas é o que tem que fazer. (Mulheres, abr., 2019).

Outro tópico expressivo nas narrativas das mulheres, trata-se da relação com a juventude, e com a escola. Devido às intensas jornadas de trabalho, as participantes explicam que muitas vezes não têm tempo de interagir com suas filhas e filhos como desejam e acreditam ser necessário. “A correria impede de estarmos com nossos filhos”, diz uma delas (Eliete). “Se não tem tempo, outras pessoas têm” [tempo de lidar com a juventude]. As mulheres demonstraram lamentar muito tal situação. O mesmo sentimento surge ao falar do vínculo com as escolas. Para as participantes da pesquisa, a atenção e acompanhamento com a educação das e dos jovens, dentro de casa e na escola é algo significativamente relevante.

Elas demonstraram em vários momentos o desejo de aprenderem “coisas novas”, de ampliação de experiências para além do território do assentamento, “para além do perto”, uma delas falou sobre conhecer o mar, “para além do mar, para o mar, com o mar”. Os sonhos são o alimento para essas mulheres em um determinado momento da vida, quando passam a olhar para si mesmas e sentem que os sonhos do passado eram poucos diante dos atuais. Os sonhos se juntam a outros sonhos:

conhecer o mar, completar o ensino superior, voltar a estudar, passear, melhorar a casa conforme seu gosto. O casamento, formar uma família, criar filhas e filhos, constituem um “sonho só” (que não se sonha só) e iluminou a juventude e a idade média dessas mulheres, mas estão indo além, demonstraram que é possível ser mais do que mães e esposas.

Durante a realização do trabalho de campo no dia 14 de setembro de 2019, foram elaboradas duas dinâmicas. A primeira constituída por uma apresentação de cada participante, por meio de um desenho que as representasse. Foi pedido às mulheres que falassem sobre si, se apresentassem por meio de um desenho, e elas o fizeram.

Eliete: desenhou uma casa e escreveu família e Deus.

Zelita: desenhou uma flor.

Norma: borboleta, flor, grama e pássaros.

Silvana: árvore, nuvens, plantinhas.

Graciela: árvore, flor, grama, nuvem e sol.

Rosilene: casa (dela), leão, árvore e plantas.

Adélia: escreveu por extenso o que ela representa e desenhou uma árvore.

Zilda: flor no vaso. (Mulheres, set., de 2019).

Observou-se que todas as mulheres desenharam elementos da natureza, o que simboliza uma intrínseca relação com o território, reconhecido como sítio, o meu sítio, o nosso sítio, que por sua vez, revela a identidade das trabalhadoras rurais com o seu lugar de moradia, de vida e de reprodução das relações sociais e neste caso, com um forte apego religioso entre elas.

Silvana: O jardim simboliza a vida, a natureza. E as nuvens é o que regra as flores, para que elas vêm a ter vida e sejam belas.

Zelita: Eu desenhei uma flor. Mas, essa Rosa, uma delas é Jesus Cristo.

Rosilene: Eu desenhei minha casa que outrora foi destruída. Estava sem esperança, sem vida, mas, eu coloquei aqui um leão, porque esse leão é representado por Jesus Cristo, e quando ele entrou dentro na minha casa, trouxe paz, trouxe alegria, trouxe vida, a qual nós não tínhamos, éramos carne, morta, destruída. Mas, quando o espírito santo entrou dentro do meu ser e dentro da minha família, ele trouxe tudo aquilo a qual o dinheiro nem a prata, nem o ouro pode comprar.

Norma: Eu fiz esse desenho significando o que? Cada um de nós na presença do senhor somos uma flor. (Silvana, Zelita, Rosilene e Norma, set., de 2019).

Durante as apresentações, como pode-se notar, destacou-se uma subjetividade voltada à religiosidade, à sociabilidade que essas mulheres criaram desde a formação da igreja, cujos

encontros/cultos ocorriam embaixo de uma árvore, posteriormente conseguiram construir uma casa pequena de madeira – espaços que nos foram mostrados com orgulho por reconhecerem a sua participação no processo – e, atualmente, estão em uma estrutura de alvenaria com qualidade significativa. A profunda ligação com Deus, no sentido da gratidão e no exercício da fé é algo que nitidamente integra a vida das participantes da pesquisa.²⁷

Na segunda dinâmica, foi perguntado ao grupo o que a sociedade espera das mulheres, o que é ser mulher, e o que significa ser mulher para cada uma delas. O olhar frente a tais reflexões foi representado pela elaboração de uma *collage*, também conhecida como zine²⁸

Durante a realização da segunda visita a campo quando o tema desenvolvido foi a autoestima, por escolha das próprias mulheres, as mesmas, não supervalorizaram as diferenciações entre os sexos. Em outras palavras, elas se posicionam em “pé de igualdade” com os homens, em especial os seus maridos. Reconhecem os avanços no campo político e de direitos na vida das mulheres, enfatizaram a força e o poder que elas possuem, sublinharam a necessidade das próprias mulheres se autoconhecerem, e algumas destacaram a importância da manutenção e multiplicação dos saberes tradicionais, como forma de valorização da cultura rural.

Ao discorrer sobre o lugar das mulheres no século XIX, ainda que o faça especialmente na França, Michelle Perrot, em “Mulheres Públicas”, contribui significativamente, para compreender as diferenças entre os sexos que irrompem do espaço público e o lugar que as mulheres ocupam nesse espaço.

O campo é diferente. As categorias “público/privado” não são necessariamente pertinentes para se compreender as relações entre o grupo e o indivíduo ou entre os sexos. No espaço comum, a existência de uma vida pessoal é complicada. Contudo, ali se exprime um desejo cada vez maior de intimidade, especialmente amorosa e sexual, que toleram cada vez menos o patriarcado camponês. [...] A diferença muito acentuada dos papéis sexuais não se inscreve necessariamente no espaço. Ainda que na igreja, nos campos, o lugar dos dois sexos seja fortemente marcado. (PERROT, 1998, p. 53-54).

As narrativas, embora com variações em suas representações simbólicas durante as visitas a campo, se assemelharam no sentido da gratidão a Deus por todas as conquistas. Seja do ponto de vista da mudança do comportamento do marido violento, dos filhos e maridos que não realizavam trabalho doméstico, e/ou na perspectiva de estudo e trabalho.

27 Não se trata de ampliar a reflexão sobre a “religiosidade”, mas sim, de relatar que aparece recorrentemente nas falas das mulheres. A prática da religiosidade no cotidiano delas, em sua maioria evangélicas, se expressa ao falarem sobre a fé em um Deus, no qual elas acreditam e as acompanha na superação de obstáculos e no alcance de sucessos.

28 Trabalho de campo 19/09/2019. Neste trecho do texto serão transcritas narrativas das mulheres, ampliando com as próximas etapas da pesquisa e visita ao assentamento. Opção que será desenvolvida em todo o capítulo III e nos anteriores na medida em que passarem por revisão.

É importante sublinhar que as mulheres relacionam a Deus, de forma acentuada, à grande maioria dos acontecimentos positivos em suas vidas, a exemplo, as superações de muitos de seus problemas e dificuldades.

Eliete, uma das participantes, relata que após priorizar os cuidados com a família, traçou planos e objetivos dos quais, e aos poucos, está concretizando e, atualmente, em sua residência o marido e filhas(os) se dividem entre as tarefas domésticas e da roça. Destacou com prazer que está cursando ensino superior e pretende lecionar na própria comunidade.

Ela desenvolveu a ideia de que as mulheres podem fazer o que desejarem, desde que se organizem e priorizem seus planos. Citou a ex-presidenta Dilma Rousseff como exemplo de uma mulher que atingiu um posto público de máxima expressão, mesmo com as dificuldades por ser mulher e participar da política, foi eleita a primeira mulher presidenta da república.

Abaixo, uma parte da narrativa dessa participante:

Eliete: Eu cuidei da minha família, eu vi os sonhos dos outros. Aí, depois eu comecei a sonhar, a querer também, querer algo pra minha vida, pra melhorar a minha vida, a minha autoestima, a vida da minha família também. Aí, eu comecei a sonhar. Graças a Deus que hoje eu tenho sonhos.

Pesquisadora: E hoje você sonha com o que?

Eliete: Então, eu sonho muito assim... em adquirir a minha renda, porque eu tenho uma renda, mas, não uma renda mensal. Eu iniciei uma faculdade, aí eu to fazendo pedagogia, porque é a área que tem aqui né, da educação que eu me identifico. Eu quero me formar e ter a minha profissão. (Eliete, set., de 2019).

2.2 Patriarcado: dominação e resistências.

Existem outros aspectos que se cruzam no cotidiano das mulheres participantes da pesquisa, a exemplo do tema do patriarcado e das violências.

O patriarcado é um conceito muito extenso, objeto de investigação histórica:

A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder. (LIMA; SOUZA, 2019, p.578)

Lima (2029); Souza (2019) examina o pensamento de Frederich Engels (1884) quando ao escrever uma das obras mais conhecidas sobre o patriarcado, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, discorre que esse sistema substituiu o matriarcado, caracterizado pela

poliandria²⁹ e pela descendência matrilinear³⁰, da qual esteve presente em todas as sociedades primitivas. Engels diz que o patriarcado é designado “pela monogamia feminina e a patrilinearidade, com resultado da adequação da organização familiar e social ao aparecimento da propriedade privada” (LIMA; SOUZA, 2019, p. 578)

Lima; Souza (2019) cita Gerda Lerner (1990) quando esta afirma que a análise marxista do patriarcado influenciou sobremaneira os estudos feministas, ao considerar a condição de submissão da mulher oriunda do surgimento da propriedade privada e apontou importantes conexões para a compreensão das desigualdades de gênero.

Segundo Saffioti, “[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (SAFFIOTI, 1987, p.50). Ela explica que a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial, de ocupação e dos papéis econômicos e políticos das trabalhadoras, mas também no controle de sua sexualidade e, conseqüentemente, de sua capacidade reprodutiva. Já que “Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2004, p.51).

Para explicar melhor a ideia de que o patriarcado compõe um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.” (SAFFIOTI, 2004, p.47), a autora desenvolve esta ideia da seguinte forma:

Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração. Diferentemente do que pensam algumas autoras, não se admitem territórios distintos para a dominação e a exploração. As autoras mencionadas pensam a primeira dimensão nomeada como um processo situado no domínio da política, enquanto a segunda é entendida como um processo típico do terreno econômico. De raiz weberiana, esta concepção divide uma realidade una. Esta já constitui razão suficiente para se recusar esta maneira de pensar. Existem, também, mais dois motivos: exploração e dominação não são, cada um de per se processos diferentes, separados; a conotação que exploração tem no pensamento de Combes e Haicault é puramente econômica, o que se revela muito pobre. No fenômeno do abuso sexual, por exemplo, pode haver exploração econômica, quando o abuso visa à prostituição de outrem, como pode haver exclusivamente a obtenção de benefícios próprios, como o prazer, sem vantagens financeiras. Assim, prefere-se entender exploração-domação como um único processo, com duas dimensões complementares. (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

O patriarcado enquanto um sistema de dominação anterior ao capitalismo, adapta-se para

29 Matrimônio de mulher com vários homens. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/poliandria/>

30 Diz-se do sistema de parentesco, de filiação através do qual somente a ascendência (família) da mãe é tida em consideração para a transmissão do nome, dos benefícios ou do status de se fazer parte de um clã ou classe. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/matrilinear/>

coexistir e potencializar o processo de dominação-exploração. Essa relação é alterada conforme o contexto de uma determinada sociedade, pelos processos de desenvolvimento desta e pela crise do capitalismo desde sua origem. Portanto, vale enfatizar que, seguindo o pensamento de Saffioti (2015, p. 138) “[...] não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração”.

Nessa acepção, a autora explica que a dominação e a exploração capitalista são sistemas conjuntos (questão econômica/social/controlada da sexualidade e reprodutivo). Eles não são individualmente únicas estruturas da sociedade. Há uma fusão entre os dois e junto deles, o racismo. Eles se fundem e se retroalimentam (capitalismo, patriarcado e racismo).

Saffioti conversa com a tradição do pensamento brasileiro em “*A mulher da Sociedade de Classes: mito e realidade*” (2013), a exemplo do diálogo com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, no entanto, ela inova com o olhar do que seria a dominação patriarcal; a família patriarcal, porque ela olha para as mulheres, inclusive de forma racializada, e discorre que as mulheres brancas ocupam uma função e as mulheres negras ocupam outra.

Pode-se considerar que a obra de Saffioti nos apresenta duas leituras acerca do termo patriarcado:

[...] a primeira refere-se à herança que a autora carrega das análises sobre a família patriarcal no Brasil, vindo, portanto, de uma leitura sobre a formação social brasileira, bastante visível no seu livro *A mulher na sociedade de classes*, demonstrando um intenso diálogo e conhecimento com pensadores clássicos do Brasil.

A segunda compreensão é a mais conhecida e ressaltada na obra de Saffioti, com um viés explicitamente feminista, a partir da ideia da dominação masculina. Foi a partir da década de 1970 que as feministas, sobretudo no interior do que ficou conhecido como feminismo radical, passaram a utilizar o patriarcado para denunciar a dominação dos homens sobre as mulheres bem como as relações entre esses (SAFFIOTI, 2015, *apud*, MOTTA, 2018, p.154)

Saffioti se lança na perspectiva marxista desde sua primeira obra em 1969, “*A mulher na sociedade e classes: mito e realidade*”. A partir desta ótica, a autora desenvolve sua análise social sobre como a contradição da sociedade de classes se inter-relaciona com outras hierarquias sociais, apontando, sobretudo, a questão de gênero.

Heleieth Saffioti salientou a relação entre homens e mulheres na sociedade capitalista, fundamentando a necessidade da análise das hierarquias sociais que se mantiveram mesmo com o advento do capitalismo. Isso porque as hierarquias sociais estão presentes na sociedade humana há muitos anos e influenciam na maneira como fazemos a distribuição e a apropriação dos bens materiais produzidos, bem como das técnicas de poder, para a conservação ou transformação dos privilégios sociais. A autora destacou a questão de gênero como um dos pilares de manutenção de privilégios, hierarquias e status social. (MOTTA 2018, p.150)

Saffioti, trabalha com a metáfora de um *nó* para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo. Aqui, faz-se importante localizar o momento histórico do qual ela está inserida para com esse debate.

As teorias que pensam a articulação³¹ de gênero, raça e classe surgiram no campo do feminismo, e embora o feminismo não seja uma corrente teórica unificada, houve, nas últimas décadas, a consolidação dessa nova perspectiva que pressupõe a articulação das relações sociais de poder, sem hierarquizá-las. Foi a partir da relação entre a teoria e os movimentos feministas que esse debate ganhou relevância, tendo como protagonismo as mulheres negras em sua contundente crítica ao movimento feminista, que utilizava a categoria “mulher” de maneira universal. (MOTTA, 2018, p.157)

A articulação entre gênero + raça + classe irrompe no final dos anos de 1970 no campo do feminismo nos EUA com as mulheres negras e lésbicas e na França com o debate acerca da consubstancialidade.

Tal pensamento desponta para responder a determinadas questões dos países citados. No entanto, Saffioti contribui valiosamente para a articulação no pensamento social e feminista brasileiro quando em meio ao período da redemocratização no país, lança o livro “O poder do macho” (1987) e fala da simbiose dessas três categorias.

Desse debate das articulações, surge um questionamento sobre a origem das diferenças e das suas relações com as desigualdades sociais. Ele nos faz perceber a relação entre a “diferença” e a “desigualdade”. Essas propostas começam a ganhar uma perspectiva analítica no final dos anos 80. Justamente na perspectiva de que não pode privilegiar uma opressão com relação a outra.

Retomando a ideia do nó (1985), Saffioti afirma ser difícil de lidar com as três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia, uma vez que essa realidade é presidida por uma lógica contraditória.

Uma voz menos grave ou mesmo aguda de uma mulher é relevante em sua atuação, segundo o preconceito étnico-racial, e, mais seguramente, na relação de gênero e de classes sociais. O importante é analisar essas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um *nó*. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. (SAFFIOTI, 2004, p.133).

A concepção do nó frouxo coloca gênero, raça/etnia e classe como estruturante. Essa noção permite passar outras “linhas” que também vão se estruturar com essas categorias para provocar

31 Existem ao menos duas teorias que estão situadas nesse campo: a teoria interseccional, conceito formulado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberle Crenshaw e a teoria da consubstancialidade, formulada pela socióloga francesa Daniele Kergoat (MOTTA, 2018, p.157)

outras desigualdades sociais. Isto é, pode surgir outro “fio” para avaliar outra determinada discriminação justamente porque o nó não é fixo. Em outras palavras, afrouxar o nó, o nó frouxo em si ajuda a entender a diferença e a desigualdade.

De acordo com Motta (2020)³², para alcançar tal entendimento, devemos partir da análise das estruturas históricas e de como cada nação consolida suas relações sociais e seus espaços institucionalizados. Por exemplo, no Brasil as estruturas sociais que se consolidaram colocaram gênero, raça e classe como articulações macros, fundantes. E essas, por sua vez, determinaram as relações sociais. Ainda que elas determinem as relações sociais e uma vez as relações sociais sendo dinâmicas, é possível compreender que apareçam em outros contextos, outras formas de diferenciação que vão se articular com essas desigualdades. Em suma, a teoria do nó frouxo, nos parece uma forma relevante que encadeia a relação estrutural com a relação contextual, por trazer o pano de fundo da desigualdade e a diferença.

Tal qual Scott (1990) afirma, gênero é o primeiro modo de dar significado as relações de poder, Saffioti discorre que o gênero historicamente se reconstrói/constrói com uma nova maneira de articular as relações de poder das classes sociais.

Evidentemente, estas duas categorias [gênero e classes sociais] têm histórias distintas, datando o gênero do início da humanidade [...] e sendo as classes sociais propriamente ditas um fenômeno inextricavelmente ligado ao capitalismo e, mais propriamente, à constituição da determinação industrial deste modo de produção, ou seja, à Revolução Industrial. [...] Quando se consideram os embriões de classe, pode-se retroceder às sociedades escravocratas antigas. Mesmo neste caso, as classes sociais têm uma história muito mais curta que o *gênero*. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no *gênero* são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão precisa-se juntar o racismo. O nó (SAFFIOTI, 1985, 1996) formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (SAFFIOTI, 2004, p.122).

O patriarcado entrelaçado com as classes sociais e o racismo além de apresentar uma hierarquia de sexo, apresenta interesses contraditórios, isto é, a manutenção da condição de propensões masculinas, ao passo que o enfrentamento e a desigualdade social entre mulheres e homens estejam pautados no cotidiano da vida de muitas mulheres.

Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a

32 Aula exibida no Youtube.

profundidade da *dominação-exploração* da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades pelas quais é responsável a sociedade. (SAFFIOTI, 2004, p.114).

A forma como a desigualdade se manifesta ao longo da história, aponta para o fato de que o patriarcado se situa de maneiras distintas na vida de mulheres brancas e negras. De acordo com Sueli Carneiro (2003, p. 49), “[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre opressão da mulher não tem reconhecido”, assim como esse mesmo discurso não expressa o quanto “[...] o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres.”

Segundo a autora:

A violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Angela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, por meio da qual, segundo a autora: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance.”³³ (CARNEIRO, 2003, p.49)

O estudo aponta que o tema das mulheres, em especial, das mulheres negras, precisa ser aprofundado na análise da formação social brasileira.

[...] não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas, sociedades nas quais se fundiram com o sistema escravocrata. Da mesma maneira se fundiram com o sistema feudal. Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p.60).

A luz da teoria de Saffioti, quando ela observa que aparentemente são os homens, os beneficiados desta simbiose, valeria a pena aprofundar em um estudo específico, sobre o preço que os homens pagam pelo exercício desta dominação.

Ainda nessa perspectiva, as classes dominantes usufruem da interação dos três sistemas de dominação-exploração, “[...] na medida em que essa simbiose consolida o poder do macho branco e

33 Angela Gilliam, *Anais do Seminário Internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa dos estados democráticos contemporâneos*, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Brasília, 1996, p.54.

adulto” (SAFFIOTI, 1987, p.64). É possível avançar na análise com a autora, quando ela ressalta que “[...] embora haja muito em comum na vida de todas as mulheres, há diferenças de classe social que amenizam ou intensificam determinados sofrimentos” (SAFFIOTI, 1987, p.67).

[...] o patriarcado-racismo-capitalismo beneficia, em primeiro lugar, o homem rico, branco e adulto. Em segundo plano, na ordem dos beneficiados, vem a mulher rica, branca e adulta.

Por conseguinte, o machismo, presente tanto na cabeça dos homens quanto na das mulheres, contribuiu enormemente para a preservação do estado de coisas vigentes no Brasil, pleno de injustiças, qualquer que seja o ângulo do qual for examinado: das relações homem-mulher, das relações entre as etnias, das relações entre as classes sociais. Estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais. Disto decorre o fato de que todas as atitudes machistas reforçam a fusão do trio da dominação-exploração. (SAFFIOTI, 1987, p. 67).

O patriarcado segue em permanente transformação a cada período histórico. No que se refere a família patriarcal, como qualquer fenômeno histórico, “[...] não corresponde a um modelo único de organização familiar, apresentando variações ao longo do tempo e de acordo com o lugar, porém mantendo sempre a superioridade e o poder do patriarca [...]”. (LIMA; SOUZA, 2019, p.579). De acordo com as autoras, esse poder masculino reflete na forma de organização da sociedade como um todo, extrapolando o ambiente doméstico. Elas destacam:

Mas, a despeito das grandes mudanças por que passa a organização familiar no mundo contemporâneo, o modelo patriarcal ainda desempenha, e não somente no Brasil, importante papel na estruturação das relações conjugais de *gênero*, legitimando a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Por isso, o conjunto de relações e formas de dominação que o conceito de patriarcado ajuda a explicitar, continua fundamental para compreendermos as desigualdades de gênero estabelecidas ao longo da história da humanidade. (LIMA; SOUZA, 2019, p.582).

Essa reflexão nos levou ao diálogo – apresentado a seguir – no decorrer de um dos encontros, no qual se revelou a busca de compreensão por parte das participantes da pesquisa sobre o motivo dos homens ainda matarem tanto as mulheres, mesmo após um período significativo de mudanças de legislação e em políticas públicas para as mulheres terem o direito de viver sem violência. O que também dialoga com a busca por parte das mulheres na época em que se formulou sobre patriarcado pela acepção feminista, acerca da origem histórica da opressão das mulheres pelos homens, uma vez que essa opressão não é natural.

Zelita: Eu queria perguntar pra você mesma, por que esses homens estão matando essas mulheres? Por quê [hoje] eles matam?

Luciene: Se sentem dono. Acham que as mulheres é propriedade deles.

Eliete: Não aceitam... Não aceitam porque elas trabalham.

Zelita: Estão matando pela independência delas.

Duda: Eles veem a mulher como objeto.

Zelita: Querem que elas sejam escravinhas. (nov., 2019).

O conceito do patriarcado segue, portanto, como um conceito atual, por abarcar um discurso no qual prevalece a ideia de um modelo ideológico, por meio do qual, as relações familiares e sociais entre mulheres e homens são naturalizadas e legitimadas pela dominação masculina. Tal discurso autoriza os homens a exercerem o poder de mandar, controlar e violentar mulheres, como forma de punição doméstica e privada.

Isso significa que ainda está na ordem do dia a necessidade de falar sobre patriarcado, discutir suas dimensões e consequências na vida das mulheres e na sociedade de uma maneira geral considerando as diferenças étnicas, raciais e de classe social. Os homens continuam matando suas parceiras e ex-parceiras, se achando proprietário delas. As mulheres seguem inconformadas com tanto machismo e impunidade no que tange à violência contra a mulher.

Já dizia Saffioti (2004), “[...] as brasileiras têm razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo.” (SAFFIOTI, 2004, p.49).

Nas narrativas abaixo, Rosilene conta, primeiramente, como eram as relações com o pai dela dentro de casa, e em seguida como foi o início do relacionamento com seu atual esposo.

[...] ai meu pai... ai tem os vícios também, meu pai começou a beber, a fumar... [...] Ela [sua mãe] queria ser independente mas não podia, meu pai era muito machista, meu pai batia na minha mãe. Meu pai batia muito na gente, então a gente cresceu num lar de violência, onde não tem muito amor, meu pai era muito bruto. [...] Eu saí de casa com 13 anos de idade...fui 10 anos usuária de drogas... entrei na prostituição, já fui abusada sexualmente. Hoje eu tenho 30 anos...

[...] Quando eu conheci o meu esposo foi até numa festa, ele era uma pessoa muito amorosa, muito compreensiva, mas tinha vícios, assim como eu também tinha, mas, ele não usava drogas, só bebia e fumava... Mas, houve um tempo que ele ficou agressivo, ele começou a não deixar eu sair de casa, ele começou a ficar uma pessoa muito machismo, ditador, não deixava eu ir pra lugar nenhum, começou a me e colocar como prisioneira dentro de casa, ai foi onde começou a discussão... eu lavava, passava, cozinhava, coisa que eu não fazia quando eu tava com a minha mãe, porque eu tinha mãe que fazia tudo isso. Ai ele chegava dentro de casa, porque ele trabalhava, porque ele tinha dinheiro, ele era autoritário, começava a mandar [...] que eu não fazia nada, porque na cabeça dele eu não fazia nada. [...] É um lar todo destruído, porque onde o inimigo entra só vem pra destruir, não vem pra dar paz e alegria. (Rosilene, set., 2019).

Durante o nosso diálogo, Rosilene disse que o esposo a agredia tanto que, certa vez, ateou fogo dentro da própria casa. Observou-se uma história de extrema violência, que desencadeou,

inclusive, a tentativa de suicídio por parte dela. Embora sua história esteve inserida num contexto profundamente agressivo, atualmente ela segue casada com este homem e está convicta de que ele mudou positivamente em decorrência da religião.

Podemos considerar as transformações do patriarcado para manter o direito dos homens sob as mulheres e nesse sentido, vale destacar o diálogo estabelecido por Saffioti (2004) com Carole Pateman (1993), quando esta discute o contrato social (para os homens) e o contrato sexual (sujeição das mulheres). Para a autora, o contrato original cria a liberdade para os homens e a dominação da mulher.

Pateman mostra o caráter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “o pessoal é político”. (SAFFIOTI, 2004, p.57-58).

Vale dizer que a concepção do patriarcado como sistema de opressão das mulheres foi criticada na literatura feminista, devido à disseminação do conceito de gênero, e foi acusada de ser uma maneira universal e a-histórica estudar as relações de gênero, pois significaria tratar as relações entre mulheres e homens com um único prisma. Com a conceitualização de gênero, o patriarcado perde lugar nas explicações sobre as dominações/inferioridades femininas.

No entanto, Saffioti (2004) vai na contramão dessa posição. Para ela, é necessário utilizar simultaneamente os conceitos de gênero e patriarcado, e amplia uma noção de patriarcado com a ideia de dominação e exploração. Segundo a autora, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero. É importante não perder de vista que essa autora defende historicizando esses conceitos, e não concebe o patriarcado fixo na história; mas considera as mudanças das relações entre mulheres e homens e nas relações de dominação entre esses dois segmentos.

Ela apresenta uma síntese da necessidade de o patriarcado ser levado em consideração para as análises das relações de gênero e da sociedade como um todo:

[...] 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]; 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Saffioti (2004) infere que gênero não vai explicitar, necessariamente, a desigualdade que existe entre mulheres e homens e o patriarcado não vai pressupor uma relação de exploração. O patriarcado e o gênero constituem juntos, o processo de dominação-exploração para a análise social.

Na mesma perspectiva, Caroline Pateman (1993) critica a possibilidade do abandono da categoria de patriarcado pela teoria feminista ao afirmar que este é o “[...] único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens”.

[...] Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habitualmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATEMAN, 1993, p.39-40).

A influência do patriarcado na organização social afetou diretamente a vida das mulheres, e continua afetando uma vez que a figura masculina, principalmente os brancos e ricos, detém privilégios sociais, econômicos, políticos e culturais. A análise desse modelo na perspectiva feminista se faz cada vez mais fundamental para revelar como esse sistema se adequa frente às transformações sociais de cada período histórico e que, por vezes, esconde uma real mudança na condição da mulher hoje.

2.3. Violências “NÃO!”: nós queremos viver

As mulheres vivem sob ameaças e violências em diversos âmbitos e grupos sociais, mesmo assim, ainda existe no país dúvidas sobre os tipos de violência: “Usa-se a categoria *violência contra mulheres* como sinônimo de *violência de gênero*. Também se confunde violência doméstica com violência intrafamiliar” (SAFFIOTI, 2004, p.73). Entendemos que sem a precisão de alguns conceitos, pode haver confusão de compreensão de um determinado fenômeno. É importante que se pontue o significado das violências.

A violência de gênero é uma das principais violências, tem preocupado os movimentos feministas e a sociedade de modo geral, e é ignorada ou até mesmo é fomentada pelo Estado. Ela se expressa, por exemplo, por agressões físicas e ameaças. Provoca sofrimentos psicológicos, intelectuais, físicos, sexuais e morais com o objetivo de coagir, humilhar, castigar, submeter e punir:

No Brasil, as mulheres têm sido ameaçadas, estupradas, espancadas e mortas por companheiros, namorados e maridos. São dramas, em sua grande maioria, anônimos e alguns outros se destacaram na mídia escrita ou televisionada pela fama de seus atores, sejam eles artísticas ou pessoas de classes econômicas mais elevadas que saem nos jornais pela vida badalada que levam. Mas, podem ser ricos ou pobres, de uma forma ou de outra as agressividades constataam a subordinação feminina e o poder dos homens sobre as mulheres. (PUGA, 2019, p.717).

A formulação teórica sobre o tema da violência contra as mulheres tem uma relação história com os movimentos feministas, que romperam com a visão binária entre os sexos e inseriu as concepções acerca das mulheres e dos homens na perspectiva analítica.

A correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e das reivindicações do movimento feminista, a partir de evidências empíricas contundentes. Desde o início dos anos 1970, as feministas americanas denunciavam a *violência sexual contra a mulher*, porém uma década depois é que esse fenômeno veio a ser apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa, cuja configuração mais usada passou a ser *violência contra a mulher* e se caracterizou como a questão central do movimento feminista nacional. (BANDEIRA, 2014, p.450).

Dessa forma, os movimentos feministas contribuíram para a quebra da ideia de que a violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos como essencialistas à feminilidade e à masculinidade. Nessa acepção, foi fundamental a conceituação da noção de gênero, como diferente do conceito sexista do senso comum.

Sem dúvida, foi o movimento feminista que teve uma atuação múltipla e fundamental em relação ao combate à violência de gênero: por um lado, visibilizou a violência da qual as mulheres eram as “vítimas preferenciais”. Ao mesmo tempo, retirou-o da esfera da vida privada e familiar, legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres (Bandeira, 2005). Por outro lado, o questionamento presente no movimento feminista era o ordenamento patriarcal ainda estruturador da ordem familiar e normatizador da sexualidade e dos corpos. Voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando aí não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica das mulheres. Agora, o movimento feminista, articulado com núcleos de pesquisas nas universidades e com ONGs, tem atuado para garantir a eficiência e a eficácia da rede de atendimento e de combate à violência contra as mulheres, pressionando e indicando formas de sanar os problemas descritos. (BANDEIRA, 2014, p. 453-454).

A militância feminista aliada à comunidade acadêmica e ao grupo de movimentos sociais de mulheres foram responsáveis pelos estudos da violência de gênero, revelando as relações de poder que configuram essa modalidade específica de violência e contribuíram “para alterar parte dos equipamentos e serviços públicos, sem deixar de evidenciar as dificuldades de seu enfrentamento dentro das instituições públicas” (BANDEIRA, 2014, p.454).

No campo das ciências sociais foram criados cursos, grupos de trabalho, núcleo de estudos e pesquisas nas universidades que contribuíram para a elaboração das políticas públicas para as mulheres. Segundo Bandeira (2014), há uma diversidade de explicações sobre a violência de gênero por parte do pensamento feminista acadêmico. Tais como:

- a. a hegemonia do poder masculino, que permeia as relações entre homens e mulheres;
- b. a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero;
- c. a reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência;
- d. a existência disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais; e
- e. a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relação aos comportamentos de homens e mulheres. (BANDEIRA, 2014, p.455).

Segundo a literatura feminista, a expressão violência de gênero se configura em uma categoria analítica que explora a complexidade das relações sociais, se refere aos lugares sociais, expondo as diversas desigualdades que envolvem as mulheres na ordem simbólica.

Numa perspectiva abrangente, a violência deve ser compreendida na ação em restringir a liberdade de uma pessoa.

Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outar pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES; MELO, 2003, p.15, *apud*, SILVA, 2010, p.93).

Sem dúvida, o lado mais perverso da não superação das desigualdades entre mulheres e homens é a violência de gênero. Como consequência:

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência. O fato, porém, de não ser dada previamente ao estabelecimento da relação, a diferencia da relação homem-mulher. Isto não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de *gênero*. (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

Assim sendo, infere-se que as relações de poder e desigualdades de gênero são a causa da violência doméstica, revelada quando o poder diminui ou desaparece. “Quando o poder é colocado em risco, a violência aparece como recurso para manter incólume a estrutura de poder instituída: homens dominantes e mulheres dominadas” (ALMEIDA, 2010, p.92).

De acordo com Bourdieu (2014), a visão androcêntrica é responsável por reproduzir o *preconceito desfavorável* contra o feminino, instituído na ordem das coisas e a dominação masculina encontra assim, todas as condições de seu pleno exercício:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de

estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre os sentidos das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam oposições fundamentais da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2014, p. 45).

Os diversos significados da expressão violência contra a mulher: (violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero) desencadeiam teorias e práticas em função das condições e situações específicas de sua concretude na vida das mulheres.

Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade *violência de gênero*, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, o que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas. (BANDEIRA, 2014, p.451).

Vale dizer que uma das situações propícias à violência de gênero contra as mulheres é o estabelecimento de um território físico e simbólico dos homens no exercício da função patriarcal. Este, é constituído pelo espaço domiciliar, onde todas as pessoas que vivem devem-lhe obediência. Os homens detêm o poder de determinar a conduta da família, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Tal qual Saffioti afirma, a rotinização é uma das principais características da violência doméstica, o que por sua vez, sustenta a co-dependência e a relação fixada (SAFFIOTI, 2004).

Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio *gênero* acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina (SAFFIOTI, 2004, p.90).

A violência familiar envolve membros da mesma família, seja extensa ou nuclear, considerando a relação consanguínea ou de afinidade: “Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o

primeiro caso” (SAFIOTI, 2004, p.75). É comum as relações violentas entre o chefe da família e sua mulher e filhos, crianças e adolescentes.

Existem pontos de sobreposição da violência doméstica com a familiar. Uma vez estabelecido o território simbólico dos homens para além do território geográfico, ele se sente capaz de perseguir uma mulher ou até mesmo matá-la ainda que ela tenha saído de casa tentando escapar da violência.

As manifestações das violências domésticas e familiares são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem (BANDEIRA, 2014, p. 461).

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. [...] Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por ser exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação. (BOURDIEU, 2014, p. 50-51).

Carissimi (2014) sublinha que segundo o pensamento de Bourdieu, a dominação simbólica se exerce mediante os esquemas de percepção, de avaliação e de ação e não na lógica pura das consciências cognoscentes.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto receptivos, atraentes, disponíveis. [...] (BOURDIEU, 2014, p.82).

Saffioti (1995), salvaguardou que mesmo ao conceituar gênero como uma relação entre sujeitos socialmente construídos, em contextos históricos distintos e sem substantivo, era preciso chamar atenção para o fato de que gênero também designa o masculino e o feminino. A autora cita Welzer-Lang, ao dizer que “a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo do (a) dominante” (LANG, 1991, p. 278, apud SAFFIOTI, 1995).

Socialmente, são construídas várias *gramáticas* (conjunto de regras) para reger o comportamento de homens e mulheres, de brancos e negros, de ricos e pobres, de crianças, adultos e velhos, das pessoas consideradas normais e daquelas rotuladas como loucas etc. As três gramáticas principais são: 1. A gramática *sexual ou de*

gênero; 2. A de raça/etnia; 3. A de classe social. [...] Dentre as outras gramáticas, que poderiam ser chamadas de secundárias, está a de idade, que rege as relações entre crianças, adolescentes e idosos, de um lado, e adultos, de outro. (SAFFIOTI, 1997, p.2-3).

Seguindo esse pensamento, as pessoas mais poderosas são aquelas do topo das quatro hierarquias: homens brancos, ricos e adultos. Seguidos pelos homens negros adultos ou mulheres brancas adultas, sem relevante poder econômico. Ambas as categorias trocam de posição conforme as circunstâncias. Em quarto lugar estão as mulheres negras pobres, em sua maioria adultas. E por último estão os adolescentes, que devem ser obedientes aos adultos.

Para a autora, é necessário refletir sobre todas as hierarquias associadamente para a análise das relações de violência doméstica e familiar. Em outras palavras, “Isto significa que as normas sociais que regulam a convivência de homens e mulheres, de brancos e negros e de ricos e pobres contém violência” (SAFFIOTI, 1995; ALMEIDA, 1995, p.30). Deste modo, o acato às regras sociais desencadeia a violência de gênero, de raça/etnia e de classe. Essa reflexão que as autoras desenvolvem, nos coloca diante de mais um elemento que demonstra o quanto a violência de gênero é estrutural.

A violência de gênero cria volume na gramática sexual que é responsável por regular condutas femininas e masculinas a partir de uma ordem social androcêntrica, em que os homens definem as regras, até as relações entre mulheres, das quais são normatizadas pela falocracia. Essas normas possibilitam a violência como certo “controle social”. Enquanto a gramática sexual naturaliza e legitima socialmente a violência, inclusive pela natureza visceral na qual se constitui a dominação masculina.

Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da *violência de gênero* caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura. (SAFFIOTI, 2004, p.75).

Por esse motivo, está a relevância em analisar o conceito de gênero, associado ao poder, as violências e suas interfaces, articulados com os eixos de classe e raça/etnia e os impactos na vida das mulheres, pois é nessa estrutura de diferentes níveis de discrepâncias sociais, que se estabelece o chamado, “pólo da impotência”; o controle social se intensifica e há a naturalização dos papéis sociais (SAFFIOTI, 1995).

Tais fenômenos se expressam na violência masculina que, por sua vez, age como uma forma de parecer fazer maior o pequeno poder que os homens gozam neste tipo de relação. Para Saffioti (1995), trata-se da síndrome “do pequeno poder”. Esta estrutura leva a uma prática de violência entre os sujeitos sociais que acabam se constituindo no exercício da violência que, por seu turno, adentra cada poro do tecido social.

Esta perspectiva de quanto a impotência constitui fonte de violência, propiciou uma abertura com as mulheres participantes da pesquisa, no sentido da percepção que a manifestação violenta tem limites de acordo com as categorias sociais, e que esses determinam a escala de poder da qual as mulheres estão no último posto da hierarquia, pois, as mesmas convivem historicamente com uma alta dose de impotência.

Saffioti (1995) apresenta um exemplo pedagógico, para conviver com a impotência aprendendo a coexistir com ela, no qual torna possível “compreender” a razão das mulheres serem menos violentas, pois têm menos necessidade de exprimir a impotência por meio da violência. Segundo a socióloga Saffioti:

[...] o entendimento desse complexo campo de constituição de relações de poder, heterônomas, é fundamental para que o olhar do(a) pesquisador(a) ou do(a) agente executor(a) de políticas públicas para as mulheres não se fixe no imediatismo do relato das cenas. Há que se desvendarem as falas, as formas de vivência do habitus e suas interconexões. É imprescindível a concepção de que se trata de violência estrutural, com forte potencial para construir formas de sociabilidade propícias à reprodução de novas relações ainda mais violentas (SAFFIOTI, 1995, p. 184).

Sendo assim, seguindo o pensamento de Bourdieu, a participante Dalvinha só “compreendeu” a violência praticada pelo marido porque ela foi expressa por simbolismos que ela própria consegue identificar como violentos, por estar no lugar de quem sofre a violência. Isto é, “seus atos de conhecimento são [...] atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 2014, p.45).

No decorrer do encontro no qual exibimos o filme “Acorda Raimundo, Acorda!”, Dalvinha descreveu sua experiência com a violência doméstica explicando que de forma bem subliminar aparentava que ela não estava sendo obrigada a manter uma relação de submissão, quando na verdade estava:

Uma forma bem subliminar que não parecia que eu estava sendo coagida, nada. E aí eu me casei, me casei grávida, eu me senti na obrigação de me casar por uma questão cultural, familiar, patriarcal, tradicional. Minha mãe falou: minha filha, o que eu não quero é que você pare de estudar, porque é isso que vai abrir as portas pra você, na sua vida. E eu parei de estudar. (Dalvinha, nov., de 2019).

Ela continua o seu depoimento detalhando a forma como ela teve que contornar situações difíceis sozinha com seu filho para conseguir trabalhar e o quanto o seu marido mantinha uma relação de dominação e violência com ela:

Eu ia sozinha, ia pro trabalho, levava meu filho, escorregava, eu caía com ele, ele [o

marido] não me ajudava, eu fazia hora extra... Eu mentia pra ele que eu tinha ganho pano de prato, porque se não, ele me enxia o saco dizendo que eu gastei dinheiro. Ele começou com essas coisas, roupas, “tá sorrindo demais pra fulano”, ao ponto de “você atendeu o telefone igual uma puta”, “o jeito que você fala parece que você quer dar para alguém”. Ai que eu comecei a ver como isso estava grave. Até o momento em que eu pedi a separação e ele não aceitou. “Eu deveria ter outro” [disse ele], a gente não podia separar porque a gente não tava bem, porque não dava certo. (Dalvinha, nov., de 2019).

Durante outro encontro, uma das mulheres participantes da pesquisa refletiu: “Quando passa a perder o respeito, separa”. Ela se referia à relação da mulher com seu cônjuge no que se refere ao início da falta de respeito e a um possível processo de violência. Esse tipo de comportamento da mulher reagir frente a uma primeira demonstração de desrespeito/violência demonstra a capacidade das mulheres de reação antes que se configure na evolução da agressão. Seria como um alerta às mulheres que porventura vivenciam uma relação hostil. Alerta, este, possível a partir da tomada de consciência das mulheres de que não são obrigadas a se manterem numa relação autoritária e abusiva.

Algumas narrativas exemplificam essas teorizações feitas nessa seção. Em um dos encontros, Rosilene discorre sobre a sua infância e a presença da violência nas relações familiares perpetradas pelo pai, em seguida ela revela a própria relação de violência que viveu por anos com seu parceiro. Neste caso, é possível avaliar que a questão da violência desde muito cedo fez parte de sua vida através da figura masculina.

Uma das participantes da pesquisa comenta sobre a mulher viver um ciclo de violência e não conseguir se desvencilhar da relação: “Não é porque elas são sem vergonha, é falta de estrutura em casa. Porque elas muitas vezes passam necessidades, fome”. Aqui, percebe-se a questão da subalternidade feminina citada por Bandeira (2014). Outra participante, completa explicando que as vezes as pessoas dizem que a violência que a mulher vive é culpa da própria mulher, e com isso ela analisa que em muitos casos, “a mulher não apoia a outra mulher” (Primeiro encontro, abril de 2019).

Sobre a imposição de uma normativa frente aos comportamentos de mulheres e homens na sociedade, é possível inferir junto às participantes que as mulheres são julgadas a seguir regras que em tese a protegeriam das violências, mas aos homens não é orientado o respeito. E que as mulheres poderiam evitar julgamento entre as próprias mulheres, bem como saber se preservar:

Nós, mulheres, somos muito julgadas, às vezes por uma maneira que você se veste, até muitas vezes somos abusadas sexualmente e as pessoas já falam, as próprias mulheres têm um preconceito muitas vezes nosso: “Ah, ela foi violentada porque olha a situação que ela tava, olha o jeito que ela tava.” Por mais que ela tava daquele jeito, a pessoa tem que ter respeito por aquela pessoa. O julgamento vem das próprias mulheres. Nós temos que ser unidas, defendermos umas às outras. Nós mulheres, temos que nos defender, nos amar, nos respeitar. O meu pensamento é esse, eu fui assim no passado, eu já julguei muito, eu decidir mudar, eu estava errada, e valorizar mais a mulher” (Eliete, dez., de 2019).

Na narrativa acima, também é possível analisar o quanto a reprodução das imagens de homem e mulher dos papéis atribuídos a ambos fazem parte da construção social da violência, como afirma Bandeira (2014). As mulheres devem se comportar para não serem violentadas, seja do ponto de vista de se vestir ou de se portar. A sociedade reproduz cotidianamente a ideia de que a responsabilidade de não sofrer violência - qualquer tipo de violência, mas sobretudo a doméstica e sexual - é exclusivamente da mulher e não da sociedade. Isto é, as mulheres são ensinadas a não serem estupradas, mas os homens não são ensinados a não estuprarem.

Retornando ao depoimento de Dalvinha, esta narra como se deu o processo de seu pedido de separação do marido que a agredia verbal e psicologicamente chegando a cometer violência física:

Ele me ameaçou, ele falou que ia botar fogo na casa, eu, com meu filho dentro. Eu estava grávida, eu já estava suspeitando, eu não queria falar pra ele que eu tava grávida. [grávida do segundo filho]. Aí ele tentou me sufocar com travesseiro, apertou o meu pescoço, eu fiquei com muito medo, eu tentei me livrar, eu passei a noite fora. Parte da noite na rua, e no outro dia eu fui [...] pra DEAM [delegacia de atendimento à mulher]. Eu fiquei com muito medo, porque ele não foi na audiência... E como ele bebia bastante, na minha geladeira faltava comida mas não faltava cerveja, de tanto eu insistir pra ele ir pro AA [alcoólicos anônimos], a gente se separou, ele foi, e eu voltei com ele [lamentou e baixou a cabeça]. Eu acreditei [que ele tinha mudado]. Essas coisas aconteciam quando ele bebia. O detalhe é que ele bebia todo dia. Eu acreditei que haveria essa mudança, minha mãe falava: “mas minha filha ai você larga dele, você vai querer arrumar outra pessoa, ai não vai ser pai de seus filhos”. (Dalvinha, nov., 2019).

Dalvinha representa diversas mulheres que em meio ao ciclo da violência acreditam na capacidade de mudança de seus maridos agressores, mas apenas prolongam o sofrimento. Ela conta que quando finalmente conseguiu se desvencilhar da relação, sua vida virou um “inferno”. O mesmo a perseguia cotidianamente, mas, segundo Dalvinha, ela se manteve firme e decidida a denunciar a violência.

Em relação ao decurso do processo de violência, outra participante, Luciene, relata que muitas mulheres voltam para os seus maridos por acreditar na mudança, não só pela mudança em si, mas porque envolve sentimentos afetivos e de medo.

Há o pressuposto de que a violência contra mulheres é um tipo de violência apreendida no decorrer dos processos primários de socialização e deslocada para a esfera da sociedade em momentos secundários da socialização e na sociabilidade da vida adulta. Esta, portanto, não se caracteriza como patologia ou como desvio individual, mas sim como “permissão social” concedida e acordada com os homens na sociedade (Soares, 1999). Por outro lado, as pesquisas informam que, dentre os motivos que dificultam o rompimento da relação violenta, estão atos e sentimentos apreendidos socioculturalmente: a esperança de o agressor mudar de comportamento, o medo de represálias e novas agressões, o medo de perder a guarda dos filhos, a censura da família e da comunidade, a dependência afetiva e econômica, dentre outros problemas. (BANDEIRA, 2014, p. 460)

Luciene fala para Dalvinha que se ela não tivesse ido para a delegacia especializada da mulher prestar queixa, poderia ter se enganado mais uma vez: “Ah passou, ah, meu amorzinho, meu benzinho...passa aquela fase, novamente... fez uma vez, poderia fazer de novo”.

A seguir, em um trecho do trabalho de campo no qual uma das participantes comenta sobre a relação com seus ex-maridos: “Todos eles fizeram a primeira cena” (Zelita). Com esta afirmação, ela se referiu à violência doméstica como uma cena, uma “encenação” realizada pelo homem para lhe impor medo. A participante conta que disse ao ex-marido: “Se você achar que é melhor que eu, vá. Casal é igual barco furado, enquanto um rema o outro tira a água”. Sendo assim, percebe-se que:

[...] a violência é vista como motivo para a separação. O alto grau de concordância com a frase “*quando há violência, os casais devem se separar*” pode ser lido de maneiras distintas: de um lado, reforça a ideia de que se trata de um assunto privado, a ser resolvido no âmbito doméstico; por outro, sugere uma intolerância em relação à violência. Trata-se de uma assertiva categórica e 85% dos respondentes concordaram com ela. A única característica individual relacionada a variações nessa resposta é a educação superior, que faz a chance de não concordar total ou parcialmente ser 1,8 vez maior. (Ipea /SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p.16)

2.4 Mulheres e os dados de violências

Conforme Saffioti (1995) e Almeida (1995) afirmam, embora as condutas consideradas delituosas estejam tipificadas no Código Penal brasileiro, são amplamente toleradas pela sociedade simplesmente por se tratar de violência cometida por homens.

De acordo com as autoras, a sociedade demonstra muito menos ou nenhuma complacência com relação às mulheres. Saffioti (1997) e Almeida (1997) sublinham que “[...] o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres.”

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força/potência/dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força/potência/dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres. (SAFFIOTI, 2004, p.79).

A visão de Saffioti se evidencia nas duas pesquisas que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA lançou em 2014. Uma delas incidiu sobre opiniões e percepções da sociedade brasileira no que se referem às questões como o sexismo e a violência contra as mulheres. Apresentou a pertinência ou não de intervenção estatal em brigas de marido e mulher, e se

comportamentos femininos supostamente influenciam casos de agressão e estupro.

A segunda pesquisa, falou sobre o estupro no Brasil, “*Estupro no Brasil: Uma Radiografia Segundo os Dados da Saúde*” é a primeira pesquisa nacional quantitativa que trata sobre esse grave problema social. A partir de dados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN), foram analisados todos os registros deste crime no país. O objetivo foi compreender mais detalhadamente o fenômeno, para contribuir com as políticas públicas orientadas para a superação deste problema.

No primeiro estudo, o “*Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*”³⁴ analisou-se a tolerância social à violência contra as mulheres, nele foram reveladas algumas contradições na visão das pessoas entrevistadas no que se refere ao tema. Seja do ponto de vista da punição para a violência contra a mulher, do comportamento das mulheres que a colocam em risco, de como os homens devem tratar as suas parceiras, ou ainda, de como a sociedade e o Estado deveriam agir diante desse problema.

Abaixo a reprodução de um trecho da pesquisa:

“*Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia*”. Concordaram com esta afirmação, total ou parcialmente, 91% dos entrevistados em maio e junho de 2013 pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Ipea. A tendência a concordar com punição severa para a violência doméstica transcendeu as fronteiras sociais, com pouca variação segundo região, sexo, raça, idade, religião, renda ou educação. Nada mais, nada menos que 78% dos 3.810 entrevistados concordaram totalmente com a prisão para maridos que batem em suas esposas. Além disso, 89% tenderam a discordar da afirmação “um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher. (Ipea/SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres 2014, p.3)

Muito embora esses primeiros dados demonstrem uma baixa tolerância à violência contra a mulher, lamentavelmente quase três quintos dos entrevistados, 58%, concordaram, total ou parcialmente, que “*se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros*”. Outra parte expressiva, 63% demonstram acordo total ou parcial que “*casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família*”. Outros dois pensamentos que expressam um ordenamento patriarcal também foram aprovados pelos entrevistados: 89% acham que “*a roupa suja deve ser lavada em casa*”; e 82% que “*em briga de marido e mulher não se mete a colher*”.

Esse quadro, aparentemente contraditório, aponta para o quanto a sociedade continua envolvida pela visão de família nuclear, mesmo sob uma versão contemporânea, “atualizada”, isto é,

34O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.

embora o homem ainda seja considerado o chefe da família, o seu poder sobre a mulher é limitado e elimina as formas mais explícitas e extremas de violência.

Um homem deve tratar bem sua esposa, e, enquanto o fizer, rugas "menores" devem ser resolvidas no espaço privado. A esposa, por sua vez, deve "se dar ao respeito", se comportar segundo o papel prescrito pelo modelo. Mas, se os conflitos se tornarem violentos, o casal deve se separar, a mulher não deve tolerar violência pelos filhos, e, se o marido bater, é caso para intervenção do público na esfera privada. (Ipea /SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p.3-4)

Pesquisa realizada pelo Data Popular e pela Agência Patrícia Galvão³⁵ revela que quase metade dos homens entrevistados concordam com a ideia de que as mulheres vítimas de violência provocam a agressão. Apesar de as mulheres representarem uma parcela menor, algumas entrevistadas demonstraram concordar com a afirmação também. “Por outro lado, o levantamento revela ainda que 86% dos entrevistados(as), entre homens e mulheres, concordam que “quem ama não bate” (Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013).

É possível verificar diante da realidade da violência contra as meninas e as mulheres, na pesquisa, que a família segue como um grupo perigoso para esses segmentos bem como a casa, um lugar arriscado. Não é exagero afirmar que o inimigo está dentro de casa.

Segundo a pesquisa “*Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FSBS³⁶, a casa ainda é o lugar onde as mulheres mais sofrem violência. 42% das entrevistadas apontam a própria residência como local onde aconteceu a agressão, seguida de 29% que alegaram ter sofrido violência na rua. Embora a violência sofrida em casa não apresente muita variação conforme a raça/cor, verifica-se que o percentual de mulheres pretas que afirmaram ter sofrido violência na rua (39,7%) é muito superior comparado as mulheres brancas (23,2%).

Ainda segundo a pesquisa do FBSP de 2018, a cada 9 minutos, uma mulher sofre agressão no país, 4,6 milhões de mulheres foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais, 12,5 milhões, foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento, 1,7 milhões, foram ameaçadas com faca ou arma de fogo, 1,6 milhões, sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento.

Se os homens cometem e sofrem violência no espaço público, reinam soberanos no

35Pesquisa Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres, realizada pelo Data Popular Instituto Patrícia Galvão em 2013.

36Pesquisa: Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil – 2ª Edição (Datafolha/FBSP, 2019)

espaço privado, como detentores do monopólio do uso “legítimo” da força física. Com efeito, o domicílio constituiu um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna desta supremacia masculina. É com esta estrutura que a família tem garantido o *status quo*, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos. Dai o pânico até mesmo em se pensar em transformá-la. Ademais, ela treina seus membros na competição, valor basilar da sociedade de classes. Constrói-se, em virtude da sacralidade da família, um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo. Em nome da defesa de uma privacidade que existe apenas para os homens e não para as mulheres, a sociedade em geral – exceção feita a alguns grupos – não atua no sentido de alterar as violentas formas de sociabilidade desenvolvidas pela família. Teoricamente, podem-se desenrolar diferentes sociabilidades: desde a mais democrática até a mais fascista. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p.34)

O SIPS demonstra que há uma redução da exclusividade do papel do homem enquanto provedor da família, no entanto, o modelo da família patriarcal permanece sendo estimado:

A permanência da família patriarcal como modelo, positivamente valorizado e desejável, expressa-se nos altos níveis de concordância com algumas frases. Quase 64% dos entrevistados e das entrevistadas afirmaram concordar total ou parcialmente com a ideia de que “os homens devem ser a cabeça do lar”. Presente na legislação brasileira até a Constituição de 1988, a supremacia do homem dentro da família ainda é um valor que ganha muitos adeptos, apesar de o número de famílias chefiadas por mulheres seguir aumentando ano após ano e a importância da renda do trabalho do homem vir caindo, e assim a exclusividade masculina no papel de provedor.³⁷ (Ipea /SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p.4-5)

Dados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que em 2017 foram registrados 221.238 casos de lesão corporal dolosa, enquadrados na Lei Maria da Penha, o que representa uma média de 606 casos por dia.

Com relação à violência sexual, entre 2011 e 2017, foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, 184.524 casos de violência sexual contra crianças (31,5%) e adolescentes (45%).

Segundo o levantamento, que inclui como violência sexual os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, 74,2% das vítimas eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino. A maioria dos casos ocorre em residências e familiares aparecem como os principais agressores de crianças na somatória de casos praticados por pais, mães, padrastos, madrastas e irmãos. (Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2011 a 2017 (SINAN/MS, 2018))

³⁷ A proporção de famílias chefiadas por mulheres passa de 22,9%, em 1995, para 38,1%, em 2012. A importância da renda das mulheres na renda familiar também vem aumentando gradativamente, como mostram os dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, do Ipea: em 1995, 37,9% da renda mensal familiar provinham da renda das mulheres; em 2012, este valor era de 46%. (Ipea /SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p.5)

A análise indica que entre as crianças do sexo feminino vítimas de violência sexual, 51,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 42,9% entre 6 e 9 anos. Em 45,97% dos casos as vítimas eram negras e 80,8% dos agressores são do sexo masculino.

Apesar das décadas de formulação teórica sobre o tema da violência de gênero contra as mulheres e avanços no campo legal e de políticas públicas, a sociedade continua submetendo milhares de mulheres a viverem e morrerem em decorrência da violência, especialmente mulheres negras.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018 e 61% delas eram negras (soma de pretas e pardas, de acordo com classificação do IBGE). Mulheres negras são as que mais sofrem violência doméstica no Brasil. São as que mais denunciam agressões. São as maiores vítimas de homicídio e feminicídio. As vítimas dessas agressões têm duas coisas em comum: gênero e raça. O que se constata é que a raça é determinante para as histórias dessas mulheres que sofrem violência.

Embora esteja previsto na Lei nº 11.340/2006 popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, mecanismos de denúncia, prevenção e de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar³⁸, eles não estão conseguindo proteger as mulheres negras. Conforme indicam os dados do Ligue 180, em 2016, 60% das mulheres que relataram casos de violência eram negras. Segundo o Mapa da Violência de 2019, de 13 mulheres que são assassinadas por dia no Brasil, 8 são negras.

Apesar de contarmos com políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, os índices demonstram seu reduzido alcance para atuar na proteção e direito à vida das mulheres negras. Compreendemos que o recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres, em todas as regiões brasileiras. (CARNEIRO, 2017, p.10)

O Atlas da Violência 2019, também, aponta a desigualdade de gênero e raça, no crescimento da violência sexual e da mortalidade por homicídios da população negra, além de ilustrar a desigualdade racial a partir da comparação entre mulheres negras e não negras.

Entre 2007 e 2017 a taxa de assassinatos de mulheres não negras teve crescimento de 4,5%, enquanto entre as mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de

38Lei 11.340/06: Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar

3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.

Ao examinar a violência letal, a desigualdade racial mostra-se novamente expressiva: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017, eram mulheres negras. Dado este, que para o estudo evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas.

No documentário “A última abolição”³⁹, a filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento negro, Sueli Carneiro (2018) enfatiza: “Não há uma dimensão social desse país, que não passe por nós”. Quanto ao reconhecimento da dimensão racial, Lélia Gonzalez⁴⁰, também já apontava para o mito da democracia racial.

Pioneira a nível mundial das discussões sobre a relação entre gênero, raça e classe, Lélia Gonzalez, a partir da articulação dos três marcadores sociais desenvolveu o pensamento sobre a sociedade brasileira e o mito que a estrutura simbolicamente: o da democracia racial nos discursos acerca da mulher negra.

Os dados do Atlas e as análises sobre a questão racial, evidenciam o quanto os processos de violência no Brasil, estão sendo potencializados com as discriminações racial e de gênero, logo, a presente pesquisa tende a olhar com particularidade para tais análises.

Paulatinamente, espera-se, as pessoas irão compreendendo que a sociedade brasileira repousa sobre um tripé contraditório, que inclui relações de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e relações de exploração-dominação de uma classe social sobre outra, em detrimento dos menos privilegiados, e que estes fatos são antidemocráticos. Somente a igualdade social entre todos merece o título de democracia. (SAFFIOTI, 2004, p.49).

A diversidade que existe entre as mulheres brasileiras poderia ser um aspecto positivo das políticas públicas, se essas refletissem a potência das nossas diferenças. No entanto, as diferenças no Brasil provocam desigualdades sociais inclusive que expressam nos serviços de atendimento a mulher em situação de violência.

39 Documentário produzido por Alice Gomes em 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TcK-Ta0drLU>

40 Sua atuação como intelectual mostra que foi uma feminista interseccional e uma feminista descolonial. Ela foi precursora em acrescentar à condição da mulher brasileira o marcador de raça, pouco tempo depois do campo feminista-marxista no Brasil ter começado a discutir como a diferença de classe afetava as mulheres – debate que estava posto pelo menos desde 1967, quando a socióloga Heleieth Saffioti defendeu a tese “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”. Lélia Gonzalez tem inegável pioneirismo na crítica ao racismo estrutural na sociedade brasileira e na articulação entre racismo e sexismo, o que fez dela uma aguda observadora da nossa situação colonial, antes mesmo que termos como colonialidade, decolonial ou pensamento ameríndio ganhassem destaque na pauta da intelectualidade branca, que aos poucos tem reconstruído outra concepção da dominação europeia que nos fundou e da violência intrínseca na formação do Brasil como Estado-nação.” (RODRIGUES, Carla, março de 2020). Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/leiam-lelia-gonzalez/>

Como podemos perceber, os dados mostram que as mulheres negras estão mais vulneráveis às violências do que as mulheres brancas. E estão mais afastadas aos acessos de acolhimento. Logo, a perspectiva da questão racial é algo que precisa ser urgentemente levado em consideração nas políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, não apenas como um “recorte”, mas, sim enquanto uma questão estruturante da desigualdade que existe no Brasil.

Além das questões raciais que são profundamente relevantes, existem outros fatores que mostram a desigualdade entre as mulheres que também merecem uma atenção muito especial, que é o caso de mulheres rurais, com deficiência, de mulheres lésbicas, de mulheres trans, moradoras de periferia, mulheres indígenas, ribeirinhas. Esses e outros fatores que nos tornam diferentes, acabam implicando em desigualdades que vão fazer com que algumas mulheres estejam com mais dificuldade as políticas de enfrentamento da violência do que outras e que, portanto, estão mais vulneráveis.

As mulheres do campo estão mais afastadas dos equipamentos de atendimento à mulher em situação de violência e segundo as narrativas das mulheres, isso dificulta o incentivo às mulheres em denunciar. Pois, muitas vezes, esse atendimento só é possível na capital Campo Grande e nem todas as mulheres conseguem se descolar para a cidade. E quando conseguem, algumas mulheres relataram não conseguirem serem atendidas como deveriam. Esse processo ocasiona uma descrença por parte das mulheres para com a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Embora não seja o objetivo do presente estudo se debruçar sobre essas diferenças, reconhecemos que é importante destacar o quanto a diversidade de mulheres que poderia gerar ações positivas por parte de governos, acaba aprofundado as desigualdades que existem entre nós e gerando um distanciamento do atendimento de algumas mulheres no que diz respeito aos serviços de enfrentamento à violência.

No Brasil, os dados do IPEA de 2019, apontam que mulheres economicamente ativas estão propensas a sofrerem duas vezes mais violência doméstica. A pesquisa revela que o índice de violência contra mulheres que integram a população economicamente ativa, cerca de 52,2%, é praticamente o dobro do registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho, aproximadamente 24,9%.

Ressalta-se que em muitos casos, a presença feminina no mercado de trabalho – por contrariar o papel devido à mesma dentro de valores patriarcais – “faz aumentar as tensões entre o casal, o que resulta em casos de agressões e no fim da união”. Ou seja, o “empoderamento econômico” da mulher, a partir do trabalho fora de casa e da diminuição das discrepâncias salariais, mostra-se insuficiente para superar a desigualdade de gênero que desencadeia a violência no país.

Essa análise sublinha o que há muito tempo diversas correntes do movimento feminista discutem, o fato da violência contra a mulher ser patriarcal e se (re)inventar a cada período histórico, mantendo sua base característica brutal de controle da vida, do trabalho e do corpo das mulheres.

As diferentes percepções com relação a condição das mulheres em situação de violência, mostra que de um lado as mulheres ainda são subjugadas pelas próprias mulheres, atitude essa bastante comum na sociedade segundo as narrativas das mulheres participantes da pesquisa e descrita em outro momento no presente estudo.

Em 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública encomendou uma pesquisa⁴¹ para o Datafolha sobre violência sexual e os resultados desvela um triste cenário que aponta para a culpabilização da vítima por parte de homens e mulheres. Um em cada três brasileiros acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher.

Segundo o levantamento, 33,3% da população brasileira acredita que a vítima é culpada. Desses, 32% das mulheres concordam com a afirmação. Entre os homens, o pensamento ainda é mais comum: 42% deles dizem que mulheres que se dão ao respeito não são estupradas. Para 30% dos homens, a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.

O estudo também fez um levantamento sobre o sentimento dos(as) brasileiros(as) sobre a proteção da polícia. Para a maioria da população, as leis nacionais protegem os estupradores: 51% afirmaram não acreditar que a Polícia Militar (PM) esteja preparada para atender mulheres vítimas de violência sexual e 42% pensam o mesmo da Polícia Civil.

Outro dado que chama atenção é o medo de sofrer violência sexual, 65% das(os) brasileiras(os) temem sofrer algum tipo de violência sexual. Entre as mulheres o medo é demasiadamente maior, 85% delas temem serem estupradas. No Nordeste, por exemplo, o índice de mulheres que receiam ser vítimas do crime chega a 90%. No Centro Oeste, é de 84%.

Os estudos sobre a violência de gênero, especialmente aquela dirigida à mulher, constituem-se em um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional. Além disso, compõem um campo linguístico e narrativo, ao contribuírem para a nomeação e intervenção no fenômeno nas esferas da segurança pública, da saúde e do Judiciário. A partir de 1980, no Brasil, se estabeleceu uma nova área de estudos e ação, abrindo-se um espaço cognitivo novo, e sobretudo uma abordagem política singular, levando à criação de serviços públicos especializados e leis particulares [...] (BANDEIRA, 2014, p.449).

Mato Grosso do Sul, foi o primeiro estado da federação a criar a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, em 1999. Desde então, o governo do estado desenvolve ações voltadas para garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos. Atualmente as políticas públicas são executadas pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres. A capital, Campo Grande, também se destaca por ter sido a primeira

41 Informação disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>

cidade do país a receber a Casa da Mulher Brasileira.⁴²

Não obstante, existem problemas, desafios e deficiências que precisam ser pensados e superados para o melhor atendimento às mulheres em situação de violência nos âmbitos municipais e estadual. Como por exemplo, a ausência de recursos específicos para a área de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher⁴³ e a transversalidade das políticas para as mulheres no governo estadual. É preciso avançar na compreensão institucional e ação estrutural no que tange a equidade de gênero nas políticas públicas.

Mato Grosso do Sul se destaca pelo alto índice dos crimes de feminicídio, só em 2020 foram 39 casos registrados, a maior alta desde 2016⁴⁴. Sabe-se que muitos casos não são registrados, o que significa que tal índice pode ser ainda maior.

2.5 Políticas Públicas e narrativas das mulheres

Historicamente, o não reconhecimento da violência contra a mulher foi objeto de luta dos movimentos feministas por todo o mundo. E devido a denúncias, pesquisas, apoio de instituições internacionais e sobretudo a organização das mulheres do movimento feminista, se avançou aos longos das últimas décadas no Brasil no que diz respeito aos dispositivos legais e nas políticas públicas.

A partir de 1990 começa surgir uma reação a favor das mulheres que sofrem dessas agressividades em casa, nas ruas e no trabalho, e é assim que se dá, a criação das Delegacias Especiais para Mulheres, SOS Mulheres, Casas Abrigo, e nos anos 2000 se ganha proteção e direito pela Lei 11.340/2006, a popular Lei Maria da Pena.

42 Integra no mesmo espaço, diferentes serviços especializados que atendem aos mais diversos tipos de violência contra as mulheres: Acolhimento e Triagem; Apoio Psicossocial; Delegacia; Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; Ministério Público, Defensoria Pública; Serviço de Promoção de Autonomia Econômica; Espaço de cuidado das crianças – Brinquedoteca; Alojamento de Passagem e Central de Transportes. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/violencia/o-que-e-a-casa-da-mulher-brasileira> Não obstante, existem problemas, desafios e deficiências que precisam ser pensadas e superadas para o melhor atendimento as mulheres em situação de violência.

43 É importante sublinhar que há mais de uma década os serviços especializados de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência se estagnaram em âmbito estadual. Por exemplo, não houve a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Em todo o estado do Mato Grosso do Sul, que por sua vez possui 79 municípios, há apenas 1 DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Campo Grande, que funciona em regime de plantão 24h e 11 DAMs– Delegacia de Atendimento à Mulher, em municípios-pólo do interior do Estado: Aquidauana, Coxim, Corumbá, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Paranaíba e Três Lagoas, que funcionam em horário comercial. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/delegacias-da-mulher/>

44 Primeiro ano completo em que o crime de homicídio contra mulheres em situação de violência doméstica (feminicídio) passou a ser contabilizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) de forma separada dos outros assassinatos. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/ms-tem-recorde-em-morte-de-mulheres-desde-criacao-de-lei/381076>

Aqui me refiro ao enfrentamento da violência doméstica e familiar que deve ser entendida como aquela que primeiro se toma contato, para depois surgirem outras formas de violência social. (PUGA, 2019, p.717).

Assim, a Lei Maria da Penha ingressa no ordenamento jurídico brasileiro como primeiro documento a abordar, de forma específica, a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art.5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (Lei nº11.340/2006)

Essa inédita normatização figura de extrema importância para a proteção de um segmento social vulnerável e fragilizado, em uma postura ratificadora do Brasil no reconhecimento da mulher como sujeito de direitos em âmbito interno, fruto das convenções internacionais⁴⁵ de direitos humanos e das lutas feministas.

Mas, como diz Lage (2012) e Nader (2012) nem sempre foi assim. Por muito tempo, as violências contra as mulheres não era algo que se exigia intervenção do Estado, devido ao fato de ocorrer no espaço doméstico em meio a relações conjugais e familiares. Apesar de essa ser uma realidade de mulheres de todas as classes sociais, a violência contra a mulher era um assunto tratado no âmbito privado.

A ideologia patriarcal, que estruturava as relações conjugais e familiares desde o tempo em que o Brasil era uma colônia portuguesa, conferia aos homens um grande poder sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhas e esposas. Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra

45 Ver, páginas, 11-13 da dissertação.

masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela. Assim, cabia a eles disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que, para isso, recorressem ao uso da força. (LAGE; NADER, 2012, p.287).

A militância feminista aliada à luta de outros movimentos sociais, criou condições históricas, políticas e culturais para se abordar o tema da violência contra a mulher na perspectiva de novas políticas públicas.

Durante o trabalho de campo deste estudo, houve diversos depoimentos acerca do tema da violência contra a mulher, alguns já citados nessa seção. Parte considerável deles, revelou um conjunto de perspectivas acerca do tema citado, nas quais, parte relevante das mulheres expressaram indignação com os trâmites legais de acesso aos equipamentos de justiça e segurança pública no atendimento à mulher em situação de violência.

Neste ponto, destacam-se alguns fragmentos do encontro dos quais é possível notar um baixo nível de confiabilidade com os mecanismos da justiça para coibir a violência de gênero contra a mulher:

Eu vivi 12 anos com violência. Eu disse para minha filha na época que a justiça não ia me defender. Que só podia contar comigo. Não basta a lei. [...] fui cair na real bem depois... Eu fui pra justiça, ele não respeitava, eu tomei a iniciativa de sair dali. (Silvana, abr., de 2019).

Após sofrer violência doméstica em um dos casamentos, outra participante da pesquisa narrou sobre um atendimento recebido no Fórum de Campo Grande/MS. Segundo ela, não foi deliberada nenhuma “pensão”. Ao aprofundar o seu processo de violência, ela completa: “Ninguém se separa junto. A lei não vale nada.” (Zelita, abr., de 2019).

A participante critica a inoperância da Lei Maria da Penha no seu caso, ela problematiza como é possível romper uma relação sem que ela tenha condição econômica para se manter e sendo obrigada a conviver com o agressor.

Ainda sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, a mesma participante ressalta que a Lei não é boa. Prossegue dizendo veementemente que na opinião dela não está sendo bom, porque os homens deveriam continuar presos, pois, saem da prisão e matam as mulheres.

Durante o encontro do qual a dona Zelita emite os comentários acima, há uma discussão sobre a efetividade ou não da lei, o antes e depois da Lei, e a mesma participante continua afirmando que a Lei não é boa para as mulheres, porque “mesmo que antes tinha violência, mas, eles não matavam como estão fazendo agora. Porque a mulher denuncia”.

Sabe por que eu falo isso? Porque no meu casamento eu denunciei não sei quantas vezes, mas, disseram que não podiam registrar a queixa porque “não correu sangue”. Dalvinha fala que isso aconteceu porque não existia ainda a lei. O debate continua... (Zelita, nov., de 2019).

Dalvinha argumenta dizendo que antes, as mortes não eram divulgadas e que hoje são. Em consonância com ela, outra participante, a Silvana profere que em sua opinião a Lei está sendo cumprida. Ela dá exemplo de um tio dela que cometeu um ato de violência há mais de 20 anos e que está preso, que pegou 37 anos. Ele matou a esposa e um homem. Na época deu crime por legítima defesa. Após 20 anos, a filha da vítima recorreu à justiça através da Lei Maria da Penha e ele está cumprido a pena. A mesma mulher comenta: “[...] tem aqueles casos que a pessoa achava que a mulher é propriedade dele. [...] o machismo falou mais alto né...” (Silvana, nov., de 2019).

Após tais depoimentos, foi perguntado a elas, pela pesquisadora, qual seria a melhor alternativa para garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha: aumentar a punição ou investir em prevenção. E as opiniões dividiram-se entre as duas possibilidades. Outra questão que se observou foi que as mulheres têm resistindo à posição de vítimas e começam questionar situações supostamente pré-estabelecidas.

A maior parte das agressões sofridas pelas mulheres é decorrente de conflitos interpessoais, o que acaba por merecer pouca atenção e sua exposição causa embaraço. Estes traços contribuem para a complexidade do fenômeno, uma vez que é inerente às situações entre homens e mulheres, que mantêm vínculos afetivos e profissionais. Assim, para se analisar tais situações, devem ser consideradas as múltiplas determinações, as tramas socioculturais que as circunscrevem, bem como as condições materiais das agredidas e dos agressores. No entanto, as ações ainda são pouco eficazes por parte do aparato policial e jurídico, que repercutem em uma visão de escassa resolução e que acarreta o descrédito por parte das agredidas e da sociedade frente à impunidade geral (Brandão, 2004). (BANDEIRA, 2014, p. 461).

O fato é que deve-se reconhecer o papel fundamental da Lei Maria da Penha na promoção de medidas de atendimento à mulher em situação de violência na perspectiva da proteção de sua integridade física e de seus direitos, além das medidas de prevenção destinadas a modificar as relações de gênero, campo no qual a educação desempenha papel estratégico. A Lei altera o Código Penal e possibilita que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada.

No entanto, é preciso associar ao desejo de que haja uma denúncia criminal e se efetive a responsabilização do agressor, o desejo que as mulheres também sejam bem amparadas, fortalecidas, que possam receber o atendimento psicossocial que necessitam e de uma série de outras questões que não vão lidar especificamente com o crime e sim com as próprias mulheres. Tal constatação aponta para a necessidade de organismos e equipamentos de políticas públicas para as mulheres nos municípios brasileiros considerando as áreas rurais.

Após narrar a violência que sofreu em seu casamento, Dalvinha discorre sobre o processo de denúncia, no qual somente depois que a Lei Maria da Penha surgiu que ela deixou de ser agredida.

Quando surgiu a lei foi que que ele parou... Pra mim nesse ponto foi muito favorável [a lei], quando surgiu a lei, ele parou de me infernizar. Eu falei pra ele “você não pense que eu não darei continuidade se você não parar com isso. Porque agora eu vou até o fim”. Aí passei por esse medo, das pessoas falarem “ai, mas, você vai botar na cadeia o pai de seus filhos né?! Ele não vai fazer nada não, ele tá só falando.” Mas, quando eu fiz essa fala com ele, ele parou de me incomodar. Mas, eu sei que muitas pessoas ainda não têm esse avanço no processo. (Dalvinha, nov., de 2019).

Todavia, como vimos, por meio dos dados, o Brasil segue sendo um país violento para as mulheres. As mulheres são vítimas de violência pelo simples fato de serem mulheres. O que se tenta matar no corpo são as expressões do feminino ou os corpos feminizados. O feminicídio existe para expressar uma continuidade de violência. É uma forma de afirmação do poder masculino com o corpo feminino.

O feminicídio e a violência contra a mulher de uma maneira geral, não podem ser só um problema das mulheres ou dos movimentos feministas. Muitas mortes poderiam ser evitadas, caso as mulheres tivessem tido possibilidades concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência. Muitas vezes a mulher já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual e esses processos são naturalizados dentro da família, na comunidade, na igreja ou pela mídia. Então precisamos pensar em mecanismos de prevenir essas violências. Por isso, que as redes de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher são fundamentais, mas trabalho, pesquisas com mulheres também são importantes. Espaços de escuta, de troca, de formação, de construção de ações.

É importante sublinhar, também, que as violências não são oriundas apenas das relações interpessoais de um sistema patriarcal, mas sim como algo que está diretamente relacionado com os variados eixos de opressão como raça e classe.

Como diz Wania Pasinato (2018), para alterar essa realidade, é preciso encarar a desigualdade de gênero como um problema estrutural das nossas instituições e que ela se apresenta como um obstáculo a ser transposto para materializar o direito formal, universal e acessível a todas as mulheres.

A aplicação da Lei Maria da Penha é um exemplo, mas não é o único. De modo geral, mudamos leis, mas não a forma como as instituições funcionam. O sistema de Justiça segue atuando de forma seletiva e distribuindo de forma desigual o acesso à Justiça. Existem poucos serviços especializados para atender as mulheres em situação de violência. Faltam protocolos que orientem o atendimento. Falta capacitação para os profissionais cuja atuação é muitas vezes balizada por convicções pessoais e julgamentos de valor que nada tem a ver com os direitos humanos. Cresce um entendimento que dissocia a importância de ensinar gênero e sexualidade nas escolas das políticas de prevenção da violência. (PASINATO, 2018)⁴⁶

46Artigo disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/02/violencia-contra-mulher-wania-pasinato.html>

De acordo com Pasinato, falta avançar no engajamento e comprometimento das instituições, governos e da sociedade para que a aplicabilidade da lei seja um compromisso de todas e todos.

Com relação a prevenção da violência, tópico levantado por mais de uma participante, surgiu o olhar frente a necessidade de as próprias mulheres buscarem meios de prevenção à violência dentro de uma relação afetiva, e de apoiarem umas às outras, ao invés de culpabilizarem-se.

“A mulher não apoia outra mulher” disse uma das participantes. Ela contou um caso de feminicídio no assentamento onde os comentários das mulheres chamaram sua atenção: “Nenhuma mulher falou em defesa da mulher”. Em seguida, houve as seguintes ponderações entre elas: “Não é porque elas são sem vergonha, é falta de estrutura em casa”; “porque elas muitas vezes passam necessidades, fome”.

Uma das participantes ressaltou a importância em trabalhar o tema da violência na escola, porém que para fazer isso é necessário ter discricção. Outra participante destacou o quanto é importante momentos como aquele [nossa pesquisa] de conversa, em que é possível para as mulheres exporem seus sentimentos e reflexões. Neste dia, Eliete sugeriu temas para os encontros seguintes: identidade e autoestima.

Abaixo, demais trechos que ressaíram:

Luciene: “Lá em casa até os homens falam, “não, isso é machismo!”.

Eliete: “Eu quero um amor que me traga paz”. (Luciene e Eliete. abr., de 2019)

Há um aspecto que foi abordado por uma das mulheres, que também pode relacionar-se com a questão da prevenção da violência contra a mulher, o tema da autonomia econômica. Já falamos do aumento gradativo da importância da renda das mulheres no rendimento familiar, tal situação tem um significado de independência e empoderamento para as mulheres.

Eu penso assim que a maioria ainda das mulheres, precisam de uma independência financeira. A independência financeira é um ponto inicial de tudo. Tem muitas mulheres que dependem do marido ou de alguém pra sobreviver e isso prende elas a algo, aonde às vezes elas sofrem algum tipo de violência e discriminação. Então devido a questão que ela depende de alguém. Então se você não depende de alguém você pode tomar decisões, você pode agir, você pode fazer algo. E se a pessoa depende, não. Ela fica fechada. Por mais que ela tem um ponto de vista, tenha algo pra falar... por mais que você está com a razão. (Eliete, dez., de 2019).

No caso da Eliete, houve um outro elemento que desencadeou o processo da sua autonomia, que foi a condição de voltar a estudar e se sentir mais segura e capaz para trabalhar fora de casa.

De 3 anos pra cá, eu comecei a desenvolver minhas coisas, a trabalhar com ele [o marido], foi quando eu comecei a ter o poder de decisão... o estudo abre muito a mente da pessoa... o conhecimento liberta. Se você não tem o conhecimento de algo,

você fica presa só naquilo ali, quando você começa atingir o conhecimento, o seu olhar ele abre assim pra vários lugares.

Eu não estudava... O estudo pra mim é/foi tudo. Eu amo estudar. Eu amo aprender as coisas. Participar das coisas. Eu não saia, eu não participava. Eu me excluía [...]. Foi quando eu me via numa rotina... a questão financeira. Então assim, eu vou ter que estudar, porque eu estudando, eu vou ter uma condição financeira, vou ser independente, eu vou ser uma pessoa independente, eu vou ter a minha independência financeira, eu disse, eu quero isso. Não quero só depender do meu esposo, eu quero também ter e poder ajudar, e proporcionar para os meus filhos também. (Eliete, dez., de 2019).

De acordo com a pesquisa do IPEA (2019), outras políticas públicas se fazem necessárias “como o investimento em produção e consolidação de bases de dados qualificados sobre a questão da violência de gênero contra as mulheres, o aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha e intervenções no campo educacional para maior conscientização e respeito às diferenças de gênero” (IPEA, 2019).

Na relação entre a vítima e o perpetrador, a maioria dos crimes continuam sendo cometidos majoritariamente por pessoas conhecidas, este totalizando 32,2%, 25,9% pelo cônjuge ou ex-cônjuge, enquanto, 29,1% são realizados por pessoas desconhecidas.

Muito se discute sobre o possível aumento da violência contra as mulheres no Brasil, ou se efetivamente com a criação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio⁴⁷, ampliou-se o debate na sociedade em torno da problemática, bem como se elevou o número de denúncias. Sem a pretensão de entranhar sobre tal possibilidade, no entanto, considerando o tema da violência como algo recorrente em discussões com grupos diversos de mulheres, somando-se aos dados expressivos das pesquisas, compreende-se ao menos importante sublinhar a informação no que diz respeito ao crescimento dos homicídios, e a necessidade de examiná-los na perspectiva da violência de gênero.

Segundo a pesquisa⁴⁸, ao pensar o aumento de violência letal contra a mulher ou o aumento do feminicídio, o ponto principal é que não se sabe ao certo se o aumento dos registros de feminicídios pelas polícias reflete efetivamente aumento no número de casos, ou diminuição da subnotificação, uma vez que a Lei do Feminicídio é relativamente nova, de modo que pode haver processo de aprendizado em curso pelas autoridades judiciárias (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.39).

Por outro lado, a pesquisa assinala que segundo a literatura internacional, significativa

47Lei no 13.104, de 09/03/2015 criada pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

48 A presente edição do Atlas da Violência indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, aqui analisados, trazem importantes subsídios para compreender melhor o fenômeno da violência letal contra a mulher, ao trazer dados sobre as características das vítimas e sobre alguns aspectos situacionais relacionados aos incidentes. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.35)

maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas, pode-se constatar que a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é um mecanismo possível para mensurar o feminicídio.

Isto é, embora o número real de feminicídio não seja igual ao número da mortalidade feminina dentro das residências, até mesmo porque milhares de casos de feminicídio acontecem no espaço público, tal análise pode evidenciar o crescimento nas taxas de feminicídio no país.

Não obstante, o estudo indica que, o crescimento dos casos que ocorrem no âmbito doméstico, efetivamente deve ser reflexo do aumento de casos de feminicídios. Ao examinar tais dados, é importante sublinhar que o crescimento mais acentuado nos últimos dez anos tem sido na taxa homicídios dentro das residências, com o uso da arma de fogo, que por sua vez, teve um crescimento de 29,8%. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.40).

Desenvolver um olhar numa perspectiva da violência de gênero junto às informações do Atlas da violência 2019, alicerçado nas discussões com as participantes da nossa pesquisa, possibilita uma série de reflexões para um estudo posterior sobre o processo da violência de gênero chegar no feminicídio, por exemplo, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido possibilidades concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência e/ou se as medidas protetivas funcionassem.

Uma situação relatada por Dalvinha ainda é recorrente na vida das mulheres, o estupro marital. Para a participante, algumas mulheres ainda têm dificuldade de reconhecer tal violência.

Quando você estava falando da morte, do feminicídio, do abuso, tem uma coisa também que muitas vezes não é contabilizado pelas mulheres, pela sociedade de uma forma geral, principalmente por aquela que está sofrendo essa situação, no caso por exemplo que é um abuso, que é uma violência, quando a mulher é obrigada, mesmo que disfarçadamente a ter relação com o seu marido. É um estupro. (Dalvinha, nov., de 2019).

A violência física e sexual enquanto violência simbólica é a demonstração máxima do controle social sobre os corpos, da sexualidade e das mentes femininas na estrutura familiar e da sociedade por meio da concretização da ordem de poder patriarcal.

Para Bandeira (2014), os assassinatos de mulheres têm aumentado, embora não sejam mais explicados oficialmente como crimes de honra. Para a autora,

Em pleno século XXI [...], não houve mudanças significativas em relação às razões que continuam a justificar formalmente a persistência da violência de gênero, ainda, centrando-se principalmente na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao

estudo ou envolvida com as redes sociais, entre outras. Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais. (BANDEIRA, 2014, p. 456-457).

Sabemos que segundo a literatura feminista, o patriarcado e a dominação simbólica masculina constituem os pilares da violência contra a mulher. Bandeira (2014) explica que, embora ambos os conceitos apresentem fragilidades, ainda assim, apontam para significados e desdobramentos importantes na compreensão da manutenção dos ordenamentos familiares, uma vez que vimos que não está superada a ideia de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Há uma outra perspectiva de extrema importância que a autora revela, a de que se de um lado o movimento feminista tornou pública a violência de gênero contra as mulheres, o poder familiar continua tentando silenciá-la.

Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros. (BANDEIRA, 2014, p.457).

Bandeira (2014) profere que o patriarcado de forma nada sutil, é marcado na carne, porém, mais forte é a demarcação simbólica, que quando quebrada, responde com a morte, uma vez que não podemos romper como reprodutoras da ordem social e biológica que nos foi imposta.

A sociedade se organiza com base na dominação de homens sobre mulheres, que se sujeitam à sua autoridade, vontades e poder. Os homens detêm o poder público e o mando sobre o espaço doméstico, têm controle sobre as mulheres e seus corpos. Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, com as mulheres ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado, na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual. A família patriarcal organiza-se em torno da autoridade masculina; para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psicológica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar. (Ipea /SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p.4)

Do ponto de vista das políticas públicas no país, organizações e movimentos sociais, sobretudo, feministas evidenciaram a necessidade da interlocução com o Estado, na luta pelo atendimento de suas demandas.

No campo dos direitos humanos, os movimentos feministas fizeram críticas e reivindicaram a inclusão da questão das mulheres nas ações de ampliação à cidadania por parte dos Estados. Nesse contexto, a ótica de gênero foi inserida em documentos e conferências das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos – OEA. Destacam-se os resultados das quatro Conferências Mundiais sobre a Mulher (1975, no México; 1980, em Copenhague; 1985, em Nairobi; e 1995, em Beijing); a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – Cedaw (1979); a Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, em 1993; as resoluções 48/104, de 1993 – Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, e 58/147, de 2003, que tem como objeto a violência doméstica contra mulheres e meninas, ambas da ONU; e a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, em 1994, da OEA.

No contexto dos anos 1980, os movimentos feministas incorporam de forma decisiva a luta pelo fim da violência contra a mulher e apresentaram ao Estado um conjunto de demandas, no sentido de reivindicar e negociar a regulação da violência de gênero. Tais como, alteração do Código Penal; criação de Conselhos Estaduais da Condição Feminina, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher, de Centros de Atendimento Integral, de abrigos para as mulheres vítimas de violência, de serviços específicos no Instituto Médico Legal; e a inclusão do repúdio à violência doméstica na Constituição Federal de 1988.

Outro eixo das políticas públicas dirigidas às mulheres, foi o de saúde. “Revitaliza-se o debate em torno de programas de saúde destinados à mulher, tendo como foco central o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), coordenado pelo Ministério de Saúde”. (ALMEIDA; SAFFIOTI, 1995, p.203).

Em que pese os limites do Estado brasileiro, as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) criadas a nível nacional, se constituíram em um instrumento pioneiro que desvelou a magnitude do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres no Brasil.

Os anos 2000 foram marcados pela consolidação do conjunto das políticas públicas para as mulheres sobretudo, com a criação em 2003 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com status de Ministério, pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A SPM se configurou em uma experiência inédita no país de agência estatal no primeiro escalão do governo voltada para a elaboração de políticas públicas em prol das mulheres. Junto com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres foi responsável pela elaboração de quatro Planos Nacionais oriundos das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres que envolveu milhares de mulheres de todas as regiões brasileiras para discutir as diretrizes da Secretaria. O diálogo com o movimento de mulheres foi um marco histórico do organismo. Outro aspecto que merece ser

sublinhando, foi a ação no enfrentamento⁴⁹ da violência contra a mulher, especialmente na articulação para a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

A SPM provocou mudanças na vida das mulheres brasileira no que tange à perspectiva de gênero na pluralidade das ações governamentais nos três âmbitos de governo, união, estadual e municipal. Diversas políticas direcionadas nas áreas de educação, trabalho, autonomia, poder foram realizadas, bem como inúmeros organismos de políticas públicas (secretarias, coordenadorias) foram criados nos municípios e estados brasileiros. Efetivamente as políticas para as mulheres entravam na agenda das administrações públicas.

Porém, desde 2015 a SPM sofreu mudanças e interrompeu o processo de consolidação institucional que vinha ocorrendo referente às políticas para as mulheres numa perspectiva emancipadora. A secretaria terminou o governo Dilma no extinto Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, e no governo pós golpe de Michel Temer, passou pela pasta de Justiça e Cidadania, pela Secretaria de Governo da Presidência e pelo Ministério de Direitos Humanos (MDH).

O governo Temer já havia reduzido a SPM, mas o atual governo deu sequência ao profundo retrocesso no campo das políticas públicas para as mulheres no Brasil.

O atual presidente do país, Jair Bolsonaro, aglutinou a pasta de mulheres com a da família e direitos humanos, desconsiderando as especificidades que envolve cada uma dessas temáticas na execução das políticas. O presidente nomeou uma pastora para ficar à frente do Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que iniciou sua gestão aniquilando por completo o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que por sua vez consistia numa estratégia de integração entre governo federal, estadual e municipal no tocante às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e de descentralização das políticas públicas referentes à temática, por meio de um acordo federativo, que tinha por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes ao tema da violência contra a mulher.

Até abril deste ano (2020), o MMFDH havia executado apenas 0,13% dos 394 milhões de reais disponíveis em 2020 para as políticas relacionadas à promoção de direitos humanos sobre responsabilidade da pasta. Para Pasinato (2020) o levantamento feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), demonstra a falta de responsabilidade do Estado brasileiro para com as ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

49 O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento À Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação assistência social, entre outros) [...]. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O desmonte das políticas públicas representa um retrocesso histórico para as mulheres brasileiras que, desde 2003, eram consideradas na política institucional no âmbito do governo federal. E mais do que isso, um órgão que tem o objetivo de pensar e executar a política de um determinado setor social, precisa caminhar ao lado de movimentos que representam tais setores, pois são esses que têm condições de apresentar um programa com suas próprias demandas, inclusive contribuir com um debate público e participativo sobre gestão orçamentária. Não obstante, o que visualizamos é exatamente o contrário, a perseguição do movimento feminista, de defesa dos direitos humanos, redução das políticas sociais e um descompromisso com a atenção e proteção à vida das mulheres.

Porém, tal desmonte das políticas para as mulheres, não significa que o atual governo não tenha um projeto para as mulheres brasileiras. Este, por sua vez, está alicerçado em uma imagem sexista do papel da mulher, do qual está inserida no modelo familiar patriarcal onde é reproduzida a ideia de que o papel da mulher, é ser somente mãe, dona de casa e submissa ao marido. Essa visão conservadora do que as mulheres devem ser, não dialoga com o atual contexto das mulheres, que vivem uma diversidade de condições sociais.

Hoje as mulheres são chefes de família, estão no mercado de trabalho, na universidade, na política em diversos outros setores sociais. Na grande maioria das vezes, acumulam o trabalho doméstico no âmbito privado com as atividades nos espaços públicos. Contudo, não é o objetivo deste trabalho aprofundar tal discussão, o fato é que atualmente há uma pluralidade de papéis femininos na sociedade e que precisam ser considerados pelo Estado e na integralidade do governo federal.

Por uma questão de resistência, os movimentos feministas continuam lutando contra o declínio das políticas públicas sociais e pela garantia de direitos constitucionais ameaçados pelo atual governo federal, tendo em vista que os direitos das mulheres são os primeiros a serem negociados em crises sociais, políticas e econômicas. É imprescindível trazer essas pautas, principalmente no atual momento que passa o nosso país, de ascensão do conservadorismo machista neoliberal e propagação das violências seja em discursos ou nas práticas governamentais, a exemplo da extinção da equipe técnica da saúde da mulher do Ministério da Saúde.⁵⁰

As mulheres indígenas, camponesas e quilombolas estão entre as mais atingidas, dado o apoio do governo federal com a expansão do agronegócio nessas regiões.

Todos esses retrocessos impactam diretamente a vida das mulheres do campo, uma vez que, o mundo funciona por uma perspectiva de dominação pelo pensamento patriarcal e o Estado reforça ainda mais esse pensamento. O trabalho dessas mulheres – em casa, nas atividades da lavoura – é invisibilizado, porque a importância maior é dada ao homem pelo trabalho braçal, a precarização do

50 Sobre a extinção da Coordenação da Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, ver nota de repúdio do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA): <https://www.cfemea.org.br/index.php/alerta-feminista/4802-nota-de-repudio-a-exoneracao-da-coordenacao-de-saude-das-mulheres>

acesso à renda, à saúde, à alimentação saudável e à educação são variadas formas de propagação da violência gerada pelo agronegócio.

Entre as perguntas que surgem diante do atual contexto está, se seremos capazes de construir novas relações interpessoais. Qual será nossa relação com o estado que despreza a vida? O fato é que precisamos responsabilizar todas as esferas de governo. Deixar as mulheres morrerem é uma decisão política, isso está nos cálculos do poder. São vidas que não importam e por isso são expostas a morte.

Como diz Diniz (2020), a violência está na morte sem indignação e diante do aumento do feminicídio e dos altos índices de violência contra a mulher que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking dos países que mais matam mulheres, ao invés de indignação e promoção de políticas de enfrentamento a esse problema, o governo zera o investimento.

CAPÍTULO III

NARRATIVAS “POR ENTRE” O FILME “ACORDA RAIMUNDO, ACORDA!”. PASSADO?

3.1 Encontros entre as mulheres e o “filme”: narrativas, experiências e significados

E se vivêssemos em um mundo onde tudo afigurasse acontecer ao contrário do que é considerado habitual, no qual as mulheres saíssem para trabalhar enquanto os homens ficassem responsáveis pelos afazeres domésticos? Como seriam as relações sociais? Essa é a história do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”⁵¹.

Marta e Raimundo constituem uma família operária e o filme gira em torno de suas histórias e os conflitos marcados pelo machismo e sexismo.

Logo nas primeiras cenas do filme, são apresentadas situações que remetem à ideia de que há alguma coisa “errada”, de que algo está “ao contrário”, isto é, aos papéis sociais pré-estabelecidos e a uma divisão sexual de trabalho baseada em gênero⁵²: “ela está no papel dele” ou “ele acorda no papel dela”. Conforme Vianna (2015) comenta, “[...] colocar em destaque esse imaginário coletivo da naturalização da divisão de tarefas por gênero [...] não foi por acaso. A grande sacada do curta de Alfredo Alves é trazer à reflexão a possibilidade de um universo invertido [...]” (VIANNA, 2015).

O curta-metragem foi escolhido por contar a história de uma família, na qual o casal tem seus papéis sociais invertidos por um dia. A personagem que interpreta a mulher, Marta (Eliane Giardini), vive um dia como se fosse o Raimundo (Paulo Betti, o “homem da casa”). Este, por sua vez, acorda com o papel social da esposa (a “dona de casa”), ainda que permaneça sendo o personagem Raimundo de corpo e nominalmente. A partir desta troca de papéis, são evidenciadas as atribuições históricas de comportamentos e relações de gênero construídas socialmente.

O filme se desenvolve por meio de diálogos de fácil entendimento e trabalha a realidade vivida por parte expressiva das famílias brasileiras, nas quais comportamentos sexistas alimentam a desigualdade de gênero entre mulheres e homens.

51 Direção de Alfredo Alves. Rio de Janeiro: CETA-IBASE, Iser vídeo, 1990. (16 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snLsvVf9X8&t=3s>.)

52 Termo reputado na pesquisa de CARISSIMI (2014) na qual, ela ao invés de utilizar “divisão sexual do trabalho”, conceitua “divisão sexual do trabalho baseada em gênero”, pois, segundo a autora, esta classificação designa as relações divididas conforme as condições de gênero, extrapolando a questão biológica dos sexos.

De modo mais detalhado, Marta no papel social de Raimundo é uma trabalhadora assalariada, “chefe de família”, enquanto, Raimundo interpreta o papel social feminino, e desempenha sozinho todo o trabalho doméstico. Ambos enfrentam dificuldades financeiras para viver e cuidar da família.

A troca de papéis acontece em uma manhã, em que as personagens acordam no lugar social invertido. É justamente na naturalização do cotidiano que se revela a crítica frente às percepções e relações de gênero. O curta provoca a reflexão e a possibilidade de um mundo inverso, ademais, evidencia o quão “absurdo” ele poderia parecer nessa permuta de papéis sociais, o “pesadelo” e a “realidade”.

Para o diretor do filme Alfredo Alves⁵³ que, por sua vez, trabalhava com a produção de materiais audiovisuais junto aos movimentos sociais nos anos 1980, como ferramenta de apoio para os grupos organizados por todo o Brasil, elaborar um vídeo com conteúdo social por meio de uma linguagem da dramaturgia ficcional, levaria o espectador, homem ou mulher, a se sentir, de certa forma, “incomodado” com a situação, fazendo com que o debate corresse “solto”. Em entrevista realizada com Alves (nov., 2020) ele diz: “Acorda Raimundo, Acorda!”, era a oportunidade de unir a linguagem ficcional, própria da dramaturgia, ao conteúdo com temática social, o que até então não havia acontecido na produção do que, na época, chamávamos de vídeo popular. O cineasta destaca o contexto social e político no qual o filme foi produzido:

Estávamos no final dos anos 80, pós Anistia e Diretas Já, no final do governo Sarney. Os movimentos sociais tomavam corpo e as minorias ganhavam voz, com o importante apoio da igreja católica e suas Comunidades Eclesiais de Base. Muitos de nós, inclusive eu, surgimos profissionalmente nesse contexto de militância e trabalho social. E nele conheci o radialista e professor José Ignacio López Vigil que fazia, nessa época, um importante trabalho nas rádios da sandinista Nicarágua. A produção de José Ignacio usava o rádio para falar de perto com o povo, com uma linguagem simples e que servia de intermediadora para a reflexão sobre os conflitos sociais. Uma dessas obras foi uma radionovela que, de forma curiosa, retratava como, em geral, os homens tratavam as mulheres nas suas relações. Achei que a radionovela de José Ignacio, invertendo os papéis e colocando os clichês “machistas” mais comuns na boca das “esposas”, abordava esse tema de forma muito inteligente e inovadora. Fiquei empolgado com esse formato e, baseado na radionovela, escrevi o roteiro de Acorda Raimundo, Acorda!, com a concordância e estímulo de José Ignacio. O roteiro transpunha para o filme praticamente o mesmo conteúdo da radionovela. Nessa adaptação, fiz questão de manter o aspecto que eu mais gostava no roteiro radiofônico: a solução inteligente que José Ignacio encontrou para debater o tema, invertendo os papéis e colocando na boca das mulheres os clichês machistas mais presentes nessas relações. A mudança mais significativa que fiz para a versão audiovisual foi alterar o final da história original de José Ignacio, já que na radionovela o sonho era de Marta. Muito a contragosto ele aceitou.

53 Foram realizadas duas entrevistas com o cineasta Alfredo Alves, no dia 08 de abril e 02 de novembro de 2020 por e-mail.

Sinceramente, na ocasião eu acreditava tanto no formato que, quando escrevi o roteiro, não parei para pensar em como esse filme repercutiria no movimento social. Tempos depois, fui surpreendido ao ver como ele se mostrava eficaz como provocador do debate, tanto em grupos femininos como masculinos. (ALVES, abr., de 2020).

Para ilustrar a viabilidade do curta enquanto técnica metodológica para a introdução do tema da pesquisa, transcreve-se abaixo a cena entre as personagens Marta e Raimundo, na qual observou-se junto ao grupo de mulheres do assentamento Santa Mônica de Terenos-MS, que “habitualmente” a situação é contrária ao que se passa no filme.

[o despertador toca por volta das 06h10]

Raimundo: Marta, Marta, acorda, vamos, se não, você vai chegar atrasada pro serviço. [...] Todo dia é a mesma coisa, essas mulheres... Claro que isso tem que acontecer. Não sabe que no outro dia tem que acordar cedo, tem que madrugar pro trabalho?!

Marta: Meu Deus me deixa dormir!

Raimundo: Vamos Martinha...

Marta: Será que não se pode nem dormir nessa casa? [...] E o café? Já fez o café?

Raimundo: Não, mas, já vou fazer, já vou fazer. Tá aqui a sua roupa, tá passadinha. (Acorda Raimundo, Acorda! 1990)

Observa-se no primeiro momento uma “troca” de comportamento entre a mulher (feminino) e homem (masculino), comparado ao que usualmente acontece na vida real. Não é preciso uma análise profunda para discorrer tal sensação, ou seja, de uma forma geral, as mulheres acordam mais cedo, preocupam-se com o marido que precisa ir trabalhar fora e preparam o café da manhã para a família.

O filme realça os comportamentos considerados socialmente invertidos entre Marta e Raimundo, e dessa forma a sua utilização configurou-se em um estímulo para a reflexão crítica sobre a histórica e tradicional construção social do que é ser mulher.

Reflexão essa, considerada essencial pelos movimentos sociais, no final dos anos de 1980, período no qual o filme foi produzido. Alves (2020) enfatiza que nas rodas de diálogos dos movimentos populares de então, a questão do papel social atribuído às mulheres já era um tema considerado fundamental. A importância dessa discussão era tão evidente que a Igreja Católica propôs esse tema na Campanha da Fraternidade em 1990 – “A Fraternidade e a mulher” (vale lembrar que a Campanha da Fraternidade ocupava um espaço de destaque para o debate social).

O roteiro passou um tempo na gaveta até que, em 1990, a igreja católica, na Campanha da Fraternidade daquele ano, abordou o tema “Fraternidade e Mulher”. Na mensagem aos brasileiros, por ocasião do início da Campanha, o Papa João Paulo II disse que a Igreja “vai agora centrar seu empenho de evangelizar no tema ‘Fraternidade e Mulher’, tendo como lema a grande verdade: ‘Mulher e Homem, imagem de Deus’”.

Parece que o Papa havia lido o roteiro que estava na minha gaveta. Era hora de colocar em prática a produção do filme. (ALVES, abr., de 2020).

Examinou-se junto ao grupo de mulheres da pesquisa, se, ao longo de praticamente três décadas – considerando que o filme foi lançado em 1990 – houve alterações dos papéis sociais “obrigatórios” definidos às mulheres e aos homens, a partir do contexto da realidade das participantes da pesquisa.

No dia 02 de novembro de 2019 exibimos o filme “Acorda Raimundo, Acorda!” para o grupo de mulheres componentes da pesquisa. Eram 11 mulheres e houve reações das mais diversas. O primeiro comentário foi: “O marido que eu desejava ter” [risos] (Zelita), seguido pela seguinte fala: “É que ali o papel está invertido” (Michele).

Para Luciene, hoje os casais têm entre si, uma relação diferente de antigamente: “Já mudou bastante, hoje a gente vê, os casais são mais parceiros: Quando chegar, um, lava a louça, outro lava a casa. Já mudou bastante, mas, a cultura permanece.” (Luciene, nov., de 2019). Para exemplificar seu pensamento, ela desferiu um exemplo próprio: “Eu costumava a falar: o café tá pronto. O meu marido dizia: cadê o copo? Eu respondia: Tá tudo sujo na pia. Mas, é só lavar e usar.” (Luciene, nov., de 2019).

Dona Zelita comenta sobre a personagem da Marta no papel social de Raimundo: “É isso que está acontecendo hoje, a mulher trabalha, são tudo senhora do seu nariz e ela não quer receber ordem, ela quer dar ordem. Ela trabalha.” (Zelita, nov., 2019). Ela ainda segue dizendo que o filme podia ser apresentado todos os dias para as mulheres no assentamento, uma vez que ele aborda questões relacionadas à realidade da maioria delas. Esse olhar também é retomado por outra participante no encontro posterior, ou seja, elas se sentiram tocadas pelo enredo e pensaram na importância que teria para outras mulheres.

A imposição e criação de sentidos, a interpretação e instituição da realidade constituem práticas discursivas; a linguagem em ação, a poderosa arma que distribuiu lugares, designa e nomeia, exclui e divide, instaura poderes, enfim, classificando o social de forma binária: mulheres/homens; negro/branco; mau/bom, sombra/luz, etc. Que diferença é esta, afinal, que aprisiona as mulheres a seus corpos, a um destino biológico, a uma condição inferior no social, que passa a ser *condição feminina*? A *diferença sexual* não passa de uma atribuição de sentido social a um detalhe anatômico, o aparelho genital, que toma a parte pelo todo. (SWAIN; MUNIZ, 2005, p. 09).

O filme “Acorda Raimundo” reúne os gêneros drama, ficção e comédia. Este, por sua vez, proporciona uma leveza a um tema que pode causar inquietações subjetivas nas mulheres, especialmente pelo fato de retratar um cotidiano comum em suas condições econômica e social. Situações essas, que transpassam tempos e espaços históricos.

A concepção de uma realidade oposta a que cotidianamente envolve a maioria das pessoas, por si só já chama atenção de quem assiste ao filme, despertando-a para a reflexão do porquê

determinadas tarefas são naturalmente atribuídas de forma assimétrica dentro da vida de um casal. Desse modo, surgem algumas indagações: Por que o desigual é o normal? Por que o desproporcional é o “natural”?

Frente a esses questionamentos, o filme se tornou profícuo para a pesquisa no sentido de motivar as mulheres a se reconhecerem ou não como as personagens, de pensarmos juntas as representações, identidades, subjetividades e os estereótipos. Tal movimento implicou processos subjetivos entre as participantes, durante os quais foi possível examinar por meio da epistemologia feminista, categorias que contribuem para a desigualdade de gênero, dominação masculina, a opressão e exploração das mulheres.

Tudo que é repetido, ensinado, reiterado, afirmado passa ao domínio da evidência, da tradição, dos costumes, da norma: torna-se *natural*, envolve e modela os indivíduos segundo a expressão dos valores que circulam naquela sociedade, naquele tempo. Não perde, porém, seu caráter histórico, construído, apesar de serem distribuídos como *verdade*, religiosa, científica, *natural*. A luta dos feminismos contemporâneos tem sido, tal como no século passado, expor os mecanismos que criam e articulam o social em termos de inferior/superior, o caráter construído dos agentes e papéis sociais, os valores que criam representações e as recitam incansavelmente, apoiando na repetição os seus fundamentos. (SWAIN; MUNIZ, 2005, p. 09).

Do ponto de vista das representações, o filme compartilha características morais, físicas, psicológicas e atribuiu ao gênero feminino normas a serem seguidas. Como, por exemplo, nas primeiras cenas nas quais espera-se que Raimundo, no papel social da “dona de casa” faça todo o trabalho doméstico sozinho e disponha de seu tempo no primeiro horário do dia, prioritariamente à família.

Ao longo do filme, nota-se que o personagem Raimundo, em suas diversas falas, reproduz um comportamento dito feminino, frente às situações cotidianas familiares. Em um momento do dia, enquanto ele está estendendo roupa, fala ao seu filho para cuidar do irmãozinho e profere o seguinte desabafo: “Ai meu Deus do céu, essas crianças... é capaz da Marta chegar eu nem ter feito a comida ainda”. Logo após, um vizinho interpretado por José Mayer pede a ele um pouco de sal e se desenrola a seguinte conversa:

Vizinho: Vizinho! Oi Raimundo

Raimundo: Oi compadre, como é que vai?

Vizinho: Tudo bem... [expressa cansaço]. Será que você pode me emprestar um pouco de sal hein? Minha mulher saiu e não me deixou nenhum centavo. E a portuguesa da venda, você sabe né... Fiado nem bom dia.

Raimundo: Ah nem me fale compadre, a Marta quase me bateu só pra me dar um trocadinho de nada. Um momentinho.

[o vizinho mostra língua para o filho de Raimundo que está brincando de boneca]

Vizinho: E o outro menino?

Raimundo: Qual deles compadre?

Vizinho: O que estava doente.

Raimundo: Ah compadre, pensei que você já soubesse, é que... tem mais um a caminho [fala num tom baixo]

[trilha de suspense]

Vizinho [espantado]: O quê? Outro?

Raimundo [lamentando]: Pois é, olha, mas não fala pra ninguém compadre, pelo o amor de Deus! Sabe como Marta é para essas coisas.

Em seguida, Raimundo entrega o sal para o vizinho que agradece e volta para casa, surpreso e assustado. Neste diálogo observa-se uma série de questões que poderiam ser exploradas, inclusive relacionando-as com a fala de mulheres não só durante o encontro do filme, mas como nas outras ocasiões. Tais como, trabalho doméstico, educação não sexista, planejamento familiar, relações de medo e poder.

Um dos pontos perceptíveis é a inversão dos papéis sociais – igualmente no caso do vizinho – isto é, dificilmente seria o homem que pediria sal a outro vizinho. Geralmente esse é um gesto feito pelas mulheres, consideradas as donas de casa.

Outro elemento chama atenção: é o fato de o menino (filho de Marta e Raimundo) estar brincando de boneca. Isso desencadeou um debate sobre construção social e educação sexista, durante o encontro com as mulheres.

Dalvinha ponderou que excluindo o fato de o homem ainda não ser possível, biologicamente, engravidar, de resto tudo é construção social. Ela ressaltou já ter tido o privilégio de assistir ao filme *Acorda Raimundo* outras vezes, e sempre ouvia as pessoas dando risadas e apontando “esse é o papel do homem”, “esse é o papel da mulher”, “olha o viadinho brincando de boneca”. Ela faz a seguinte provocação:

O que a gente faz? A gente sociedade, mulher, mãe, a gente tem o nosso filho “Deus me livre dele passar perto de uma boneca”. Aí o que nós dizemos é o seguinte: Não, é porque vão falar. Mas, vão falar. Aí, cresce vira um adulto machista, preconceituoso, que não contribui com a casa. E aí a gente vai falar: Onde é que eu errei? (Dalvinha, nov., 2019).

Nesse sentido, outra participante expõe seu pensamento sobre a criação de seus filhos:

Eu pensava assim, porque a maioria era prima, quando ia em casa ia brincar de boneca e eu não deixava, eu falava: “não, ele não pode brincar de boneca, vai virar...” Quando eu tive o Ala, aí eu fui pra igreja, na igreja eu aprendi que não tem esse negócio de só porque vai brincar de boneca vai virar gay, a menina só porque vai jogar bola vai virar homem. Não é isso. Aí eu larguei mão, parei agora. Até hoje ele brinca com as meninas. (Doralina, nov., de 2019).

Dalvinha discorre sobre “a criação” diferenciada de meninos e meninas ao falar que inconscientemente, “nós estamos contribuindo para que nossas crianças cresçam desse jeito.”

Mas, pensando no ser humano, independentemente de ser homem ou mulher nessa questão de gênero, seja homoafetivo se é heteronormativo, porque o respeito deve prevalecer, e assim, uma coisa que... Não sei se posso ser mal interpretada, mas acho um absurdo - que bom que temos, mas, eu acho um absurdo precisar ter um papel – a nossa constituição de 88, precisa ter que ter um papel dizendo que todas as pessoas precisam ser respeitadas. Já tinha que estar embutido na nossa mente, nosso agir com o próximo, que todos temos que ser respeitado independente do gênero, independente da classe social, da etnia, se é idoso, se é criança, se é adulto... (Dalvinha, nov., de 2019).

O respeito cabe em qualquer lugar. (Zelita, nov., de 2019).

Falar sobre representações é uma forma de entender como cada indivíduo desenvolve sua percepção e ação, por meio dos quais opera o seu olhar acerca do mundo, sob as práticas sociais e relacionamento coletivo.

Tedeschi (2019) examina a categoria de representações na perspectiva dos estudos de gênero e explica a conexão entre o processo de construção da identidade e da diferença.

A produção da identidade e da diferença se dá em grande parte, na e por meio da representação. Como representação, o feminino e o masculino estão diretamente envolvidos nesse processo. Ao usarmos a categoria representação nos estudos de gênero podemos destacar os mecanismos de produção dos papéis sexuais, das verdades impostas no cenário social sobre o que é o feminino e o masculino, levando-nos assim a questionar os códigos, as convenções, os artifícios, a arquitetura do como essas representações foram construídas e impostas. (TEDESCHI, 2019, p. 642-643).

Nesse sentido, ressalta que uma das possibilidades seria o diálogo com a História Cultural de Roger Chartier que, por sua vez, se propõe a entender a produção de sentido das palavras, das imagens e dos símbolos. No cotidiano, as mulheres vivem “um dia após o outro” e recriam as suas práticas, as suas experiências e percebem o mundo diferentemente uma das outras. Muitos sentidos e significados se estabelecem e segundo Tedeschi (2019, p.640), por entre “diferentes formas de apropriação dos discursos, de textos (verbais e não verbais) e da produção de sentido, [...]”

Chartier (1991) dialoga com Marcel Mauss e Emile Durkeim ao falar de “representação coletiva”. Essa noção autoriza articular três modalidades de relação com o mundo social:

[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183)

Assim sendo, os grupos sociais são definidos coletivamente uns pelos outros, em relação a um “nós” cheio de significado. Eles desenvolvem símbolos, discursos e comportamentos no prisma de garantir uma identidade própria. Por conseguinte, as representações sociais são engendradas pela forma como as coletividades reagem aos seus conflitos, desenvolvendo uma força instituída da vida cotidiana e coletiva, pois é no cerne das representações, que está o impedimento da ratificação do poder. “E, como nenhum poder advém de qualquer princípio universal, físico, biológico ou espiritual, para se impor ele precisa ser legitimado por um conjunto de relações de sentido.” (TEDESCHI, 2019, p. 640-641).

Por conseguinte, é possível identificar como o patriarcado fixa relações de força enredadas por representações sociais classificatórias, deterministas e opera na instauração de identidades que atendam aos seus interesses. Espera-se determinados comportamentos, práticas, expressões e motivações, tanto para mulheres quanto para os homens, engendrados pelo poder masculino hegemônico a interagir com certo sucesso nas representações sociais para “como deve ser a mulher” e “como deve ser o homem”, dentro de padrões e normas internalizadas e enraizadas na sociedade capitalista/patriarcal/colonial.

Nesse caminho, a pesquisa direcionou o olhar às representações sociais que são transformadas e/ou permanecem mediando a vida das mulheres, sejam na reprodução de um modelo tradicional familiar com relações hierárquicas e desiguais de poder, seja na resistência cotidiana da dominação patriarcal.

Para Pierre Bourdieu, homens e mulheres incorporam representações e constroem suas práticas dentro de uma lógica social. Dessa forma, na sociedade patriarcal, as referidas práticas determinam atitudes de dominação/submissão, donde é possível afirmar que, tanto homens quanto mulheres, nas sociedades marcadas por fortes componentes patriarcais, colocam sua posição social masculina ou feminina sob a pressão originada pela divisão do trabalho na unidade produtiva familiar, bem como pelas relações de poder. (TEDESCHI, 2019, p. 641)

Ainda de acordo com o pensamento de Bourdieu (2014) a ordem social funciona como uma máquina simbólica, e reproduz as representações que homens e mulheres fazem de si mesmos e compreendem suas práticas conforme tais representações, produzindo dessa forma, identidades sociais.

No filme “Acorda Raimundo” enquanto Raimundo (papel social feminino) está preparando o café da manhã para a Marta e as crianças, ela grita perguntando onde está o sapato, de uma forma como se fosse óbvio ele saber a localização deste. Sabemos, não somente nos anos 1990, mas nos dias de hoje, é comum que os homens, filhos e filhas não procurem com atenção os objetos na casa e “sempre” peçam para as mulheres encontrá-los. É uma representação motivadora de comportamentos

biologizantes, sexistas, pois a expectativa é de que as mulheres estão disponíveis continuamente, são as responsáveis por administrar as necessidades familiares e sabem de tudo quando o assunto é a casa.

Filho: Oh pai, tô com fome!
 Marta: Não tá ouvindo esse moleque não, hein?!
 Raimundo: Oh Marta, não grita assim que você vai acordar as outras crianças.
 Não! Não, não, primeiro lavar a cara, depois tomar o café.
 Filho: Tô indo pai.
 Marta: Oh, mas que droga de café é esse. Oh Raimundo, tá amargo.
 Raimundo: Ah... desculpe Marta, eu esqueci de botar o açúcar.
 Filho: Pai, cadê a toalha?!
 Raimundo: Tá aí atrás da porta meu filho! [Mais uma vez, nota-se que só o Raimundo sabe a localização dos objetos em casa.]
 Marta: Você não costurou esse botão ainda???
 Raimundo: Ai... eu já vou costurar. É que eu tô com a cabeça...
 [som do barulho de um copo quebrando na cozinha]
 Marta: Lá se foi mais um copo, mas aonde você está com a cabeça hein ô parasita?
 Raimundo: Marta, só tem linha branca...
 Marta: Agora deixa isso vai!
 Eu vou embora que eu já estou atrasada. Uma droga essa casa, que não se pode nem tomar café sossegada.

No fragmento acima constata-se o comportamento de se esperar que a mulher (dona de casa) assegure diariamente (diuturnamente) todos os serviços para a manutenção da vida familiar.

É importante refletir sobre quais bases se instituíram os mecanismos de produção e reprodução das verdades impostas sobre o que é papel das mulheres e papel dos homens. Ao estudarmos a categoria representação, caminhamos em direção ao questionamento de como as subjetividades são construídas. No mundo do trabalho, como por exemplo, na roça onde as mulheres, embora, estejam “disponíveis” e executem o conjunto de serviços, por vezes, seu trabalho é reconhecido como complementar, leve, irrelevante, por fim, como um saber/doação. Essa lógica dos valores predomina na esfera do trabalho, nas identidades de gênero o no modelo patriarcal de sociedade, onde tudo o que se refere ao feminino é desvalorizado e subalternizado.

Sabe-se quão importante se torna o trabalho para a estruturação de subjetividades que definem o campo da produção de sentidos para a vida social. Entende-se subjetividade como um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delinea diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo. (FARIAS, 2009, p.72).

Uma situação emblemática foi apresentada por Duda, quando detalhou a violência doméstica vivenciada em seu casamento. Durante a narrativa ela ressaltou que a sua filha, ao chegar à adolescência, se interessou em buscar notícias do pai e, porventura, estabelecer relação com ele. Vale sublinhar que ela estava grávida quando sofreu a violência física por parte do marido. Neste mesmo dia não hesitou, saiu de casa, e desde então, nunca mais teve contato com o pai de sua filha.

Ao longo de sua narrativa, especialmente quando Duda falou do desejo de aproximação de sua filha com o pai, atentamo-nos para o quanto de importância é dada à figura masculina na família e o quanto essa aspiração pode ter a ver com as subjetividades das mulheres em consonância com referências masculinas. Quer dizer, toda a história relatada por Duda demonstrou que ele (o agressor) não se importava com a filha, mas ela sentiu a necessidade de procurar o pai, demonstrando o quão é presente e viva a ideia de uma figura paterna/masculina.

Em geral, de acordo com Colling (2019) subjetividade é tudo aquilo que pertence ao sujeito, é pessoal, individual, particular, e expressa suas ideias ou preferências. O pertencer ao sujeito, a nosso ver, a subjetividade inter-relaciona-se diretamente com o social, o político, o econômico, as dimensões de gênero e poder, por isso, segundo Farias (2009) presume-se uma correlação entre ser e estar no mundo, a partir das vivências das pessoas e dos grupos sociais, “[...] afirma-se que a subjetividade é um processo complexo de definição de sujeitos, de indivíduos singulares e de suas posições sociais e históricas” (FARIAS, 2009, p.72).

Na entrevista realizada com o diretor do filme, ele destaca que ao exibir “Acorda Raimundo” à diferentes grupos sociais, observou inúmeros comportamentos e reações, os quais dialogam com o sentido de subjetividade que estamos desenvolvendo no presente estudo e surgiram e ressurgiram por entre as narrativas das mulheres do Santa Mônica.

Com relação ao olhar dos homens, Alves revelou que alguns reagem com solidariedade ao Raimundo, “[...] que ao compreender o sofrimento imposto ao personagem, sem querer, começavam a perceber a importância de uma mudança radical de postura”. (ALVES, nov., 2020).

Ele também expôs que presenciou homens enfurecidos e destratando Raimundo, cobravam da personagem atitudes mais “masculinas” em relação à Marta, e demonstravam alívio ao saberem que o enredo do filme se tratava de um sonho. Nota-se posições quase antagônicas, mas provocadoras da mesma conclusão: “[...] se na ficção não era bom para Raimundo, na vida real não deve ser bom para as mulheres.” (ALVES, nov., 2020).

Do ponto de vista das mulheres espectadoras, também acontecia o esperado, elas cobravam dos homens uma mudança de postura. “Mas me surpreendeu também, em certas exposições, o fato de que algumas espectadoras achavam ótima a sensação de estar ‘finalmente’ ocupando o lugar do ‘opressor’” (ALVES, nov., 2020). Isto é, ser cúmplice de Marta, gerava o alívio sentido com uma boa “vingança” às atitudes costumeiras dos homens. Não foi diferente entre as mulheres do assentamento, houve um misto de risos, sarcasmos, críticas e desejos que conduziram a reação delas. Ora transitavam por um sentimento de “querer estar no lugar” da Marta, ora avaliavam que ainda não era o modelo ideal de relacionamento familiar.

Alves (2020) conclui que a sua experiência em exibir o filme para ambos os sexos, fazendo com que tanto mulheres, quanto homens vivenciassem o mundo fictício de Marta e Raimundo, “[...]”

em situações inversas ao que usualmente vivem, serviu como “gatilho” para provocar debates intensos e acalorados.” (ALVES, nov., 2020). Fato esse, preponderante para a escolha do filme como instrumento metodológico em nossa pesquisa, uma vez que nele desencadeia em quem o assiste, uma reflexão sobre comportamentos tradicionais e hierárquicos que as pessoas desde pequenas são orientadas a seguir. Ao mesmo tempo, as pessoas ficam incomodadas com o desvelamento de situações cotidianas, e podem se questionar outros arranjos possíveis e equitativos.

Colling (2019) em comum acordo com Foucault, quando diz que para falar de sujeito é necessário falar de “modos de subjetivação”, de como o saber e poder nos constituem. Subjetividade para este autor relaciona-se com a forma que o sujeito se expressa no jogo de verdade e “Quando descobrir que aquilo que sempre tomou por verdade, por evidência, são temas fabricados em um certo momento da história, e que portanto podem ser criticados, desconstruídos e destruídos descobrirá que é mais livre do que pensa. (COLLING, 2019, p.674).

É atribuída às mulheres a responsabilidade pela educação das filhas e dos filhos, inclusive na perspectiva do ensinamento para o compartilhamento igualitário das tarefas domésticas. Muitas participantes, por diversas vezes, durante os encontros, narraram como as mulheres reproduzem comportamentos sexistas na educação das crianças. Mas, isso nos faz refletir o quanto de responsabilidade e culpabilização são direcionadas às mulheres. É como se tudo fosse culpa das mulheres quando, na verdade, certas questões deveriam ser encargo do conjunto da sociedade, como por exemplo, a aprendizagem das tarefas de casa, essenciais para a sobrevivência humana. Abaixo, um registro do diálogo entre as participantes acerca deste tema:

Zilda: Às vezes, a gente tem que se posicionar. É uma cultura, que deve ser rompida.

Zelita [comentando sobre o filho]: A primeira esposa, nunca falou pra ele fazer nada. Ele nunca tinha pegado um filho no colo.

Luciene: Mas, por que a mulher que tinha que dar?

Então, mas ele tinha medo de pegar.

A culpa é da mulher. As mães, não colocavam seus filhos pra lavar um prato “porque é serviço de mulher”. “Ah, você não vai arrumar uma cama, não porque isso é serviço de mulher”. “Você não vai passar a vassoura na casa porque é serviço de mulher.” Isso é criação também. (dez., 2019).

As mulheres participantes da pesquisa, em todos os momentos – nas chegadas e nas partidas após os encontros, durante os almoços, os lanches, no decurso de permanência da pesquisadora em suas casas – manifestaram subjetividades que se entrecruzaram aos temas discutidos “com ela, por elas e entre elas”, nas interfaces de seus cotidianos. Além disso, esse processo foi se desnudando com a exibição do filme “Acorda Raimundo”, quando por meio dele se debateu as representações sociais de gênero no vivido do assentamento.

As mulheres empreendem esforços cotidianos para conquistarem espaços importantes nos assentamentos, em um contexto no qual constroem as representações sociais de gênero para a efetivação de sua identidade, no jogo entre situações de dominação e de libertação em um movimento de imposição de poder de indivíduos, principalmente, a figura masculina, por vezes, o pai, um irmão, um filho, o marido; e de grupos, levando-as a estruturarem resistências simbólicas diárias contra tais imposições. (FARIAS, 2009, p. 73).

Ao discutirmos a divisão sexual do trabalho, a transversalidade da dominação masculina e da violência de gênero na vida das mulheres do grupo, e de uma maneira ampla e enraizada na sociedade, se evidenciou e emergiram narrativas sobre suas próprias vivências que expressaram situações diversas. Por exemplo, ao tempo que algumas diziam que na casa delas todo o serviço era compartilhado com filhos e maridos, houve uma participante que relatou que além do marido não fazer nada, ele suja o que ela limpa. Esta participante era tímida, mais escutava do que falava e quando falou observou-se que um sentimento de revolta estava presente em seu discurso. Tal situação, demonstra a não linearidade no que tange à divisão igualitária do trabalho doméstico por parte das narrativas das mulheres.

Em algumas narrativas, apresentadas outrora nesta dissertação, as mulheres descreveram a violência doméstica, em outras apresentaram a violência em algum período da vida, entretanto, as relações com os seus parceiros se transformaram positivamente, como é o caso de Nete. Ela disse que passou a ser respeitada dentro de casa, “na hora de ter ou não relação sexual” e que o seu esposo faz o serviço da roça pela manhã. “Eu acordo, o café está na mesa” (Nete, nov., de 2019). Eu perguntei a ela se sempre foi assim, e ela respondeu:

No começo, logo depois eu engravidei, quando tive neném ele quis mostrar umas garrinhas. Ai como eu já tinha sido separada do meu marido, eu já coloquei ele na linha. Ele quis impedir minhas roupas, depois que eu ganhei neném. Quando eu tava grávida não. Logo depois que eu ganhei, ele quis mostrar umas garras, quis ser um pouco grosso, ignorante igual a família dele. [...] Aí, eu falei olha eu já fui separada do meu primeiro marido com filho, hoje eu tenho mais um filho que é seu filho, e eu já criei um sozinha, pra eu criar outro é rapidinho. Isso já tem 20 anos. (Nete, nov., 2019).

Nete completa dizendo sobre a dificuldade de a mulher se impor na relação, principalmente quando o homem trabalha e a mulher não trabalha fora. Segundo ela, há um sentimento de obrigação para fazer as vontades do marido. Em consonância com essa consideração, outra mulher comenta sobre quando se casou bem jovem e estabeleceu uma relação quase paterna com o marido, devido a sua pouca idade.

Quando eu me casei eu tinha 13 anos, eu era uma criança, eu não sabia de nada, ele foi o meu primeiro homem, ele foi praticamente meu pai. [...] Eu sempre prezei muito pela família. Eu fui sendo criada daquela forma, até eu amadurecer, virar mulher e entender as coisas como é que é. Tudo o que a gente falou aqui eu já passei de tudo um pouco. Hoje é outra história, não precisei separar dele, mas, assim, mudou totalmente. A minha vida com o meu esposo é totalmente diferente. Porque vai acontecendo as coisas e você vai se impondo e a pessoa vai querendo também... No caso a gente aprendeu junto. (Eliete, nov., de 2019).

Em uma ocasião durante a minha estadia no Assentamento, visitei a Eliete em sua casa e tivemos uma longa conversa. Ela me levou até a sua plantação de berinjela e jiló e relatou que ao chegarem ao lote no assentamento, ela e o marido ficaram acampados por certo tempo, e posteriormente construíram a própria casa. O decurso de mudança da cidade para o campo ocorreu com seu esposo e juntos vivenciaram momentos de extrema dificuldade, como falta de água e demais estruturas básicas para viverem.

Nota-se na sua narrativa um companheirismo na opção da mudança de vida e no enfrentamento às adversidades que tal caminho gerou, sobretudo quando Eliete engravidou. E esse companheirismo pode ter fortalecido Eliete a lidar com o que disse em outros trechos em suas participações no grupo. Segundo ela, por um período, a relação com o marido era praticamente como de uma filha com o pai, pois ela era muito jovem. Com o tempo, e aos poucos, ela foi obtendo autonomia, como por exemplo, quando resolveu estudar.

Nete, outra participante da pesquisa, também enfatizou a importância de se ter autonomia na relação conjugal,

[...] eu penso assim, de repente se eu não trabalhasse na época, e ele trabalhasse e ele me mantinha no caso, de repente eu teria me amedrontado e pensado assim, se ele for embora eu vou morrer de fome, mas, eu sempre trabalhei, então nunca dependi. [...] Eu vim pra querência trabalhar na usina, mas, parei porque meu filho adoeceu (ele teve câncer). Muitas vezes a mulher que não trabalha fora, normalmente a mulher se amedronta, aí onde o homem grita, amanhã dá dois, e depois de amanhã dá três. Eu nunca apanhei do meu pai, quem dirá de marido. Aí eu falo “meu marido, no dia que você quiser largar de mim, você me bate ou você me trai ou você pega o carro a noite e fala que vai numa festa e eu não vou. Se essas três coisas se ele fizer, a partir daquele momento não é mais o meu esposo. (Nete, nov., 2019).

Eliete completa: “a pessoa tem que se impor né. Se não fica vivendo aquela vida, sempre” (Eliete, nov., de 2019). Outra participante, a Norma, ressalta nunca ter permitido que o marido gritasse com ela.

Eu nunca aceitei o Ademar falar alto comigo, nunca. Nunca. Nunca. Lá em casa não. No dia que ele falar alto comigo eu falo, tô indo. A gente tem que se impor, porque se você não se impor: ué não fez isso não? Não fez isso não? Não, não é assim não, você tem que saber o que aconteceu durante o dia pra aquilo não está pronto. O homem fala alto, gritando, opa pera aí. Não é assim não. [...] Aí, na hora do vamo vê, é meu amor... (Norma, nov., 2019).

Colling (2019) pontua sobre as instituições controladoras, tais como o estado, a família, o trabalho e a mídia. Tais instituições incentivam subjetividades que geram o desconhecimento da diferença e do heterogêneo, e podem resultar em condições de subserviência e de fragilidade. As subjetividades não são apenas construídas para mover as pessoas rumo à transformação, nós construímos, além disso, subjetividades submissas.

O controle não mais se circunscreve a muros como Escola e Igreja, mas expande-se em espaços abertos. É uma nova produção de subjetividade que emerge. Segundo Michel Foucault é possível questionar as formas de ser que têm sido inventadas para nós, inventando novas possibilidades de vida e novas subjetividades. (COLLING, 2019, p. 675).

Pensando a pesquisa, as subjetividades das mulheres, as representações sociais, e em expressões no filme “Acorda Raimundo”, é crucial que se construam subjetividades potentes para um movimento da transformação, de rupturas de padrões hegemônicos e homogeneizantes de modos de ser e de viver. A unificação de subjetividades e identidades nos quer iguais sempre, principalmente com relação aos grupos que se tornam mais suscetíveis à dominação.

Colling (2019) afirma que há um trabalho obstinado em padronizar identidades e subjetividade das mulheres e de gênero, sobretudo referente a discursos e relações de poder.

Desde o nascimento, à vestimenta, a imposição de nomes e normas comportamentais definem-se o que são homens e o que são mulheres. Se a lógica da subjetividade é identitária, havendo uma incessante política de subjugação das diferenças, a alternativa a esta lógica seria a invenção de novas subjetividades, diferentes multiplicidades, colocando em suspenso a subjetividade hegemônica. Se a subjetividade é construída no social, é possível, portanto, a produção de novas subjetividades. (COLLING, 2019, p. 675).

A única participante jovem do grupo, em sua narrativa, destacou que embora estivesse feliz durante o encontro, ao chegar em casa ela se remetia às lembranças dos processos difíceis já vivenciados por ela. A sua fala nos leva a apreender que podem ser lembranças relacionadas à violência. Michely diz “Eu queria isso pra mim, deixar o passado pra trás, e viver o futuro, ir pra frente. O passado marca a gente. É... (machuca a alma) machuca.” (Michely, nov., 2019). É a marca da violência simbólica permanecendo no corpo e na subjetividade dessa jovem mulher.

Outra participante fala sobre autoestima, segundo Doralina, se a pessoa trabalhar a autoestima, ela consegue alcançá-la.

É assim, quando eu casei, casei com 15 anos [...] durante 7 anos eu sofri muito. Ele não era de bater, mas esse negócio de palavras. (aí ela dá exemplos) Ah, você não presta pra nada, ah, você não fez isso. (Eles quase perderam um filho, e aí aliado

com a questão da religião, o marido mudou). [...] Você vai trabalhar pra quê? Eu te sustento. Dizia ele. (Doralina, nov., 2019).

Tal diálogo entre Doralina e seu esposo, nos lança novamente para o filme “Acorda Raimundo, Acorda!” mais precisamente sobre a forma desrespeitosa que a Marta (papel social do marido) trata Raimundo (papel social da esposa), expressando uma representação concreta de como muitos maridos tratam suas esposas.

Em conformidade com Farias (2009, p. 73) a representação “[...] interfere na prática social, proporcionando uma dinâmica constante às experiências cotidianas, na co-relação entre passado, presente e o porvir [...]”. A autora acrescenta:

Portanto, entendo a representação, pautada nas reflexões de Lefebvre (1983), como falsas e verdadeiras ao mesmo tempo, construída em um continuum de ações, em que mulheres e homens vivenciam experiências nas quais exploram os possíveis, partindo das representações e constroem conhecimentos de sua situação no mundo, tendo em vista a exploração de rupturas no tecido social. As representações podem criar fendas no cotidiano incentivando as transformações que são, por vezes, marcadas por lentidão e morosidade. O que resulta na afirmativa de que as representações têm força por apresentarem esta ambiguidade – por serem falsas e verdadeiras. (FARIAS, 2009, p. 74).

As representações podem atuar na permanência ou alteração das relações de dominação patriarcal na medida em que são ou não naturalizadas, adquirem formas e significados, impossibilitam a crítica à vida cotidiana e estimulam as pessoas a reproduzirem o senso comum, internalizando a própria condição de vida.

Para tanto, criam e ressignificam símbolos, linguagens, noções e figuras que articulam e solidificam o conhecimento do senso comum. E sabe-se que este quando pouco explorado, impede as rupturas, uma vez que naturaliza as concepções que, envolvidas por representações, dão continuidade às relações de domínio e de poder. (FARIAS, 2009, p. 75)

Nesse ponto de vista, é considerável sublinhar um comentário de Eliete sobre a mulher ser obrigada a desempenhar múltiplas tarefas simultaneamente. Essa imagem é tão naturalizada que as mulheres romantizam a própria condição: “dão conta” de todos os afazeres “superando” o cansaço físico.

[...] a mulher tem que ser mãe, esposa, filha, então assim... a mulher tem que estar trabalhando, mas tem responsabilidade com os filhos, com a casa, muitas multifunções ao mesmo tempo.

Um exemplo que eu sempre gosto de citar é a irmã Zilda: é uma mulher que você olha e que te inspira. É um orgulho para nós mulheres. (Eliete, dez., 2019).

Tal consideração apresenta mais de uma dimensão a ser problematizada. Primeiramente, questiona-se o papel do homem ao responsabilizar-se com as tarefas domésticas e familiares. Embora

não seja o caso de algumas mulheres do grupo, mas prevalece na sociedade a imagem de que esses serviços são naturalmente atribuições femininas. Outra dimensão que Eliete nos remete é a romantização da sobrecarga de trabalho de Zilda.

No decorrer do filme “Acorda Raimundo” nota-se uma relação desatenciosa com o filho. Sobre essa cena, Zelita afirma que ambos estão errados ao tratarem o filho com desatenção, pois, a criança, segundo ela, não tem culpa dos problemas do casal. Neste assunto ela profere: “De certo foi um filho que não foi desejado” (Zelita, nov., 2019). Em seguida, outra participante pondera: “Na hora de fazer, não pensou nisso né” (Norma, nov., de 2019).

Luciene dialoga com dona Zelita, e pondera sobre a mãe e o pai perderem a paciência com os filhos e por vezes, gritarem com eles. E conclui: “Por isso que às vezes a gente deixa o menino gritar, porque você já está esgotada.”

A expressão “esgotada” que a participante profere, refere-se ao cansaço da execução do trabalho doméstico por parte das mulheres. Trabalho este, que mesmo quando é organizado no pensamento confere importância na produção e reprodução da vida, mas, não é valorizado como tal. De acordo com Luciene “A Manu falou achei bem interessante sobre só de você estar pensando, você está trabalhando: Calma, você está achando que eu não tô trabalhando? Tô trabalhando aqui na minha mente... (risos) Tô planejando tudo. (Luciene, nov., 2019)”.

Desenvolve-se a ideia da necessidade do “pensar a casa”, isto é, a organização doméstica ser considerada/contabilizada como trabalho. Discute-se com as mulheres que a administração doméstica requer tempo/trabalho e, portanto, deve ser reconhecida como parte do trabalho desenvolvido, principalmente, pelas mulheres. Sobretudo, porque, como disse Luciene, embora se enxergue mudanças nas relações domésticas entre mulheres e homens, a cultura machista enrijece a representação das mulheres como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Assim sendo:

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e feminino. A imagem do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público. (TEDESCHI, 2009, p.147).

As imposições culturais atribuídas às mulheres, historicamente, são de desvalorização e invisibilidade. É como se em um passe de mágica a casa ficasse limpa, as roupas lavadas, os alimentos plantados e servidos na mesa, e a família permanecesse saudável. Tais acontecimentos soam como naturais, leves, e só são possíveis porque existe alguém para executá-los.

Assim como se passa no filme “Acorda Raimundo” no papel social feminino de Raimundo e na vida das mulheres, o funcionamento da casa só é plausível devido a sua força de trabalho, esse,

visto como obrigação natural feminina, como um ato de amor, do dever maternal e não como um mecanismo de produção e reprodução da vida que, por sua vez, deveria ser compartilhado igualmente com todas as pessoas da família, afinal ninguém vive sem saúde, casa limpa, roupa lavada e comida na mesa.

É nesse sentido que o espaço da casa passa a ser o lugar do não trabalho, representando “ajuda”, onde se dá a existência apenas do “serviço”, sendo este o espaço da mulher. É preciso dizer que a denominação “serviço” aponta para diversas atividades, geralmente, consideradas leves, como as relativas ao trabalho de lavar, passar, limpar a casa, os arredores, cozinhar, cortar e carregar lenha, cuidar de animais domésticos, da horta e do pomar, das crianças, tarefas nada leves, sendo rotineiras, que requerem um fazer e refazer constante.” (MENEGAT, 2009, p. 223)

No entanto, no filme “Acorda Raimundo” a personagem da mãe (no papel social do pai) não se preocupa em absoluto com as atividades domésticas. Ela acorda, a mesa está servida, briga com Raimundo porque a roupa está rasgada e por ele, em tese, não dar atenção para o filho que grita. Mas, ela efetivamente tem tudo pronto na mão antes de sair para trabalhar e ainda discute com Raimundo quando ele pede dinheiro para a compra de alimentos.

Vale a pena mencionar que “a história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais” (TEDESCHI, 2009, p. 150). As situações retratadas no filme problematizam as relações de poder e a figura do homem/pai.

Em se tratando de uma relação de poder – como nas relações de gênero no meio rural – pode ser observada em dois sentidos: a sua capacidade de afetar – exercício do poder – e sua capacidade de ser afetado – provocando resistência. Resistência e relação de poder estão implicados em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. Segundo Foucault, a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder. (TEDESCHI, 2009, p. 146).

Para Foucault (1989), o poder é disseminado na sociedade e não dividido por classes sociais. O poder está em todas as relações humana e se estabelece como verdades instituídas.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1989, p.8).

Em consonância com Tedeschi (2009) nenhum poder resulta de princípio universal, físico, biológico ou espiritual. Ele, primeiro, precisa ser legitimado por meio de um conjunto de relações e sentidos para aí sim, ser instituído. “Por isso o imaginário social torna-se inteligível e comunicável por meio da produção de discursos” (TEDESCHI, 2009, p.155).

Há muito tempo as mulheres do campo mantiveram-se fiéis à fé e aos papéis a elas destinados. No início do século XX, elas continuaram indo à Igreja e seguindo o ritual do Cristianismo porque essa prática parecia projetar um valor, um significado espiritual às condições de vida das mulheres camponesas.

Por meio da narrativa de algumas mulheres, observamos que o discurso religioso é potente no Assentamento Santa Mônica e assim como Tedeschi (2009) explica, está presente na força das representações sociais, na construção de subjetividades e, logo, na definição dos papéis individuais na sociedade.

[...] a minha vida melhorou depois que eu aceitei Jesus, conheci a palavra de Deus e na igreja, os pastores, as pastoras, missionárias, ela na pregação vai ensinar a gente como você deve se comportar, como você deve se comportar dentro da sua casa, com seus filhos, com seu esposo, o que tem que fazer pra mudar.

Eu/Pesquisadora: e o que eles falam sobre como deve se comportar?

Adélia: Assim, por exemplo, “ah eu vou brigar, meu marido vai brigar comigo, eu vou descer o porrete nele, ah, eu vou bater nele, ele me bateu, eu vou bater nele. Ah, ele me xingou eu vou xingar ele.” Não pode ser assim.

Eu/Pesquisadora: eles falam para não bater nas mulheres? A não estuprarem?

Adélia: Tudo de bom eles ensinam pra gente, aconselham... eles ensinam como a gente tem que se comportar diante de Deus, porque Deus vai mudar nossa história, vai mudar nossa vida. E foi isso que Deus me transformou. (Adélia, set., 2019).

A narrativa acima expressa uma prática social resultante das representações construídas historicamente pelo discurso religioso presente no meio rural, significativamente.

Do ponto de vista histórico, as instituições religiosas propagaram, em grande medida, um discurso moral sobre o “papel da natureza feminina” no lar, como um ser dócil, sensato e maternal, uma figura protetora que habita na base da estrutura familiar, e neste caso, a família camponesa.

A mulher se reconhece como um “ser para os outros”, negando-lhe a possibilidade de ser ela mesma, bem como identificando o marido (o pai ou outro homem) como uma presença indispensável no universo feminino do qual representa “a autoridade moral, como também é em torno dele que gira o poder de enunciar as representações sobre a mulher” (TEDESCHI, 2009, p.152).

É a representação hegemônica do masculino na vida das mulheres camponesas, haja vista a fronteira entre “dentro de casa” para as mulheres, e “fora de casa para os homens” (TEDESCHI, 2009, p.149). Podemos falar em outra representação que afeta a subjetividade dessas mulheres atravessando-as como uma lança, a romantização e normatização da maternidade como destino, por parte da família e Igreja, com várias consequências como, dentre outras, a exclusão da política e a prioridade do espaço privado, no qual elas precisam cumprir as tarefas e compromissos exigidos pela sociedade.

Dalvinha versa sobre outro aspecto nesse contexto, quando o trabalho das mulheres é visto como “ajuda”. Novamente, nós estamos diante do desmerecimento das atividades essenciais à reprodução da família e organização de toda a sociedade. Neste sentido, o trabalho das mulheres é significado como menor, leve, sem relevância econômica, beneficiando as diferenças simbólicas (valorativas) e materiais (econômicas). Conforme Dalvinha: “Quando ela vai pra roça é visto como ajuda... (as mulheres balançaram a cabeça concordando). O trabalho da casa é obrigação da mulher, mas, quando ela vai pra roça a obrigação dela é ajudar. E é preciso por conta da questão econômica, porque aí é mais uma mão de obra” (Dalvinha, nov. 2019).

São as representações patriarcais e capitalistas que naturalizam a força de trabalho das mulheres, como secundária, dispensável e, inclusive, dificulta/impede sua participação no espaço público. Nesse sentido, sublinha-se mais uma vez a decisão pela utilização do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”. O mesmo, ao mostrar as tarefas atribuídas historicamente às mulheres, oportuniza o diálogo acerca da divisão sexual do trabalho baseada em gênero, e como esse fenômeno opera, aliado a outros processos estruturais, para a desvalorização do trabalho doméstico, entre eles o trabalho de cuidados.

É assim que o trabalho doméstico da dona-de-casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem-estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social. A economia do sistema capitalista trata de desconhecer esta economia paralela, que surge e se constrói dentro do sistema familiar de produção. (TEDESCHI, 2009, p.158).

O trabalho de cuidados, por sua vez, relaciona-se com questões afetivas da família e é sustentado pela ideia da “disponibilidade” eterna da mulher como mãe e esposa. É como se as atividades cotidianas expressas nos cuidados da casa, como cozinhar, lavar, criar e educar crianças, cuidar de pessoas enfermas e idosas, fossem ações de demonstração do amor incondicional das mulheres pelo seu lar e por sua família.

Hirata (2016) explica que o trabalho de cuidado anuncia desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, e ressalta o fato que majoritariamente são as mulheres as principais responsáveis por esse trabalho.

[...] “um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas às necessidades dos outros”, o trabalho de cuidado de idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais foi exercido durante muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizado por amor (HIRATA, 2016, p.54).

Há uma dimensão sobre o trabalho de cuidados das mulheres que passa pela questão do desenvolvimento das profissões ligadas à prática dos cuidados, que no geral são pouco valorizadas,

com salários relativamente baixos e exíguo reconhecimento social. Porém, não será possível explorar tal perspectiva no presente estudo.

Uma das participantes cita a seguinte situação que envolve o cuidado das pessoas idosas e doentes por parte das mulheres: “Minha sogra tem a mãe dela de 101 anos, ela caiu e não está conseguindo andar [...] ela e a filha que cuida, tem um rapaz [...] Mas ele não cuida, não ajuda” (Doralina, nov., 2019).

Essas tarefas são, majoritariamente, destinadas às mulheres e a ausência dos homens nesse trabalho, pode parecer algo natural, aceitável e não questionável. Todavia, vale dizer que o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico, por sua vez, são indispensáveis não só para a produção do viver, como para a reprodução da vida, de forma que é impossível de serem mensuráveis trabalhos, logo, consequente e impiedosamente inesgotáveis. E o trabalho doméstico garante o trabalho assalariado, aquele que resulta em “lucro”, o trabalho “produtivo” na ótica capitalista. Percebe-se, portanto, que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico. Contudo, este, continua sendo visto como atividade privada e não como social.

Cristina Carrasco (2003) ilustra exatamente o que se quer dizer, ao afirmar que “o reconhecimento de que os cuidados não remunerados tem sido historicamente os que têm permitido sustentar a vida dia a dia, têm funcionado como a ‘mão invisível’ da vida cotidiana” (CARRASCO, 2003, apud SILVEIRA, 2008, p.69).

Quando as mulheres se lançam para o mercado de trabalho fora de casa, são obrigadas a condicionarem seu tempo para a garantia do trabalho – útil, vital e restrito a ela dentro do lar (exclusiva ou parcialmente), ao trabalho no espaço público.

Aqui, mostra-se a necessidade de incorporar a discussão quanto às esferas da vida pública e privada de homens e mulheres, o uso do tempo como um fator político da organização da sociedade contemporânea.⁵⁴

É nesse sentido que podemos afirmar que os mecanismos de naturalização da desigualdade entre os gêneros a sociedade camponesa se inscrevem em um processo mais amplo de naturalização, referente à divisão do mundo público e privado. Estes espaços passam a operar a partir de racionalidades opostas, produzindo uma divisão da sociedade em duas modalidades sociais, regidas por pensamentos diferentes, a partir das quais seus espaços, produções e atores ficam enredados em uma lógica que subordina uma racionalidade à outra, um espaço ao outro. (TEDESCHI, 2009, p.158).

Na narrativa abaixo, Eliete demonstra interesse em trabalhar fora de casa e obter uma autonomia financeira, mas é rapidamente reprimida pelo seu esposo.

Igual, essa semana eu conversando com o meu esposo, eu falei que daqui 3 anos eu quero trabalhar pra fora, eu quero trabalhar, ele falou: Por que não em casa? Aí, eu

54 Ver pesquisa: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado, 2010. Perseu Abramo.

olhei pra ele e disse assim: Como assim? Eu já trabalho em casa. Eu quero assim, conquistar a minha renda financeira. (Eliete, nov., de 2019).

A lógica de valores que predominam na esfera do trabalho e das subjetividades de gênero criadas, acompanha análises sobre a participação das mulheres e dos homens rurais no espaço social. Para a mulher, foi reservado o espaço doméstico, como mãe, esposa; para o homem, o espaço público, de pai, provedor.

Em consonância com o pensamento de Tedeschi (2009) o discurso da “natureza” feminina define a mulher como um “ser para os outros”. Os mitos da maternidade atuam diretamente na produção de um imaginário social que associará à mulher camponesa, o espaço único e exclusivo do lar.

Caso a mulher deseje trabalhar fora do escopo que lhe é destinado, ela, automaticamente, acumulará funções sociais, pois permanecerá fazendo as atividades domésticas que lhes são designadas social e culturalmente. Dessa forma, questiona-se/problematiza-se como está efetivamente o avanço das mulheres no mundo do trabalho e uma real mudança nas relações de gênero. Segundo Menegat (2009):

[...] as mudanças mais significativas na vida das mulheres parecem ainda restritas à esfera do mundo do trabalho e à da autonomia econômica, sendo mantida parte das lacunas históricas existentes na esfera privada: é ela quem assumiu duplas jornadas de trabalho (da casa e fora dela), quem olha mais pelos filhos, olha pela casa, quem é ajudante do orçamento familiar, mesmo quando seu rendimento é maior, quem é apontada como causadora dessa juventude desestruturada, uma vez que foi ela quem quis sair para trabalhar. Enfim, ela conquistou o mundo, mas não conseguiu mudar a concepção de mundo e de sujeito presentes no pensamento masculino e, por vezes em seu próprio pensamento. (MENEGAT, 2009, p.31).

Não obstante, é crucial pensar recorrentemente a luz da história e investigar as raízes da estrutura de processos de dominação e exploração do trabalho das mulheres.

Na configuração estrutural das relações de poder coube à mulher o papel de cuidadora, de sensível, de sexo frágil; características (re)produzidas socialmente. Como destacou Simone de Beauvoir, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (BEAUVOIR, 2009, apud BODART, 2016).

Bodart (2016) explica que a família ainda que precocemente, incumbe-se do principal papel dessa dominação e de toda a sua divisão sexual do trabalho, o que direcionará, tanto nos homens quanto nas mulheres, a identidade de gênero e, conseqüentemente, o seu lugar.

[...] quanto mais clara a estratificação econômica, mais facilmente se observa as diferenças entre os gêneros na divisão social do trabalho e a percepção de que há

campos onde os homens estão mais propensos a acumular mais capitais simbólicos do que as mulheres, como por exemplo, no campo político (BODART, 2016, s/n).

No entanto, como bem destacou Beauvoir (2009), não se nasce mulher, torna-se mulher, o que significa dizer que há possibilidade de uma reconfiguração das relações de dominação e superação do *habitus* produzido sob a visão patriarcal, o que não é uma tarefa fácil e nem dependente apenas do indivíduo e, por outro lado, os papéis sociais das mulheres não são natos, antes são construções sociais (e por isso mesmo podem ser modificadas). É necessário questionar as estruturas sociais, as quais tanto homens e mulheres são vítimas. (BODART, 2016).

Carissimi (2014) ao falar dos aspectos ligados aos das feminilidades e masculinidades no que se refere às divisões de trabalho no assentamento onde foi realizada sua pesquisa, cita Moliner e Welzer-Lang (2009), com os quais dialogamos:

Na Sociologia e Antropologia dos sexos, masculinidade e feminilidade designam as características e as qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres. Masculinidade e feminilidade existem e se definem em sua relação e por meio dela. São as relações sociais de sexo, marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado “normal” – e em geral interpretado como “natural” – para mulheres e homens. (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p.101).

Embora os homens não sejam o foco do presente estudo, mas, ao falar sobre gênero acreditamos ser importante fazer um apontamento sobre masculinidades⁵⁵, e atentar ao que Medrado e Lyra consideram, as “armadilhas”. Entre elas, está a questão do poder. Os autores explicam que o *empowerment* dos homens não implica na perda de poder das mulheres, e entendemos que o contrário também se aplica, ou seja, as mulheres ao se “empoderarem” não se colocarão no espaço de poder considerado masculino. “É ainda preciso superar essa noção hidráulica de poder para que mudanças no plano da sexualidade e reprodução possam ser mais efetivas” (MEDRADO, 2002; LYRA, 2002, p.73). Para exemplificar tal pensamento, os autores apresentam um conjunto de questões relevantes, inclusive para estudos como os nossos que trabalham diretamente com as mulheres.

Vamos destacar uma delas: “Como superar a tendência dos estudos de gênero a relacionar homem à figura do dominador e mulher à imagem da vítima, ou seja, como ampliar a reflexão sobre gênero, focalizando a relação de poder propriamente dita e não os personagens envolvidos?” (MEDRADO, 2002; LYRA, 2002, p.74), reafirmando poder como uma relação que se estende, se espalha e se movimenta sem fixar “quem domina” e “quem é dominado”, é relacional de “esbarra” nas resistências cotidianas.

55 O tema das masculinidades tem se destacado como fundamental nos estudos de gênero. Porém, não foi possível desenvolver uma análise na presente pesquisa, configurando-se assim como possibilidade para um próximo estudo, pois trata-se de um assunto estrategicamente relevante no que diz respeito a (des)construção dos papéis sociais de mulheres e homens na sociedade.

Essa foi uma indagação durante o estudo, pois, como disseram os autores, existe uma forte tendência a relacionar a imagem masculina como sendo a da dominação, da agressividade, afinal a grande maioria da violência doméstica contra as mulheres, é cometida homens. Compreendemos que a categoria da masculinidade reivindica uma formulação teórica ampla, que não caberia na presente pesquisa, entretanto, se apresenta como um eixo para outras abordagens futuras.

Com relação à construção de papéis sociais e sexuais no cotidiano da roça, as narrativas das mulheres se diferenciam. Há aquelas que são as primeiras a acordarem cedo para providenciarem a rotina da família e há outras que possuem uma relação mais compartilhada das atividades domésticas com seus filhos e parceiros.

Sempre foi uma cultura, desde que quando eu casei com meu esposo, eu dona de casa, sempre em casa, não trabalhava pra fora. Ele sempre trabalhava, saía de madrugada. Eu levantava mais cedo, fazia o café, chamava ele: acorda, acorda, acorda. Quando eu vi o filme, eu disse: meu deus, me identifiquei muito [risos]. (Eliete, nov., 2019).

Outra participante rapidamente se manifesta: “[...] ah, eu tenho o privilégio do meu esposo levantar-se, preparar o café e me chamar” (Dalvinha, nov., 2019).

Considerando algumas das narrativas, eu pergunto se vivemos em uma sociedade onde podemos dizer que foi superada a desigualdade de gênero. Escuta-se um ressoante “não. Em termos”.

Ainda assim, como dito anteriormente, há aquelas histórias em que as mulheres romperam com a fronteira do machismo/comportamentos machistas/sexistas dentro de casa. Segundo Silvana, somente na época da sua mãe, a mulher era obrigada a acordar cedo, independente de ir para roça ou fazer o serviço doméstico. Para ela, hoje as coisas mudaram muito.

Lá em casa eu não levanto cedo. Quem levanta lá é o Nildo, o Nildo levanta, faz o café, e depois, tem vez que eu pego no sono, aí ele vai me chamar. As minhas filhas também, o meu genro é que levanta cedo pra fazer café. E o meu neto, falei pra ele tirar o lixo do banheiro, colocar lá fora na lixeira, por ele para lavar as coisas que não quebram. O Pedro agora tem 9 anos, Pedro lava toda a louça e limpa os banheiros. Os banheiros... é serviço dele, tirar o papel, lavar o banheiro, tem dois banheiros lá em casa, limpar as calçadas. É o serviço do Pedro. (Silvana, nov., 2019).

As mulheres descrevem que em torno de 10 anos que as relações com filhos e parceiros começaram a se transformar com mais relevância.

Porque antes as mães já ensinavam assim: lavar louça é serviço de mulher. Hoje, meus irmãos têm outras ideias. Hoje, eles ensinam os netos, “se as esposas trabalham, você tem que ajudar elas”. Foi quebrando o protocolo de fala né. Antes era só mulher, só mulher, agora a gente vê que está tendo uma mudança. Tá tendo uma parceria. (Silvana, nov., 2019).

Em um determinado dia, no qual retomamos a atividade feita no primeiro encontro para analisar o percurso de reflexões do grupo, Eliete comenta sobre igualdade. Para ela, ainda que tenha havido um período de lutas, barreiras, enfrentamento de muitas dificuldades, as mulheres vêm tomando vários tipos de espaço dentro da sociedade e do trabalho.

Antigamente as mulheres eram olhadas pra cuidar do lar, da família, ficar mais em casa, e hoje as mulheres estão dominando, tem suas carreiras, suas profissões elas ajudam, elas são tem aquela palavra empoderamento. Elas já têm voz e vez, elas fazem acontecer. Eu coloquei aqui, uma mulher e um homem no mesmo nível, igualdade né, porque ainda tem aquele preconceito, por ser mulher “ah não pode”. Não, a gente pode sim. (Eliete, dez., 2019).

Consideramos a perspectiva desta participante, mas avaliamos que ainda assim, a existência de relações desiguais entre mulheres e homens é algo presente na sociedade e dificulta emancipação e a autonomia das mulheres.

Silvia Federici (2017) oferece uma valiosa releitura a partir de uma perspectiva feminista quanto à estruturação da sociedade capitalista. A autora discorre sobre o debate feminista acerca do trabalho doméstico das mulheres durante os anos de 1970 em contraponto à teoria marxista-leninista, que, por sua vez, defendia que as mulheres tinham menos poder social do que os homens no capitalismo porque como “donas de casa”, estariam fora das relações capitalistas (FEDERICI, 2017, p. 11). Em outras palavras, é como se a emancipação das mulheres só fosse possível por meio do trabalho assalariado.

Para Federici, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser esse o trabalho que produz a força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 12). Essa dimensão crítica de Federici (2017) no que tange ao trabalho das mulheres na organização da sociedade capitalista está enraizada com o que se desenvolveu com as mulheres participantes da pesquisa na discussão sobre trabalho e o filme, uma vez, que o núcleo familiar do curta está inserido dentro de uma sociedade dividida em classes sociais, onde se encontra em uma situação economicamente vulnerável e as relações entre as personagens são impactadas distintamente nesse contexto.

A família de Marta e Raimundo é de classe popular e possui apenas uma fonte de renda. Marta é a única que tem vínculo assalariado. Vale lembrar que essa personagem, embora seja representada por uma mulher, está inserida num pesadelo (descoberto no final do filme) e representa o papel social masculino. Ela trabalha fora em período integral, aparenta ter um salário baixo, e mostra-se cansada e impaciente na maioria das cenas. Enquanto, que Raimundo, também visivelmente acumulado de trabalho e exausto, assume toda a responsabilidade doméstica e de cuidados com a família.

Nesse contexto, percebe-se que além da questão sobre o machismo, violência e poder, há uma tensão econômica que permeia a preocupação, o humor, a relação e as ações das personagens, como fica explícito no diálogo abaixo:

Raimundo: Mas Marta... Eu tô sem nada... Você não me deixou nenhum ‘tostão’. Eu não tenho pra comprar comida.
 Marta: Mas como? Você já acabou com todo o dinheiro que eu te deixei ontem? Você já gastou tudo Raimundo?!
 Raimundo: Marta, as coisas estão caríssimas. O dinheiro não deu pra nada!
 Marta: Mas não deu pra mim também! Você está pensando o que, hein? Que eu tenho um banco hein? Que eu sou milionária?!
 Criança ao fundo: Pai!
 Marta: Cala a boca moleque!
 Raimundo: Marta... o leite subiu, o açúcar subiu, a cebola subiu.
 Marta: Olha, que você enfie essa cebola onde você quiser! Você está pensando o que, hein? Eu me desdobrando em dez na rua pra conseguir dinheiro, e você aqui, gastando, gastando como se... (...). (Acorda Raimundo, Acorda!)

Em seguida, Marta, contrariada, pega uma determinada quantidade em dinheiro da bolsa e entrega a Raimundo. Ele está notadamente preocupado, querendo dizer algo a mais para ela, mas, ela vira as costas e sai irritada da casa. Mais tarde, descobre-se que a preocupação de Raimundo não era apenas porque o valor que Marta deixou era insuficiente para as despesas, mas, também porque ele estava buscando “coragem” para dizer que estava ‘grávido’.

Federici (2017) ao procurar entender o motivo das mulheres pagarem o preço mais alto nesses mais de 500 anos de exploração capitalista, afirma que “[...] nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza “improdutiva” do trabalho doméstico, e [...] a dominação masculina é baseada no poder que o salário concede aos homens” (FEDERICI, 2017, p. 12).

Observando o desenvolvimento capitalista do ponto de vista dos não assalariados – que trabalham nas cozinhas, nos campos e nas plantações, fora de relações contratuais, cuja exploração foi naturalizada, creditada a uma inferioridade natural -, *Calibã e a bruxa* desmistifica a natureza democrática da sociedade capitalista e a possibilidade de qualquer “troca igualitária” dentro do capitalismo. (FEDERICI, 2017, p. 13-14).

As mulheres participam economicamente da reprodução da vida humana, embora sua ação aconteça a partir de uma necessidade que ainda é encarada como obrigação ou ajuda em relação a suas famílias.

Há semelhanças do filme e as vivências das mulheres também no que tange ao planejamento familiar e financeiro. Eliete desabafa que alguns de seus filhos não foram planejados e que isso acarretou certo sofrimento para a família, pois, as dificuldades econômicas se evidenciaram diante de tal situação.

Quando você planeja algo, as coisas dão certo, é melhor. É menos sofrimento. É um processo mais fácil de lidar. Por exemplo, em casa só o meu esposo (trabalha), nunca trabalhei pra fora, só dentro de casa. Até porque, quando a gente casou, eu era muito nova, estudar saiu fora da mente. “Ah, não vou mais estudar porque eu casei. Vou ficar só dentro de casa, cuidando da casa.” Aquela coisa alienável. [...] e a questão que está precisando de tal coisa, ai acabou isso, acabou aquilo... é um processo que é humilhante, a pessoa tem que estar falando o que está faltando. “Já acabou isso, aquilo.” A pessoa está cansada de tanto trabalhar, o dinheiro não dá pra suprir as coisas, ai às vezes, vem mais filho. [...] Não basta trazer o filho no mundo, precisa suprir a necessidade, e às vezes a questão econômica não dá pra suprir a necessidade, onde gera conflito dentro de casa, “ah, está faltando isso ou aquilo”, e aí vira uma vida desgastante. (Eliete, nov., 2019).

Nesse contexto, Federici dispõe sua contribuição teórica, ao sublinhar a necessidade de colocar a reprodução no centro da mudança política social, apoiando a visão de que, se não houver a revalorização da capacidade mútua e as atividades que atendam à reprodução de nossas vidas, a política radical pode apenas racionalizar as contradições que o capital está enfrentando (FEDERICI, 2017, p. 14).

A tentativa da corrente pesquisa em historicizar o trabalho das mulheres, justifica-se porque ao fazê-lo, o pensamento sobre uma determinada categoria ou teoria, precisa ser revisto, considerando que o estudo desenvolve-se na atual sociedade capitalista, onde as mulheres continuam sendo as produtoras e reprodutoras da principal e mais essencial mercadoria, a força de trabalho.

Para Federici (2017), a assimetria entre as mulheres e os homens na sociedade capitalista, devia ser interpretada, como o efeito de um sistema social de produção que não conhece a produção e a reprodução do trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as mistifica como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da produção não assalariada do trabalho envolvido.

A autora aponta a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado das mulheres como sendo a raiz da exploração feminina da sociedade capitalista. A reflexão história de Federici (2017), oferece duas explicações: uma sobre a gênese do trabalho doméstico em seus principais componentes estruturais (a separação entre produção e reprodução, o uso especificamente capitalista do trabalho para comandar o trabalho dos não assalariados e a desvalorização da posição social das mulheres); a outra explicação possibilitou uma genealogia dos conceitos modernos do que significava ser feminino e masculino, que por sua vez questionava “na cultura ocidental”, a suposição pós moderna, que considerava o gênero a partir de oposições binárias. Para a autora, as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar (FEDERICI, 2017, p. 18).

3.2 Caminhos diversos

As narrativas até agora expressaram o olhar das mulheres inseridas no modelo da família nuclear. Isto é, mulher, homem e filhos(as). No entanto, há outros arranjos familiares no Assentamento Santa Mônica que apresentam diferentes perfis de mulheres e histórias, que vamos explorar agora, uma delas é a Duda.

Na ocasião em que visitamos Duda em sua casa, ela falou sobre o preconceito que sente por ser mãe solteira, segundo ela, as mulheres são as que mais a julgam por terem medo de “perder” o companheiro. Para elas, a Duda por ser uma mulher solteira é uma ameaça aos seus casamentos. Ela diz que sofre mais preconceito do que é respeitada, e ressalta que está tão acostumada que já não faz mais diferença senti-lo:

Dificilmente as pessoas vêm me visitar, e isso já é um preconceito. Sabe o que acontece? É que as mulheres não pensam que isso pode acontecer com elas um dia, que um dia talvez elas não têm aquele homem ali do lado dela, é o tal do machismo que a mulher também tem com ela. “Sempre vou ter esse homem, esse homem é meu”. Sempre foi assim. Na cidade isso é mais difícil. (Duda, mar., 2020).

Conversamos também sobre a cultura machista. Eu perguntei a ela a sua opinião sobre não conseguirmos romper com a dominação masculina. Ela respondeu que o motivo é esse modelo impregnado na cabeça das pessoas, falou da falta de confiança da própria mulher com ela mesma. Na perspectiva dela, a mulher não acredita em si própria e vive em função do outro: “Parece que a vida não é dela.” Duda comenta: “[...] se esse aqui for embora, eu vou continuar vivendo. Está tão impregnada a história do casamento, que a mulher vê isso como uma obrigação. A mercadoria é minha. Isso está no ser humano” (Duda, mar., 2020).

[...] às vezes as mulheres permitem a viver nessa dominação. E acaba que ela usa dessa dominação para a sobrevivência dela. Ela não se enxerga fora de uma situação assim. Por isso é muito difícil da mulher sair do ciclo da violência, levantar a cabeça. [...] hoje no século XXI não era pra ser mais assim. Essa mulher (a vizinha) tem uma história desgraçada com um cara, mas, ela se permite, tem uma filha, tenho uma casa boa pra morar - segurança social e econômica. Eu já não me prendo nisso. Nem me enxergo e nem quero. Eu sou livre. Não nasci pra viver com corrente no pescoço. Se eu fui escrava no passado e voltei pra essa geração, ficou lá no passado. Se eu continuo sendo negra escrava, mas vamos ser escrava sem corrente né. (Duda, mar., 2020).

Embora existam adversidades, Duda gosta muito de viver no campo e seus dias são preenchidos por um conjunto de atividades rurais. Ela acorda de madrugada, alimenta as galinhas e

os pintinhos, prepara o café da manhã para ela e para sua irmã⁵⁶ que é especial. Os cuidados com os demais animais e o trabalho na roça, a ocupa o restante do dia. A atenção integral à sua irmã é algo que, visivelmente, a sobrecarrega. Duda tem uma filha que foi estudar em outro estado. Vez ou outra Duda tenta se lançar de volta aos estudos, mas com a sua rotina pesada quase nunca consegue uma oportunidade para a participação em um processo seletivo para a pós-graduação. Este se configura em um grande sonho dela.

O campo pra mim é tudo. É vida, saúde, pra mim. Só de você olhar pra natureza, parece que sua vida aumenta. A sua vitalidade, te dá ânimo. Por mais que você não tenha nada facilitado, tudo é mais difícil, a subsistência, porque depende do clima, viver no campo é isso, é estar em conexão com a natureza. Uma hora você não colhe por falta de chuva, ou porque choveu muito. Linguagem da natureza. Hoje você precisa se uma técnica de irrigação pra colher bem na época da seca, e pra nós é difícil, porque é um poço para várias famílias, tem um custo muito alto. Eu vivo bem com saúde, você não vai viver com o bolso cheio de dinheiro, mas vivo bem com saúde. (Duda, mar., 2020).

A pesquisadora também perguntou a ela sobre o que trabalharia com as mulheres, caso tivesse a oportunidade de desenvolver uma pesquisa com elas. Um elemento chama atenção, algo que foi recorrente nas discussões no trabalho de campo, a educação.

O melhor projeto de libertação do ser humano, pra passar a entender a vida é estudar. Se você não cair no estudo, você nunca vai abrir sua cabeça E talvez eu tenha a mente mais aberta porque sempre quis correr atrás de conhecer o diferente, de viver o diferente. Eu tive três casamentos, só que eu não permiti que ficasse de baixo de nenhuma relação abusiva, quando vi que era abusivo eu saí fora. (Duda, mar., 2020).

Ela exemplifica quando – mesmo dona da sua subsistência, teve que se casar para satisfazer sua família (ela era filha única) dentro de um modelo patriarcal.

Pra dizer que, pelo menos, eu tentei o casamento, eu me submeti até em viver com 28 dias que levei uma “porrada” e quase morri (primeiro casamento). Pra que, que eu me guardei tanto para um cara que não me valorizou?! (Duda, mar., 2020).

Ela estava grávida e por conta da estrutura patriarcal, tinha medo de retornar para a casa do pai, mesmo já sendo uma mulher independente. Quando era ela jovem, o pai não queria que ela estudasse para não escrever carta a algum namorado. “Eu quebrei todas essas barreiras, e através de mim, a minha mãe se libertou de todas essas coisas. Minha mãe era uma mulher submissa” (Duda, mar., de 2020). Diferente de Zilda, outra integrante da pesquisa, que conseguiu estudar.

Conforme já dissemos anteriormente, Zilda tem dois filhos e concluiu o Mestrado. A sua realidade profissional, embora se distancie do modelo tradicional de vida da maioria das mulheres participantes da pesquisa –, pois nem todas as mulheres conseguiram concluir os estudos, muito

56 Duda tem uma irmã de 34 anos que tem comprometimento mental e autismo grave.

menos cursar uma pós-graduação –, todavia, no que refere-se às demais características “femininas”, ela não difere das outras mulheres. Como mãe solteira (mãe sozinha, mãe solo), acumula um conjunto de funções domésticas e profissionais para sustentar a família e investir na sua formação profissional.

Zilda é enfermeira, trabalhadora rural, mãe, participa do grupo da igreja e foi uma apoiadora fundamental para a nossa pesquisa. Literalmente, abriu o espaço de sua casa para a realização dos encontros, proporcionou generosamente lanches e almoços para o grupo.

Ela é considerada como um exemplo de mulher batalhadora por outras mulheres. No entanto, é visível um cotidiano extremamente cansativo e que provoca a reflexão sobre até que ponto é positivo enaltecer um modelo de vida no qual a mulher é sobrecarregada de trabalho, e é exatamente o que acontece com Zilda.

Ao longo dos encontros e, por vezes, na vivência em paralelo aos grupos, ficou aparente a enorme quantidade de atividades exercidas por Zilda na roça, no pasto e dentro de casa no assentamento, além da repetição dessas responsabilidades na casa que mantém na cidade como o ponto de apoio para seus estudos e o exercício da enfermagem.

Em uma ocasião ela disse não poder se dar ao “luxo” nem de adoecer. Porque se ela ficar doente, como ficaria a vida de todos que dependem dela. Portanto, “romantizar” esse ritmo de vida, pode não ser saudável para a vida das mulheres. No entanto, as mulheres internalizaram esses papéis, as responsabilidades não compartilhadas e se sentem obrigadas a corresponderem socialmente, alcançando os melhores resultados.

No nosso último encontro, discutimos os desafios para as mulheres do Assentamento Santa Mônica e Zilda abordou a questão da autonomia.

[...] a questão financeira é um dos itens para você se auto conduzir, mas, não é o único. Porque esse se auto conduzir, ela tem que ter autonomia emocional psicológica. Porque teve uma novela que a mulher era professora e apanhava do marido, ela tinha independência financeira, só que ela não conseguia se auto conduzir, ela teria que ter a independência emocional. Se auto conduzir seria essa libertação em várias perspectivas, em vários aspectos, é claro que o dinheiro é um, e é um dos importantes também, só que não resolve, porque a mulher pode trabalhar, pode trazer a economia pra dentro de casa, e continuar sofrendo[...] e ainda se submeter aos horrores do marido. (Zilda, mar., 2020).

Após Zilda falar, Duda comentou que em sua opinião o machismo é muito forte dentro dos homens. Ela apresentou um exemplo de uma mulher que iniciou o trabalho fora de casa e, ao final do mês, entregava seu salário na mão do marido. Destacou, ainda, que essa mulher é do estado do Maranhão e aparentemente “a situação lá é pior do que aqui” e acredita que nesse estado, as mulheres são mais escravizadas. Duda falou para a mulher: “Mas, mulher você trabalha, você tem o seu dinheiro, quem tem que mandar no seu dinheiro é você” (Duda, mar., de 2020).

Zilda reagiu imediatamente: “Eu não posso ser amiga de uma pessoa dessa, se não, eu ponho tudo a perder... [risos] Eu não posso ter amizade íntima com amiga casada [...]”. Duda continua contando a história da mulher do Maranhão:

[...] o cara não faz nada, o cara só fica dentro de casa, se faltar um gás, tem que falar: fulano o gás acabou, igualzinho ao filme *Acorda Raimundo*. Aí, a mulher tem que se virar e ir atrás do gás, o cara não trabalha, não faz nada. E agora por esses dias a mulher “acordou”. Aí a mulher (outra) aconselha a outra voltar com o cara. (Duda, mar., 2020).

Aqui fica explícito a visão crítica de Zilda e Duda para com a condição de submissão que algumas mulheres se colocam ou são colocadas. Em sua narrativa, Zilda aponta que se for amiga de uma mulher casada e observar uma situação como a descrita anteriormente, ela se posicionará criticamente e correrá o risco de perder a amizade.

3.3 A Contribuição Social do Cinema na vida das mulheres: aproximações e diálogos

A Contribuição social do Cinema na vida das mulheres se explicitou quando o grupo vivenciou suas relações de gênero como representação do seu próprio cotidiano durante a pesquisa. Isso demonstrou que o filme não teve o sentido de entretenimento, mas sim, agiu enquanto mediação entre a realidade vivida, o cotidiano das mulheres e a realidade apresentada imageticamente.

O olhar, porém, que se volta para a produção cinematográfica, é diferente daquele comumente utilizado como o do entretenimento, da superficialidade da imagem e da diversão. É outro olhar, mais aprofundado, e favorece a partir da mediação de imagens em movimento, a produção de conhecimento nos diferentes campos de estudo, tais como: arte, psicanálise, psicologia social, sociologia, filosofia, cultura e educação (MELO, 2019, p. 1).

As mulheres, a partir dos encontros, do convívio proveitoso durante a pesquisa, e da inserção nas representações do filme, foram estimuladas a exercerem conhecimentos críticos sobre as relações de gênero e refletiram a respeito de sua condição de mulher nas relações intrafamiliares e interfamiliares, bem como em âmbitos mais amplos, como no próprio território físico, subjetivo simbólico e religioso – o assentamento. Há concordância com Melo (2019) ao destacar a relevância da valorização de aspectos culturais próprios de grupos, pessoas, ou seja, do cotidiano, no qual é possível criar condições para aproximações, sociabilidades e reflexões coletivas.

Nesse sentido, Melo (2019, p.1) afirma que o cinema, “[...] pode ser visto como um objeto para estabelecer mediações entre o discurso popular e o acadêmico, além de proporcionar, através de sua fácil leitura e interpretação, uma abertura de diálogos possíveis sobre o mundo contemporâneo”.

Para as mulheres, um agrupamento com o intuito de refletir sobre temas “caros” às suas vidas, em um ambiente agradável, de leveza e aproximação – como a metodologia escolhida para o presente estudo proporcionou – e um o filme como principal técnica de pesquisa, foi uma oportunidade de as participantes se deslocarem de um lugar que lhes parece comum, quase as prende e imobiliza, para o lugar de protagonistas e “donas de sua vida e de seu próprio tempo”.

3.4 A atualidade dos elementos do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”



Fonte: Cena do curta “Acorda, Raimundo, Acorda!”. Foto: Reprodução/YouTube

Desde o primeiro encontro com as mulheres – foram realizados cinco encontros e a exibição do filme ocorreu no terceiro – mantiveram visíveis, que os elementos de relações de gênero, trabalho, poder e violência presentes no filme “Acorda Raimundo” se reproduzem no cotidiano e na vida das mulheres no assentamento Santa Mônica.

Embora uma parte das mulheres do grupo pesquisado tenha narrado o rompimento com as relações assimétricas com seus companheiros, como por exemplo, o compartilhamento das tarefas domésticas no seu dia a dia, com a outra parte, ainda persistem determinados padrões de comportamentos sexistas em seus relacionamentos. Isso se constatou no assentamento, haja vista as narrativas das mulheres sobre uma vivência ampla entre mulheres e homens, seja no interior das casas, seja em outras atividades. Comportamentos semelhantes aos de Marta e Raimundo, se retroalimentam por um sistema patriarcal arraigado nas estruturas sociais, e foram narrados no decorrer do estudo.

Perguntou-se na entrevista realizada com o diretor do filme Alfredo Alves (2020), se em sua opinião o filme Acorda Raimundo ainda é atual. Segue abaixo sua resposta:

[...] acho que os elementos que ele traz ainda são, lamentavelmente, atuais. Não fosse isso, “Acorda Raimundo, Acorda!” não teria a trajetória que teve e não seria usado como ainda é. Talvez estivesse esquecido nas caixas que guardam outros VHS que ninguém tem mais como ver.

O debate sobre a compreensão do verdadeiro papel de homens e mulheres na sociedade e na família ainda é tristemente necessário e “Acorda Raimundo”, diante da gravidade desse tema, ainda dá uma minúscula contribuição.

Mas, há de chegar o dia em que esse filme será obsoleto e desnecessário. Assim espero. (ALVES, nov., 2020).

Ao longo da entrevista, o diretor compartilha algumas curiosidades sobre o percurso do filme e vale a pena serem registradas, no sentido de conhecermos a dimensão do alcance do curta.

Ele explicou que após o lançamento do filme em 1990, a obra teve sua distribuição por todo o país através de cópias em VHS e incentivado pela Campanha da Fraternidade que abordava esse tema. Ele explicou que o filme foi usado com muita frequência nos debates em sindicatos, grupos pastorais, associações comunitárias etc. “Tive a oportunidade de assistir à exibição e debate em vários desses grupos e com diferentes tipos de público” (ALVES, nov., de 2020).

Alves (2020) contou ainda que “Acorda Raimundo, Acorda!” ganhou vida própria e independente e, ao longo desses 30 anos, tem esbarrado com o filme em diversos caminhos.

Viajando pela Costa Rica, nos anos 90, visitei uma TV Comunitária em uma pequena cidade do interior. Sem saber quem eu era, mas vendo de onde eu vinha, o proprietário logo começou a falar de um filme brasileiro que ele exibia com muita frequência, acompanhado de um debate com psicólogas e “feministas”. Era uma cópia “pirata” (segundo ele) de boa qualidade e legendada. As exibições eram garantia de conversa animada em toda a cidade. O filme se chamava “Acorda Raimundo, Acorda!”. Ele me perguntou se eu conhecia. Achei melhor responder que não!!! Eu nunca soube como essa cópia chegou naquele cantinho do mundo! Ainda bem que chegou e é bem utilizada.

No YouTube, teclando o título do filme, aparecem incríveis versões em diferentes idiomas. A que eu mais gosto é uma versão com indígenas andinos que interpretam no idioma Quíchua. Tem também uma versão com camponeses bolivianos: “Despierta, Raimundo, Despierta!”. Sem muito trabalho vão aparecendo várias versões em desenho animado e o registro de muitas peças de teatro escolares e amadoras, inspiradas no filme. Eu nunca soube quem fez tantas versões.

Em 2015 a TVT⁵⁷ fez um programa especial, para comemorar os 30 anos do filme. Foi uma comemoração antecipada e me senti honrado pela homenagem. (ALVES, nov., 2020).

Alves narra outra experiência pessoal com o filme:

Faz pouco tempo, um familiar me perguntou: “Nunca vi nenhum filme seu! O que você fez que eu possa conhecer?”. Enquanto eu vasculhava a memória procurando

57 A TV dos(as) Trabalhadores(as) é uma emissora de televisão brasileira fundada em 2010 com sede e estúdios na cidade de São Bernardo do Campo e concessão na cidade de Mogi das Cruzes, ambas na região metropolitana de São Paulo. A TVT é um veículo de comunicação educativo que tem compromisso com a democracia, com o fortalecimento da cidadania e com a justiça social.

um título que eu pudesse indicar, alguém se antecipou e citou: “Acorda Raimundo!”. A minha família, que nunca tinha visto um filme meu, reagiu instantaneamente: Acorda Raimundo? Não acredito!!!! Passei ontem para as mulheres do meu grupo da Igreja!!!! Adoro!!! Uso no trabalho pastoral faz muitos anos!!! Na família, fiquei com cartaz!!!! E agora, 30 anos depois, quem diria “Acorda Raimundo, Acorda!” é alvo de seu estudo! (ALVES, nov., 2020).

Também foram realizadas entrevistas com parte do elenco do filme. A atriz Eliane Giardini, a intérprete de Marta e Paulo Betti, que vive o Raimundo, conversaram⁵⁸ conosco sobre a colaboração do “Acorda Raimundo” para o questionamento dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens na família e na sociedade, bem como a atualidade do filme na vida das mulheres.

[...] um dos trunfos do filme é provocar uma empatia imediata. Todas as vezes que assisti, sozinha ou com uma sala cheia, a reação foi a mesma. Uma comunicação direta, uma conversa entre gêneros se estabelece imediatamente. Não são necessárias tantas palavras para que as mulheres se identifiquem com o homem e os homens com a mulher. E através dessa projeção cruzada, passarem a sentir as agruras a que são submetidas. E aí está a potência do filme. Nada como se colocar no lugar do outro. (GIARDINI, nov., 2020)

O olhar de Giardini (2020) converge com a reação das mulheres desde o primeiro momento quando assistiram ao filme. O desejo por parte de Zelita de que seu marido fosse igual ao personagem de Raimundo e a ação imediata de Michele ao ponderar que os papéis estão invertidos no filme, diálogo este registrado na página 5, demonstra as sensações despertadas nas mulheres segundo a opinião de Giardini e que está sincronizada com o que houve na pesquisa.

Para Betti (2020) o roteiro de Acorda Raimundo é eficaz ao provocar reflexão sobre diversos aspectos de situações que oprimem as mulheres. O ator destaca o recurso do humor que o diretor utiliza para desenvolver questões sérias e que provocam discussão e conscientização.

Esse filme foi muito visto. Ainda hoje, depois de tanto tempo de sua realização, sempre encontro pessoas que viram o filme e elogiam sua capacidade educativa e também sua qualidade no que se refere ao roteiro e as interpretações e a direção. Creio que Acorda Raimundo exerce uma importante função, e tenho muito orgulho de ter participado. Infelizmente as questões abordadas são muito atuais ainda hoje. O filme é uma ferramenta útil e divertida nos dias que vivemos. (BETTI, nov., 2020).

Giardini (2020) concorda que os elementos abordados no filme seguem vigentes na vida das pessoas e, segundo ela, ainda o serão por muito tempo. Para a atriz, a conquista por mais direitos, a compreensão de que as diferenças entre os sexos precisam ser respeitadas, a igualdade de oportunidades ainda são objetivos alcançáveis, assim como a igualdade de salários. Para ela: “O

58 Entrevista realizada com a atriz Eliane Giardini e Paulo Betti no dia 10 de novembro de 2020 por e-mail.

machismo estrutural, nas mulheres mesmo..., para ser erradicado depende de muita vigilância interna e externa, muita reeducação. É uma batalha diária por uma consciência mais oxigenada, menos tóxica. (GIARDINI, nov., 2020).

As reflexões da pesquisa, as narrativas das mulheres, bem como os depoimentos do diretor e do elenco sobre o olhar e a vivência com o filme, inferem que as representações sociais sobre os papéis femininos e masculinos perpassaram séculos e ainda estão presentes no meio rural em relação às atividades das mulheres e dos homens.

E foi por meio da linguagem dramaturga e do recurso da inversão de papéis na construção da narrativa do filme, que “Acorda Raimundo” colaborou para o desenvolvimento da temática das relações gênero com o grupo de mulheres do assentamento Santa Mônica, ao questionar os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens na família e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisamos as narrativas de um grupo de mulheres, do Assentamento Santa Mônica do município de Terenos – MS, no período de 2019 e 2020, com enfoque nas relações de gênero. O estudo utilizou o filme “Acorda Raimundo, Acorda!” enquanto principal ferramenta metodológica para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, traçamos um percurso histórico acerca de alguns conceitos das epistemologias feministas, bem como das lutas dos movimentos feministas de acordo com o conteúdo das discussões levantadas nos encontros do grupo.

Na parte introdutória apresentamos a pesquisa e a sua metodologia. O estudo é qualitativo e se configura em uma pesquisa-ação. A opção foi por desenvolver uma pesquisa que visibilizasse um grupo de mulheres que vivenciam, vivenciaram e/ou ressignificaram situações de vulnerabilidade social, exclusivamente por serem mulheres.

Elas expuseram, já no primeiro contato, tais vulnerabilidades como, violência física, psicológica, moral, entre outras problemáticas. O interesse foi considerar o olhar de um grupo singular de mulheres do campo, sobre uma possível permanência dos papéis sociais em uma estrutura binária e assimétrica, que continua influenciando entre outros problemas, a desigualdade de gênero, a violência contra a mulher, entre outras questões. Tal investigação se desenvolveu, sobretudo, por meio do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”

A expectativa em produzir uma discussão apoiada pelas epistemologias feministas oportunizou apresentar/sugerir caminhos para contribuir com a formulação teórica e alternativas práticas às mulheres trabalhadoras rurais do assentamento Santa Mônica, bem como, para que as mulheres, de uma forma geral, vivam com mais igualdade nas relações sociais de gênero e sem violência. Nessa acepção, as próprias mulheres apresentaram alternativas para problemas como a superação da violência e o alcance da autonomia.

No **Primeiro Capítulo** discorremos sobre mulheres enquanto sujeitos, o conceito de gênero, os movimentos e as teorias feministas entrelaçadas com as narrativas das mulheres trabalhadoras rurais participantes da pesquisa do Assentamento Santa Mônica.

Verificou-se o desafio que foi para algumas mulheres saírem de casa e se fazerem presentes nos encontros durante um ano. Para além da presença, a participação ativa nas discussões configurou-se para todas elas como uma surpreendente experiência enquanto indivíduo num espaço coletivo, espaço esse que apresentou um conjunto de semelhanças e diferenças nas vivências comunitárias e familiares entre elas.

O reconhecimento das mulheres enquanto sujeito coletivo está fundamentado no fato de que as diferenças entre elas agiram de maneira a conectá-las ainda mais, para além dos laços já criados

por outros meios, como a igreja. Durante o trabalho de campo, algumas narrativas apontaram para a reflexão da diferença. Elas não se sentem iguais somente pelo fato de serem mulheres. Uma delas destacou que a única coisa que as assemelham é justamente o fato de serem diferentes, mas, mesmo com vivências distintas, alegravam-se ao saberem que podem apoiar-se umas nas outras.

Quando nos colocamos à disposição para realizar um trabalho de campo, nos preocupamos em estabelecer uma relação horizontal entre pesquisadora e as mulheres envolvidas, sem dar vazão a possíveis configurações de relações de poder que um trabalho como esse pode ocasionar.

Assim como a epistemologia feminista decolonial aponta, a permanente construção e desconstrução do significado da palavra “mulher” faz parte da vida dos movimentos e pensamentos feministas enquanto esforço coletivo em diálogo permanente. Essa reflexão permeou dinâmicas em nossos encontros e revelou as perspectivas das mulheres participantes da pesquisa, para a concepção de “ser mulher nos dias de hoje”.

Nesse sentido, compreendemos que falar de mulheres é um ato político de libertação junto às outras mulheres e a teoria é um instrumento fundamental para o exercício da prática feminista.

Os feminismos foram fundamentais para tecerem a crítica da ausência das mulheres na historiografia oficial, pois elas (nós) sempre estiveram em movimento na sociedade e por um longo período foram invisibilizadas pela história. As diversas tendências epistemológicas feministas propuseram possibilidades e outras tecnologias de investigações teóricas que protagonizaram as histórias das mulheres. Nossa pesquisa e muitas outras que teorizam sobre mulheres e gênero: são demonstrações dessa transformação da própria escrita.

É importante ressaltar que o primeiro capítulo e o exercício da teoria nos encontros com as mulheres nos levaram a confirmar o pensamento decolonial de que é preciso “decolonizar os gêneros” (LUGONES, 2019). A autora nos provoca a pensar que é necessário transformar a crítica – racializada, colonial, capitalista e heterossexista – da opressão de gênero, em uma real mudança da sociedade, na qual a teoria seja inserida concretamente entre as pessoas e se alcance uma compreensão histórica, humana, subjetiva e intersubjetiva das relações de oprimir e resistir frente aos diversos sistemas interseccionais de opressão.

Entendemos que os feminismos devam possibilitar, para além da análise sobre a opressão de gênero contra as mulheres, os mecanismos de compreensão por parte das mulheres frente as suas condições de vida, sem sucumbir a elas.

Nessa perspectiva as mulheres apresentaram seus olhares críticos sobre os papéis assimétricos atribuídos a elas e aos homens dentro de casa e na roça. O filme “Acorda Raimundo, Acorda!” contribuiu sobremaneira para o questionamento da naturalização e reprodução de processos socioculturais. Por meio dele discutimos gênero enquanto sexo social, considerando que não existe um único entendimento acerca desta categoria.

Aprendemos e reafirmamos neste capítulo o quanto o aporte teórico feminista, considerando a multiplicidade das direções epistemológicas, bem como a histórica e contínua luta das mulheres, é responsável por apresentá-las como sujeito social na história e questionar as relações de poder embasadas nas desigualdades de gênero. Tais estudos, carregam o significado da transformação das relações de dominação e poder masculino, associando-os a contextos mais abrangentes, por exemplo, pela investigação do conceito de patriarcado e violências.

Por intermédio das narrativas das integrantes da pesquisa e pautando-se nas epistemologias feministas, percebemos que o modelo de dominação baseado nas relações desiguais de poder, continua controlando os corpos e as vidas das mulheres, mesmo após inúmeros avanços legais e do ponto de vista das políticas públicas.

No **Segundo Capítulo**, explanamos um dos exemplos dessa constatação, que é a permanente transformação histórica do sistema patriarcal, que procuramos chamar a atenção. De acordo com o pensamento de Heleieth Saffioti (no conjunto de sua obra), o patriarcado opera como regime de exploração-domação no qual, além de controlar a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, alia-se ao racismo e ao capitalismo para violentá-las em diversas dimensões sociais. Uma delas é a violência de gênero, expressão máxima da desigualdade entre mulheres e homens, sobretudo, no que tange às relações de poder.

As narrativas das mulheres, integrantes da pesquisa, apontaram para a análise de que o modelo patriarcal continua desempenhando um papel preponderante na estruturação das relações conjugais de gênero.

Conforme descrevemos no corrente capítulo, houve um diálogo sobre feminicídio, do qual uma das participantes, a dona Zelita, expôs sua dúvida, de forma incisiva, do porquê hoje os homens, além de espancarem as mulheres, estão matando-as. Em seguida, outra participante, a Luciene tentou explicitar, inferindo “que hoje os homens se sentem dono das mulheres, como se essas fossem propriedade deles”. Logo depois, Zelita voltou a comentar e disse que os assassinos estão matando as mulheres porque essas não são mais dependentes deles. Duda participa do diálogo e diz que os homens enxergam as mulheres como objetos.

Em tais narrativas, há a percepção das mulheres com relação ao contrato social e sexual que Carole Pateman (1993) desenvolveu ao longo de sua teorização. Segundo a autora, o modelo de contrato original é a possibilidade de liberdade para os homens e a dominação da mulher.

As discussões realizadas durante o trabalho impulsionaram a necessidade de se conversar mais sobre as dimensões e consequências do patriarcado na vida das mulheres. Esse é um tema que precisa permanecer na ordem do dia para qualquer trabalho com mulheres, uma vez que é por meio desse modelo que, historicamente, os homens se sentem autorizados a violentarem e assassinares mulheres.

Todavia também é importante destacar que a violência de gênero contra a mulher é potencializada pelo racismo. A apresentação da ideia do “nó frouxo” desenvolvida por Saffioti traz essa perspectiva racializada do patriarcado e da violência, bem como os pensamentos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro sobre o mito da democracia racial, isto é, vivemos em uma sociedade estruturalmente desigual e isso impacta em todas as dimensões da vida social, inclusive, como as mulheres negras vivem o ciclo da violência. Só será possível a discussão sobre uma sociedade verdadeiramente democrática, quando houver a eliminação das desigualdades sociais, e as relações de gênero aproximarem-se da equidade desejada e necessária.

Tal reflexão é fundamental para um estudo que se propõe a desenvolver uma análise social sobre gênero, uma vez que essa precisa se pautar nas estruturas históricas de consolidação das relações sociais e dos espaços institucionais do Estado. No Brasil, por exemplo, gênero, classe e raça/etnia são imbricações fundantes e determinantes para as relações sociais e essas e demais diferenças ao invés de despertarem aspectos positivos no que tange a diversidade das políticas sociais, provocam profundas desigualdades e violências.

Com relação às mulheres rurais do grupo participante, algumas vivenciaram relações de dominação e a condição de sujeição no que se refere à violência doméstica.

Foram inúmeras narrativas acerca das experiências com violência em diferentes períodos de suas vidas e de distintas formas, quando crianças, jovens, adultas, casadas, grávidas. Observou-se o aumento dos relatos, sobretudo após a exibição do filme “Acorda Raimundo, Acorda!”.

Para Dalvinha, a violência que sofreu começou de forma subliminar, manifestando-se aos poucos com características de ciúmes, controle, posse por parte do agressor. Quando ela se deu conta, já estava inserida em um padrão de comportamento opressor dele com o qual exprimiu violências verbais, psicológicas e físicas. Mais tarde, no mesmo encontro, Dalvinha relata que conseguiu se libertar do ciclo de violência através da Lei Maria da Penha, pois foi com ela - após o pedido de separação não ser respeitada pelo marido/agressor, que ele se intimidou e parou de persegui-la.

Por um lado, atualmente e infelizmente, outros desfechos ocorrem na sociedade, pois milhares de mulheres não conseguem romper com processos de perseguição e violência e terminam por perderem suas vidas por homens que não aceitam o fim do relacionamento. Por outro, é necessário reconhecer o quanto os movimentos feministas foram e ainda são cruciais para o rompimento com a visão essencialista da naturalização da subordinação da mulher e da agressividade masculina. Foram as históricas lutas e teorias feministas que questionaram a ordem patriarcal androcêntrica e falocêntrica e retiraram a problemática da violência contra a mulher da esfera privada familiar, transformando-a em uma pauta pública.

A violência de gênero se configura em uma categoria de análise que investiga a complexidade das relações sociais apresentando as diversidades das desigualdades que envolvem as mulheres na ordem simbólica.

Algumas mulheres participantes da pesquisa falaram sobre o ciclo da violência e dos julgamentos que acontecem por vezes entre as próprias mulheres. Sobre isso, inferiu-se que a reflexão crítica sobre esses dois processos contribuiu para a compreensão de que as mulheres precisam fortalecer entre si e que nunca é tarde para reagir frente a uma situação de violência. Uma das mulheres falou algo bem importante, que quando começa a perder o respeito em uma relação é o momento de interrompê-la. Aqui observa-se uma relevante atitude na perspectiva da prevenção da violência física.

Ainda no capítulo dois, discorreremos acerca das tipologias das violências e de pesquisas que visibilizam e problematizam informações acerca desse processo social, alimentado pelo machismo e racismo. Foram apresentados inúmeros dados que contribuem para um panorama deste fenômeno social que parece ter aumentado nos últimos anos e para a formulação das políticas públicas na área.

A questão do possível aumento da violência contra as mulheres se configurou em uma reflexão realizada sistematicamente nos encontros. Há aquelas mulheres que acreditam que o que está acontecendo é uma maior visibilidade das denúncias e dos crimes de violência contra a mulher, por outro lado, há outras que acreditam que houve no último período um aumento nas ocorrências e no perfil cruel da violência, a exemplo dos crimes de feminicídio.

Acompanhando o resultado de algumas pesquisas sobre as violências contra as mulheres, a percepção social frente a esse crime, bem como as discussões com o grupo de mulheres, infere-se que a sociedade embora apresente hoje menor tolerância com a violência contra as mulheres, essas, por sua vez, ainda são julgadas em determinados contextos, especialmente nos casos de estupro.

Outra análise é a de que o modelo da família patriarcal segue forte enquanto o lugar pleno de privilégios para os homens, a casa, de fato é o espaço de maior perigo para as mulheres e que os seus “companheiros” e ex-“companheiros” são os principais criminosos. A motivação central para esses crimes quase sempre é a mesma, a não aceitação das separações. Assim, as mulheres participantes concluíram: “os homens tratam as mulheres como propriedade e não aceitam a independência delas”.

A concepção do grupo de mulheres quanto aos processos de violência, chama atenção, pois praticamente todas demonstraram compreender que o início de uma relação desrespeitosa já é o prenúncio de comportamentos machistas violentos. Como foi dito, anteriormente, tal perspectiva dialoga com ações de prevenção da violência contra a mulher que as próprias mulheres podem incorporar desde o início de uma relação.

Com intuito de promover a superação das violências contra as mulheres, no grupo foram levantados dois caminhos: o primeiro, aumentar a punição dos agressores e assassinos; o segundo

seria a prevenção e a autonomia econômica e social das mulheres. Em ambas as perspectivas, que vale a pena ressaltar – não são excludentes – destacam-se os seguintes olhares das mulheres do Santa Mônica: que a Lei Maria da Penha é insuficiente para proteger as mulheres, não funciona na prática, uma educação não sexista para as crianças é fundamental e colaboraria para a cultura da não violência, e que a denúncia é de extrema importância.

A compreensão da pesquisa diante da violência de gênero contra as mulheres aponta para alguns eixos. O primeiro deles é afirmar o papel das lutas feministas no reconhecimento da violência contra as mulheres e na denúncia de que este é um problema crônico histórico social. Envolve o conjunto da sociedade que, por sua vez, está implicada em um modelo de família nuclear e em relações patriarcais, portanto, precisa mudar. As mulheres estão morrendo por serem mulheres e todas nós temos o direito de viver sem violência: Violência NÃO! Queremos viver!

O segundo ponto é a importância do fortalecimento do trabalho direto com as mulheres. Nesses espaços elas dialogam, se escutam, literalmente sentam/descansam/espairecem. O diálogo com as mulheres é o principal instrumento de fortalecimento da consciência coletiva dos nossos direitos humanos e das possibilidades de transformação social. Elas são as protagonistas políticas para a discussão e proposição de caminhos para superação dos principais problemas que as afetam.

Especificamente sobre a questão da violência, vimos com Pasinato (2020) e com o grupo de mulheres que, embora o país tenha mudado a legislação para coibir a violência contra a mulher, as instituições não acompanharam em suas estruturas, estas mudanças, bem como a sociedade segue sendo conservadora, machista e misógina. Muita coisa há de se fazer, e as mulheres sabem o caminho.

Antes de passarmos para as considerações, a respeito do último capítulo, vale sublinhar que a nossa pesquisa explicitou a necessidade de investigar os dados estaduais de feminicídio na perspectiva da violência de gênero em MS, observando atentamente a realidade local das mulheres. Pois, o tema da violência foi intensamente abordado em todos os cinco encontros que realizamos.

No **Terceiro Capítulo** trabalhamos mais centralmente com o filme “Acorda Raimundo, Acorda!”, suas percepções e representações na vida das mulheres participantes da pesquisa. Também foram registradas entrevistas realizadas com parte do elenco e com o diretor do curta-metragem na perspectiva de visibilizar o objetivo do filme, bem como sublinhar, assim como as narrativas das mulheres apontaram, o quanto os elementos do filme são atuais no cotidiano de suas vidas.

O filme “Acorda Raimundo” evidenciou o quanto parece irreal a inversão dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. O quanto, somente em um pesadelo dos homens, é possível a figura masculina assumir todas as responsabilidades domésticas.

Com a exibição do filme para as mulheres participantes da pesquisa foi possível observar o imaginário coletivo da naturalização da divisão de tarefas por gênero. Essa separação materializada na divisão sexual do trabalho possibilitou uma abertura teórica para investigar os mecanismos de

reprodução desse modelo da condição de subordinação das mulheres com relação ao trabalho doméstico e de cuidados junto ao grupo envolvido na pesquisa.

A orientação para comportamentos e atitudes sexistas entre mulheres e homens é sustentada por interesses estruturais na perspectiva da manutenção da mulher no espaço privado. Quer dizer, além das mulheres rurais, (utilizando com a categoria da pesquisa), exercerem suas atividades na roça, elas devem prioritariamente se responsabilizar pela casa e pela vida familiar, pois é esse o lugar delas, como um destino, uma essência.

Essa temática da construção do papel atribuído às mulheres permeava a luta dos movimentos populares nos anos de 1980, época na qual o filme “Acorda Raimundo, Acorda!” foi produzido. O diretor Alfredo Alves encontrou na curta-metragem a probabilidade de falar sobre a questão das mulheres por meio do cinema. Essa ideia foi inovadora naquele momento. Falar de um assunto importante com uma linguagem dramaturga e a inversão dos papéis sociais das personagens principais, chamou atenção do público.

Trinta anos depois, a história mostraria que o curta funciona como um instrumento de reflexões sobre as relações de gênero, mantém sua contribuição política e social para criar fissuras nas relações hierárquicas, machistas e misóginas. Do mesmo modo ocorreu com “o nosso” grupo de mulheres, elas reviveram suas relações em casa a partir do que assistiram no filme. O filme intermediou a realidade vivida em uma história ficcional e o cotidiano das mulheres rurais.

Esquadrinhamos, por meio das narrativas das mulheres, se houve mudanças significativas nas relações de gênero desde o marco temporal do filme. Inferimos, com afirmativas de quase a totalidade do grupo, que as relações entre mulheres e homens sofreram modificações e, embora a cultura machista esteja presente na sociedade, a condição das mulheres se alterou, seja ela trabalhadora rural, trabalhadora doméstica e trabalhadora rural, e/ou tendo um terceiro vínculo profissional. Mais do que as mudanças em si nas relações, acima de tudo as mulheres mudaram.

O contexto destacado pelo filme apresenta características que conferem ao gênero feminino normas a serem seguidas. Um dos exemplos tratados na pesquisa tange à educação das crianças. Dalvinha, uma das participantes, sublinha em sua narrativa a cena na qual o filho/menino brinca de boneca, e os comentários sexistas e preconceituosos que ela já ouviu em outras oportunidades ao assistir ao filme. Para ela, tudo é construção social e destaca ainda a importância do papel das mães numa educação para a igualdade.

Vale destacar que o tema da educação foi recorrente durante o trabalho de campo e estávamos nos preparando para tratar especificamente sobre “educação não-sexista”, em um dos últimos encontros planejados para esse ano de 2020, porém nosso planejamento foi suspenso devido a pandemia de Covid-19.

Ainda no capítulo três desenvolvemos sobre a categoria de representação e subjetividades na perspectiva dos estudos de gênero e decoloniais. A pesquisa refletiu sobre a construção das representações sociais que intervêm na vida das mulheres, seja na reprodução do modelo patriarcal ou na resistência diária à dominação masculina.

De acordo com o pensamento de Bourdieu (2014) as representações sociais de mulheres e homens são frutos de práticas que estão inseridas em uma lógica de sociedade patriarcal onde prevalecem as relações de dominação e de submissão. Relações essas oriundas da divisão do trabalho na unidade produtiva familiar e das relações de poder. A ordem social produz identidades sociais ao atuar como uma máquina simbólica que, por sua vez repete as representações de homens e mulheres produzidas por si mesmos/as.

O filme “Acorda Raimundo, Acorda!” nos provoca a pensar nossas próprias atitudes e contradições na reprodução de modelos que colocam as mulheres em posições de eternas responsáveis e disponíveis para as questões domésticas.

Junto às mulheres componentes da pesquisa, questionamos os mecanismos de produção e reprodução das verdades impostas e da construção das subjetividades. Elas revelaram suas subjetividades com relação aos temas discutidos nos encontros, sobretudo após a exibição do filme. Expressaram, por exemplo, com veemência a questão da educação das filhas e filhos, principalmente quando adentramos no tema da divisão sexual do trabalho e suas interfaces na dominação masculina. O debate acerca do tema do trabalho das mulheres, foi intenso, conversamos sobre a organização doméstica e o trabalho de cuidados. Elas avaliaram que o trabalho das mulheres, em grande medida, ainda é considerado como “ajuda” ao marido.

Por um prisma, algumas mulheres narraram o quanto precisam desempenhar múltiplas funções ao mesmo tempo em casa e como sentem seu trabalho desvalorizado. Luciene destaca que a cultura machista sobre o trabalho doméstico ainda sobreleva no assentamento. Por outro, a maioria das mulheres relatou que consegue dividir o trabalho doméstico com seus maridos/homens e, portanto, não se sentem sobrecarregadas. Estamos diante de prevalências, reproduções, continuidades e de fissuras, questionamentos, transformações nas relações hierárquicas/patriarcais/coloniais na sociedade.

Todavia, a leitura de que as mulheres são ensinadas e orientadas, preferencialmente, desde a infância a assumir as tarefas domésticas foi unânime e consensual. Todas as mulheres compreendem que a nossa sociedade é sexista, porém, nem todas vivenciam relações sexistas atualmente. Há aquelas que romperam com a dicotomia entre mulheres e homens, inclusive no aprendizado das crianças para as próximas gerações não reproduzirem o machismo.

Swain (2005) e Muniz (2005) definem a diferença sexual como um pilar onde se assenta o exercício do poder, desencadeando a desigualdade política. Nesse sentido, as narrativas das mulheres

apontaram para um desejo de igualdade social e por isso as próprias mulheres não podem reproduzir a diferenciação nas relações com filhas(os), marido, igreja e comunidade. Eliete sempre apontou que “as mulheres podem conseguir qualquer coisa desde que estabeleçam uma meta e persistam”. Zilda também apontou que para além da questão da autonomia financeira, as mulheres precisam se autoconduzir com liberdade e autoestima. Para isso, discutimos que realizar projetos e alcançar os sonhos bem como a autonomia, são fundamentais às mulheres e para isso, é urgente criar oportunidades para investirem em si próprias e não viverem apenas em função da família.

As questões da religiosidade e da fé apareceram com frequência nas narrativas. Com exceção de poucas mulheres, a maioria é evangélica, sendo que algumas pertencem à mesma congregação religiosa.

Outro item trazido pelas mulheres foi a questão da autonomia econômica enquanto fator importante para não se estabelecer uma relação de dominação e submissão, que pode vir a se caracterizar em violência.

Durante o trabalho de campo, nós visitamos a casa de três mulheres - Zilda, Eliete e Duda - e vivenciamos distintas realidades relatadas nesta dissertação. Em razão do tamanho das entrevistas e da dimensão deste texto, não foi possível registrar amplamente as entrevistas, por isso ainda teremos fonte para a continuidade da pesquisa e do contato com o grupo.

Finalizamos este capítulo com as entrevistas de Alfredo Alves (diretor do filme), Eliane Giardini (atriz) e Paulo Betti (ator). Fizemos duas perguntas para os três profissionais: Como o filme “Acorda Raimundo, Acorda!” colabora para questionar os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens na família e na sociedade e, se os elementos expostos no filme curta são atuais. As respostas transcritas no capítulo demonstraram o quanto o filme continua sendo potente para a comunicação com as pessoas, em especial com/entre as mulheres, por discutir relações humanas cotidianas às suas vidas em situação de subalternização, em muitos casos.

O machismo estrutural também foi destacado nas respostas. Esse problema segue se configurando em algo que precisa ser superado, e nesse sentido Giardini direcionou sua reflexão para o mesmo caminho indicado pela maioria das mulheres: a educação (não sexista) é essencial para a transformação das relações de gênero.

Para além da problematização das especificidades das relações com seus parceiros, em sua grande maioria são mulheres casadas, as narrativas das participantes estiveram inseridas no contexto familiar como um todo. Não necessariamente o problema que surgiu a partir das discussões girava em torno das relações machistas com seus respectivos maridos. Diferente do que observamos em outros grupos de mulheres com os quais já atuamos no movimento feminista e em outros projetos sociais, parte considerável das mulheres participantes da pesquisa demonstraram ter rompido com relações autoritárias com seus parceiros. Poucas mulheres relataram ainda viver relações

desequilibradas. Há aquelas que não são casadas, com as quais certas particularidades de suas rotinas foram registradas no final do terceiro capítulo. O contexto das narrativas não estava restrito a um cenário assimétrico de poder. As mulheres narraram mudanças nas relações familiares, na perspectiva do estabelecimento de um ambiente baseado no respeito e na divisão de tarefas.

O resultado qualitativo dessa pesquisa apontou elementos, espaços, agentes reprodutores de representações discriminatórias e hegemônicas sobre as mulheres, das quais, também, podem ser analisadas como possíveis práticas cotidianas eficazes para a superação do fenômeno da desigualdade de gênero apresentado pelas próprias mulheres, considerando o potencial de suas ideias. E podemos afirmar que as hierarquias próprias do patriarcado permanecem, outrossim, as resistências existem e se recriam no cotidiano miúdo dessas mulheres.

Para tanto, o presente estudo espera contribuir com o conjunto de pesquisas sobre mulheres e gênero, no âmbito acadêmico e fora dele, ao propor uma metodologia interligada com as participantes por meio de suas narrativas. Outrossim, abre possibilidades de pesquisa abrangendo outros temas, tais como: masculinidades, mulheres e religiões, mulheres e violência no campo, mulheres e raça ou mulheres negras.

As mulheres tiveram a chance de reviverem experiências, as ressignificando e apresentando novos olhares para a consciência de si, ou seja, seu próprio cotidiano e as relações coletivas no espaço público para além do espaço privado.

E consideramos, finalmente, que este estudo tem um potencial para a visibilidade de cada participante sobre sua própria condição existencial/de vida e as relações de gênero que caracterizam os cotidianos de todas elas e entre elas e o nosso, enquanto mulheres pesquisadoras envolvidas nas mesmas tramas do patriarcado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. **Gênero Plural**. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 2002. p.49-61.
- BANDEIRA, Maria Lourdes. **Violência de gênero: de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 29, n. 2, p.449-469, maio/ago. 2014.
- BODART, Das Neves: **Discutindo relações de gênero por meio de um curta-metragem**. Por que não?. Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/discutindo-relacoes-de-genero-por-meio-de-um-curta-metragem-por-que-nao/>. Acesso em: julho de 2019.
- BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves; ROMANI, Patricia Fasolo; PALMA, Yáscara Arrial. Sexo/Sexismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.666-669.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Edição 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda. 2014.
- CARISSIMI, Fabricia Santana de Oliveira. **Violências Contra as Mulheres do Campo: [DES]Caminhos nas Trajetórias de Lutas e de Vidas**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo – Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.251-255.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p.49-58.
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos Feministas. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.522-527.
- DINIZ, DEBORA. Vídeo Quinquilharia. Anis - Instituto de Bioética, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GX2kyVdR6lo&t=67s>. Acesso em janeiro de 2020.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- FARIA, Nalu.; NOBRE, Miriam. (Orgs). Economia Feminista. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo: Ed. Sempreviva Organização Feminista, 2002.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Editora Elefante, 2017. Tradução Coletivo Sycorax e Fundação Rosa Luxemburgo. Título Original: Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GORI, Renata Machado de Assis. Observação participativa e pesquisa-ação: aplicações na pesquisa e no contexto educacional. **Revista Eletrônica de Educação do Curso de Pedagogia**. Goiás, v.1, n.2, jan-jul, 2006.
- GROSSI, Miriam Pillar.; HEILBORN, Marial Luiza.; RIAL, Carmen Sílvia Moraes. **Entrevista com Juan Wallach Scott**. França, 1998.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7, jan. 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- HIRATA, Helena.; LABORIE, Françoise.; DOARÉ Hélène Le Doaré.; SENOTIER, Danièle. (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André De. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.578-582.

- LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. *In: ALDEMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. Gênero Plural*. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 2002. p.11-22.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- MATOS, Marlise. **A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, Minas Gerais, 2014.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, 2004.
- MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres na sociedade: um olhar sobre a condição das mulheres e as transformações sociais produzidas por elas. *In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). Relações de gênero: dilemas e perspectivas*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
- MINAYO, Maria, Cecília de Souza. **O Legado da Pesquisa Qualitativa**. Youtube, agosto de 2015. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=41ZazulbD_c>. Acessado em julho de 2019.
- MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol. 22 n. 40, p.149-160, jan./jun. 2018.
- MUYLAERT, Camila Junqueira. et. al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem**. Universidade de São Paulo, vol. 48, no. spe.2. p. 193-199, dec. 2014.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.8, n. 2, 2000.
- NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs). **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2005.
- PAULSON, Susan. Sexo e gênero através das culturas. *In: ALDEMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. Gênero Plural*. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 2002. p.23-32.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. *In: ALDEMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. Gênero Plural*. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 2002. p.63-76.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral De. Relações de Gênero. *In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). Dicionário Crítico de Gênero 2*. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.630-633.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** Campinas, SP, 2001.
- PUGA, Vera Lúcia. Violência de Gênero/Intolerância. *In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). Dicionário Crítico de Gênero. 2*. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.715-718.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p.115-136, ago. 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, G., RECAMÁN, M., OLIVEIRA, S. de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 42-57.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; DE ALMEIDA, Suely Souza. Violência de gênero: **Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda., 1995.
- SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** In.: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 173-186, janeiro-abril, 2008.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: Uma categoria Útil para Análise Histórica**. Nova York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.
- SILVA, Cristiani Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Poder (Poder/Saber). In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 1. Ed. Dourados: Ed. UFGD, 2015.
- SILVA, Manoela Bastos de Almeida e. **Violência de Gênero e a Constitucionalidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)**. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados: Editora UFGD, 2012.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Palestra - “Origens dos movimentos e teorias feministas com Amelinha Teles e Adriana Piscitelli”. São Paulo, dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CwYIK0O6Wlg&t=3312s>>. Acesso em junho de 2020:
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.330-333.
- VIANA, C. L. **Acorda, Raimundo: seu pesadelo é realidade**. Disponível em: <http://www.assistebrazil.com.br/2015/11/acorda-raimundo-seu-pesadelo-e-realidade/>. Acesso em: julho de 2019.
- ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

Sites

- DOSSIÊS AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM DADOS. **Agência Patrícia Galvão**, [s.d]. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>> . Acesso em: 28 de jul. de 2020.
- SILVA, Ariane; MARTINELLI, Flávia; CARDOSO, Monise; ALVES, Isabela. Mulheres negras são as maiores vítimas de violência. O que a frieza dos números deixa evidente é que a raça é determinante para suas histórias. **Azmina Revista**, 20 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2020.
- PASINATO, Wânia. As mulheres são vítimas de violência porque são mulheres. **Revista Galileu**, 20 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/02/violencia-contramulher-wania-pasinato.html>> . Acesso em: 05 de agosto de 2020.

Coleção Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília 2001.

DE ASSIS, Carolina de Assis; MARTINS, Flávia Bozza; FERRARI, Marília. Com queda de 68% no investimento em três anos, Secretaria de Políticas para Mulheres reflete baixa prioridade do tema no governo federal. **Gênero e Número**, 13 de dez. de 2018. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/com-queda-de-68-no-investimento-em-tres-anos-secretaria-de-politicas-para-mulheres-reflete-baixa-prioridade-do-tema-no-governo-federal/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

ARAGÃO, Érica. Bolsonaro zera repasses a programa e violência contra mulher vai aumentar. **Central Única dos Trabalhadores**, 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-zera-repasses-a-programa-e-violencia-contra-mulher-vai-aumentar-7daa>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

SOARES, Will; ACAYABA, Cíntia. Um em cada 3 brasileiros culpa mulher em casos de estupro, diz Datafolha. **G1**, São Paulo, 21 de set. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

PLATONOW, Vladimir. Violência atinge mais mulheres que trabalham fora, mostra estudo. **Agência Brasil EBC**, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-08/violencia-atinge-mais-mulheres-que-trabalham-fora-mostra-estudo>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

COLLUCCI, Cláudia. Mulheres vítimas de violência têm risco 8 vezes maior de morrer, aponta estudo. **Folha Uol**, 22 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/mulheres-vitimas-de-violencia-tem-risco-8-vezes-maior-de-morrer-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

MARTINELLI, Andréa. Mulheres que trabalham fora de casa sofrem mais violência doméstica, diz estudo. **Huffpost**, 20 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/violencia-mulher-trabalho_br_5d5c0eb9e4b0d1e113686e8e>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

Atlas da violência 2019. Organizadores: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISBN 978-85-67450-14-8

Sistema de Indicadores de Percepção Social – Tolerância social à violência contra as mulheres. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Abr. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2020. (pesquisa)

Nota Técnica Estupro: uma radiografia segundo os dados da saúde. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, mar. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2020. (pesquisa)

Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres. **Data Popular; Instituto Patrícia Galvão**. Ago. 2013. Disponível em: <https://assets-institucional-igp.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil – 2ª Edição. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha Instituto de Pesquisas; Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Fev. 2019. Disponível em: <<http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Edição 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

Mapa da Violência 2019. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

Vídeos

ACORDA, Raimundo... acorda!. Direção: Alfredo Alves. Rio de Janeiro: CETA-IBASE, Iser vídeo [produção] 1 filme (16 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snLsvVfF9X8&t=3s>. Acesso em: novembro, 2016

A última abolição. Direção: Produção: Gávea Filmes, Esmeralda Produções e Buda Filmes, documentário, 2018, (85 minutos.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s9pn31D2tPE>. Acesso em: 20 de novembro de 2018. (assisti na TV).

Curso de Daniele Motta (2020): Capitalismo e machismo estrutural – a visão de Heleieth Saffioti

Disponível: Aula 01: <https://www.youtube.com/watch?v=dse9T9QjuB8&t=80s>; Aula 02:
<https://www.youtube.com/watch?v=lgrROcDUMRQ&t=207s>; Aula 03:
<https://www.youtube.com/watch?v=x7Gws2SZyrI&t=4068s>; Aula 04:
<https://www.youtube.com/watch?v=RLtrCMmrFjw&t=47s>.

FEDERICI, Silvia. Entrevista **TV Boitempo**. Disponível em
 <<https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>>. Acesso em: 6 de jul. de 2020.

RAGO, Margareth. Entrevista **Café Filosófico**. Disponível:
<https://www.youtube.com/watch?v=gh67t3a9Mjs&t=273s>. Acesso em: setembro de 2019.